

Marcelo Barra Ferreira

Argumentos Nulos em Português Brasileiro

Dissertação apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Morais Nunes

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



2000/2035

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	F413a
V.	Ex.
TOMBO BC/	42023
PROC.	16-278100
C	☐
D	☒
PREC.º	R\$ 11,00
DATA	3/10/00
N.º CPD	

CM-00145852-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

F413a	Ferreira, Marcelo Barra Argumentos nulos em português brasileiro / Marcelo Barra Ferreira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2000. Orientador: Jairo Morais Nunes Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Língua portuguesa - Sintaxe. 2. Minimalismo. 3. Gramática gerativa. I. Nunes, Jairo Morais. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	--

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes (IEL/UNICAMP)
Orientador

Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva (UFSC)

Profa. Dra. Mary Aizawa Kato (IEL/UNICAMP)

Profa. Dra. Helena Britto (IEL/UNICAMP)
(suplente)

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Marcelo Barra

Ferreira

e aprovada pela Comissão Julgadora em

02 / 08 / 2002

João Carlos Gomes

Marcelo Barra Ferreira

**Argumentos Nulos
em
Português Brasileiro**

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
2000

UNICAMP
BIBLIOTUCA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Para Elaine, com amor.

‘Pois nela a perfeição de tudo se per fez’.

Arnaut Daniel (1180-1210?)
via Augusto de Campos.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Jairo Nunes. Trabalhar sob sua orientação foi um imenso prazer para mim. É impressionante a energia e atenção que ele dedica a seus alunos. Mesmo no período em que estive no exterior, o rigor e a pertinência de suas críticas permaneceram intactos. Sua orientação se desdobrou em múltiplos meios, fazendo com que cartas, e-mails e telefonemas viessem unir-se às inúmeras reuniões que mantivemos na Unicamp, algumas delas durante horas. Estou certo de que, se este trabalho contém acertos, o Jairo é, sem dúvida alguma, responsável por eles. Digo orgulhoso que sua postura durante todo esse tempo de convívio se tornou um grande exemplo para mim.

Aproveito essa oportunidade para agradecer profundamente a Charlotte Galves, com quem iniciei meus estudos dentro do quadro teórico gerativo, quando ela se dispôs a orientar-me em um projeto de iniciação científica, ainda na graduação. Desde então venho frequentando vários de seus cursos e seminários. O estímulo e confiança que ela sempre depositou em mim foram importantíssimos.

Agradeço aos membros de minha banca de defesa Mary Kato, Maria Cristina Figueiredo Silva e Helena Britto por aceitarem o convite e se disporem a ler e discutir cuidadosamente este trabalho.

Pela leitura atenta que fizeram de versões preliminares deste trabalho e pelos comentários que me enviaram, agradeço a Cilene Rodrigues, Eduardo Raposo, Elaine Grolla, Helena Britto, Marcello Modesto e Mary Kato.

Agradeço à FAPESP pelo apoio financeiro.

Pelas insuperáveis festas e cervejas, sempre acompanhadas de muito Ira! e Paulinho da Viola, agradeço a Gabriel Antunes, Gregório Dantas, Léo Couto e Marco Catalão. A elevada graduação alcoólica e a incessante irreverência que marcaram todos esses encontros foram o contraponto perfeito à disciplina e (alguma) seriedade que o trabalho acadêmico exige.

É com satisfação e orgulho especiais que agradeço a meus pais que, um pouco relutantes no começo, acabaram aceitando trocar um engenheiro por um lingüista. Desde então tenho recebido apenas apoio e muito estímulo. Lembrarei sempre desta postura deles.

Por fim, pelo amor e dedicação que a tornaram indispensável em minha vida, agradeço à Elaine com carinho.

‘Já havia muito tempo Gregorovius renunciara à ilusão de compreender, mas, de qualquer modo, gostava que os mal-entendidos conservassem uma certa ordem, uma razão’.

Julio Cortázar, *O Jogo da Amarelinha* (Rayuela).

Resumo

Esta dissertação investiga a natureza e as propriedades das categorias vazias argumentais ocupando a posição de sujeito e objeto verbal no português brasileiro (PB). Utilizo como quadro teórico o Programa Minimalista de Chomsky (1995, 1998, 1999) com uma modificação crucial: assumo que papéis temáticos são traços formais e que o movimento para posições temáticas é legítimo (Boskovic 1994; Lasnik 1995; Boskovic e Takahashi 1998; Hornstein 1999).

Com relação ao sujeito nulo, proponho que T finito em PB pode conter um conjunto incompleto de traços- ϕ . Como consequência, um DP movido para seu especificador pode reter seu traço de Caso, continuando ativo para o sistema computacional. Instâncias de sujeito nulo referencial em PB podem então ser analisadas como vestígios deixados pelo hiperalçamento (Ura 1994) do DP sujeito, que se move de dentro de uma oração finita até o Spec de T de uma oração mais alta. Mostro então como esta proposta é capaz de derivar várias propriedades do sujeito nulo em PB.

Com relação ao objeto nulo (ON), proponho que em PB este é um pronome sem traço de Caso, que pode (mas não necessita) estar A-barrado ligado por um elemento na periferia esquerda da sentença. Argumento que, por não possuir traço de Caso, o ON está inativo para o sistema computacional no que diz respeito a operações de movimento. Isto explica a impossibilidade de se utilizá-lo na posição de sujeito. Assumo ainda que, por possuir traços- ϕ , este elemento pode entrar em relações de checagem divorciadas de movimento. Discuto também a interpretação do ON em estruturas envolvendo quantificação e reconstrução, apresentando ainda um estudo de caso envolvendo as chamadas construções *easy-to-please*.

Palavras-chave: português brasileiro; sujeito nulo; objeto nulo; hiperalçamento; papel temático; Programa Minimalista.

Abstract

This thesis investigates the properties of null arguments in subject and object position in Brazilian Portuguese (BP). The discussion is framed within the Minimalist Program of Chomsky (1995, 1998, 1999), with a crucial difference: I assume that theta roles are formal features and that movement to thematic positions is licit (Boskovic 1994; Lasnik 1995; Boskovic and Takahashi 1998; Hornstein 1999).

In what concerns null subjects, I propose that finite T in modern BP may have an incomplete set of ϕ -features. Consequently, a DP moved to Spec of TP may keep its Case feature unchecked and still be active to the computational system. Instances of referential null subjects in BP can then be viewed as traces left by hyperraising of the subject DP, which moves from within an embedded finite clause to a higher Spec of TP (Ura 1994). I demonstrate that this proposal can derive several peculiarities of BP null subjects.

As for BP null objects (NOs), I propose that they are caseless pronouns that may (but need not) be A-bar bound by elements located in the left periphery of the sentence. I argue that although able to participate in checking relations thanks to their ϕ -features, NOs are inactive for purposes of movement, due to their lack of Case. Thus, these null pronouns cannot function as subjects because they cannot move to check EPP. I also discuss the interpretation of NOs in structures involving quantification and reconstruction, and the consequences of the analysis for tough-movement constructions in BP.

Keywords: *Brazilian Portuguese; null subjects; null objects; hyperraising; thematic roles; Minimalist Program.*

Sumário

1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: O PROGRAMA MINIMALISTA	01
• 1.1 O Quadro Geral	01
• 1.2 Os Itens Lexicais	02
• 1.3 As Categorias Funcionais	03
• 1.4 As Operações do Sistema Computacional	04
• 1.5 A Derivação	05
• 1.6 Relações Temáticas	06
• 1.7 Um Exemplo	11
2 – O SUJEITO NULO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	15
• 2.1 Introdução	15
• 2.2 Os Dados	16
2.2.1 O Enfraquecimento da Concordância Sujeito-Verbo	16
2.2.2 A Localidade do Antecedente	19
2.2.3 O Princípio <i>Evite Pronome</i>	20
2.2.4 O Princípio de Montalbetti	22
2.2.5 <i>Só DPs</i> e Elipse	24
2.2.6 Hiperálçamento	25
2.2.7 Sujeito Nulo em Ilhas	26
• 2.3 A Análise	28
• 2.4 Explicando os Dados	35
2.4.1 A Localidade do Antecedente	35
2.4.2 O Princípio <i>Evite Pronome</i>	39
2.4.3 O Princípio de Montalbetti	41
2.4.4 Elipse e <i>Só DPs</i>	44
2.4.5 Hiperálçamento	46
2.4.6 Sujeito Nulo em Ilhas	49
2.4.6.1 Sujeito Nulo em Adjuntos	52
• 2.5 Conclusão	55
3 – O OBJETO NULO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	57
• 3.1 Introdução	57
• 3.2 Línguas de Objeto Nulo	58
• 3.3 Objeto Nulo em PB e Animacidade	62
• 3.4 A Aquisição de Objeto Nulo em PB	65
• 3.5 Objeto Nulo em Posição de Sujeito?	67
• 3.6 Gatilhos para Checagem e Movimento	69

• 3.7 Dependências Múltiplas e Cruzamento Fraco em PB	73
• 3.8 Ainda os Efeitos de Ilha	78
• 3.9 Objeto Nulo e Quantificação.....	80
• 3.10 Objeto Nulo e Reconstrução	83
• 3.11 As Construções <i>easy-to-please</i> em PB	86
3.11.1 A Natureza das Construções <i>easy-to-please</i>	87
3.11.2 Construções <i>easy-to-please</i> em PB	94
• 3.12. Conclusão	98
CONCLUSÃO	101
BIBLIOGRAFIA	108

Capítulo 1

Pressupostos Teóricos: O Programa Minimalista

O quadro teórico no qual as análises que desenvolvo nesta dissertação estão inseridas é o modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981, 1986b; Chomsky e Lasnik 1993) em sua versão minimalista, mais especificamente as versões apresentadas em Chomsky (1995, 1998, 1999). O objetivo deste capítulo é apresentar os pontos do Programa Minimalista (PM) diretamente relevantes para a compreensão do material discutido nos capítulos seguintes.

1.1 O Quadro Geral

Estarei adotando o quadro geral do PM delineado por Chomsky (1995, 1998), onde se assume que o componente sintático da faculdade de linguagem contém um sistema gerativo derivacional em interface com dois sistemas interpretativos, articulatório-perceptual e conceitual-intencional, através de dois níveis de representação: Forma Fonética (FF) e Forma Lógica (FL). Aos níveis de interface se aplica um princípio de economia representacional denominado Princípio de Interpretação Plena, que exige que apenas traços legíveis pelos sistemas interpretativos relevantes estejam presentes em FF e FL. Uma derivação que culmine com representações que satisfaçam o Princípio de Interpretação Plena é dita convergente. Nesta dissertação, será relevante apenas o percurso derivacional que conduz a FL e, portanto, lidarei apenas com conceito de convergência em FL (daqui em diante, simplesmente, convergência).

Assumirei também que o sistema computacional da Faculdade de Linguagem é invariante no sentido de que suas operações e princípios reguladores não estão sujeitos a parametrização. A variação sintática entre as línguas naturais será fruto exclusivo da variação nas propriedades de itens lexicais específicos, codificada sobre a forma de traços

formais, conforme veremos na seção 1.2. Uma vez que o sistema computacional é sensível à composição dos traços dos itens lexicais que tomam parte numa derivação, abre-se espaço para a variação intra- e interlingüística, mesmo diante de um sistema computacional rígido.

1.2 Os Itens Lexicais

Um item lexical pode ser visto como um terno formado por traços fonológicos, semânticos e formais. Os traços fonológicos são aqueles interpretáveis em FF na forma de instruções para o sistema articulatorio-perceptual, estando acessíveis ao sistema computacional apenas no percurso derivacional que vai do ponto em que Spell-Out (ver seção 1.7) se aplica até FF. Os traços semânticos por seu turno são relevantes apenas para a interface com o sistema conceitual-intencional, sendo inacessíveis durante todo o percurso derivacional. Já os traços formais são acessíveis ao sistema computacional e apresentam entre si distinções cruciais para a caracterização do funcionamento de uma derivação. A primeira delas diz respeito a distinção entre traços legíveis e traços ilegíveis. Traços legíveis são aqueles que, a exemplo dos traços semânticos, recebem interpretação na interface com o sistema conceitual-intencional, como por exemplo os traços de pessoa e número de um substantivo (traços- ϕ). Traços formais ilegíveis, como o próprio nome sugere, não recebem interpretação nesta interface. O exemplo clássico é o traço de Caso. Nenhum traço formal recebe interpretação em FF.

Dada a existência do Princípio de Interpretação Plena, para que uma derivação convirja é preciso que traços semânticos e traços formais não estejam presentes em FF e que traços fonológicos e traços formais ilegíveis não estejam presentes em FL. Com relação à presença de traços formais e semânticos em FF, vamos assumir sem entrar em detalhes que o componente fonológico possui operações capazes de eliminá-los, possibilitando que apenas traços fonológicos cheguem a FF. Quanto à presença de traços fonológicos em FL, Chomsky atribui à operação Spell-Out o papel de enviá-los apenas ao componente fonológico. Isto quer dizer que, do ponto de aplicação desta regra até FL, os itens lexicais constituem-se exclusivamente de traços semânticos e formais. Resta então a questão da

eliminação dos traços formais ilegíveis antes de FL. Antes, porém, uma palavra sobre as categorias funcionais.

1.3 As Categorias Funcionais

Com relação às categorias funcionais, Chomsky (1995) postula que apenas aquelas possuidoras de traços legíveis pelos sistemas interpretativos têm sua existência autorizada dentro do PM. Chomsky argumenta que este não é o caso de Agr e que, portanto, esta categoria deve ser eliminada. Além de T, C e D, Chomsky assume a existência de uma quarta categoria funcional *v*, denominada verbo leve. É no especificador desta categoria que o argumento externo de um verbo é inserido no curso de uma derivação, ficando os argumentos internos dentro da projeção VP (selecionada por *v*), ocupando as posições de especificador e de complemento de V. Chomsky considera que *v* contribui na atribuição do papel temático a seu especificador, ainda que os aspectos semânticos envolvidos nesta contribuição não sejam clarificados no texto¹. Uma oração ganha então a seguinte estrutura interna:

- (1) [CP ... [TP ... [*v*P ... [VP ... V ...]

Neste trabalho, compartilho desta decisão e restrinjo o uso das categorias funcionais ao conjunto formado por C, T, *v* e D². A essas categorias pode se associar um tipo especial de traço formal ilegível, que a partir de Chomsky (1998) tem sido chamado de maneira generalizada de traço EPP. A particularidade deste traço é atrair um sintagma para junto do núcleo que o contém. Esse sintagma ocupará a posição de especificador deste núcleo ou se adjungirá a ele.

¹ Chomsky diz apenas que “a configuração *v*-VP pode ser tomada como a expressão do papel causativo ou agentivo do argumento externo”. Chomsky (1995:315). Cf. Marantz (1984) e Hale e Keyser (1993) para a análise de construções que podem servir de evidência para a postulação de *v*.

² Admito, porém, que a periferia esquerda da sentença possa conter outras projeções funcionais relacionadas à estrutura informacional, como Top(ico)P e Foc(o)P, conforme sugerido em Rizzi (1995). Conceitualmente, não há problemas já que os núcleos que encabeçam estas projeções possuem conteúdo semântico.

1.4 As Operações do Sistema Computacional

De acordo com Chomsky (1995), toda derivação parte de uma *numeração*. A numeração corresponde a um conjunto composto por pares do tipo (α, i) , onde α é um item lexical e i um número inteiro positivo. Os itens lexicais utilizados durante uma derivação são na verdade retirados da numeração e não diretamente do léxico. O índice i indica quantas vezes um determinado item lexical pode ser selecionado no curso da derivação. Esta seleção é feita através de uma operação denominada Selecionar e a cada vez que retira um item da numeração reduz seu índice em uma unidade. Uma derivação legítima termina com todos os índices da numeração reduzidos a zero, caso contrário simplesmente não é considerada uma derivação.

A inexistência de níveis intermediários no PM, em especial a inexistência de estrutura-D, que funcionava como uma interface entre o léxico e o sistema computacional, requer que a estrutura hierarquizada de uma sentença vá sendo construída ao longo da própria derivação. O sistema computacional deve, portanto, possuir uma operação capaz de agrupar tanto itens lexicais quanto estruturas mais complexas formadas por estes itens e de fornecer um rótulo a essas estruturas³. Esta operação foi batizada de Conectar⁴ dentro do PM. Seu mecanismo está representado em (3), onde se pode notar seu caráter binário e assimétrico:

$$(2) \quad \alpha, \beta \rightarrow \begin{array}{c} \alpha \\ \swarrow \quad \searrow \\ \alpha \quad \beta \end{array}$$

O sistema computacional dispõe ainda de duas operações estreitamente vinculadas à eliminação de traços formais ilegíveis: Concordar (*Agree*) e Mover (*Move*). Concordar

Empiricamente, acredito que as evidências apontadas por Rizzi, como certa rigidez na ordem de constituintes que aparecem na periferia esquerda, por exemplo, dão suporte à hipótese deste sistema cindido de projeções.

³ Com relação ao rótulo, Chomsky assume que sua existência é ditada por condições de interface, uma vez que elementos verbais e elementos nominais, por exemplo, são interpretados diferentemente em FL e se comportam diferentemente no componente fonológico (cf. Chomsky 1995:243).

⁴ Utilizarei daqui em diante a tradução *Conectar* para *Merge*, tradução esta que tomo emprestada de Guimarães (1998).

pode ser visualizado da seguinte forma (Chomsky 1998): A eliminação dos traços formais ilegíveis se dá através de relações de checagem entre os traços formais de um núcleo funcional e os traços formais de um outro elemento. O conjunto dos traços formais do núcleo funcional atua como uma sonda que faz um rastreamento até encontrar um conjunto de traços formais do mesmo tipo. Havendo compatibilidade de valor, os traços formais ilegíveis são então eliminados. Já Mover será acionado quando o núcleo funcional em questão possuir um traço EPP. Nesse caso, o elemento portador dos traços identificados pela sonda se move até a posição de especificador da categoria funcional. Mais explicitamente, Mover pode ser entendido como uma operação complexa, equivalente a Concordar+Copiar+Conectar, ou seja após a concordância, o alvo da sonda é copiado e reinserido junto a ela.

É importante ressaltar que o espaço de rastreamento pela sonda é limitado por certas condições: a Condição de C-comando (apenas a sub-árvore contendo os nós c-comandados pela categoria funcional é rastreada) e a Condição do Menor Elo (o rastreamento procede de cima para baixo e é interrompido assim que o primeiro elemento contendo traços capazes de checar os traços da categoria funcional em questão é encontrado⁵).

As operações Conectar e Mover estão submetidas ainda a uma outra condição, chamada de Condição de Último Recurso (Last Resort), que limita suas aplicações aos casos envolvendo checagem de traços. Esta condição pode ser vista como um princípio local de economia derivacional que impede passos supérfluos que não contribuem (naquele instante) para a convergência da derivação. No caso de Conectar envolver um predicado e seus argumentos, vamos assumir que um traço temático é checado (ver seção 1.6).

1.5 A Derivação

Quanto à dinâmica das derivações, irei assumir com Chomsky (1998) que o que torna um elemento ativo para o sistema computacional são seus traços não interpretáveis. No que tange a posições-A, por exemplo, um DP que tenha seu traço de Caso checado não mais poderá se mover para outra posição-A. Da mesma forma, um DP que possua um

⁵ Estou simplificando um pouco. No caso de um núcleo com múltiplos especificadores, estes são considerados equidistantes do núcleo atrator (para o conceito de equidistância, cf. Chomsky 1995:298).

traço-QU, uma vez checado este traço, também não pode se mover para um outro Spec de CP (ver seção 1.6 para exemplos detalhados).

Ainda a respeito das relações de checagem, duas categorias, T e *v* estão diretamente relacionadas à checagem de Caso estrutural, nominativo e acusativo respectivamente. Em Chomsky (1995), ambas as categorias possuíam um traço de Caso, que checava o traço de Caso dos DPs sujeito e objeto de uma sentença contendo um verbo transitivo. Já em Chomsky (1998), T e *v* não mais possuem traço de Caso. Estas categorias são agora dotadas de um conjunto de traços- ϕ que entra diretamente em relação de checagem com os traços- ϕ de um DP. Como resultado desta relação de checagem, o traço de Caso do DP é eliminado. Para ser mais preciso, apenas um conjunto completo de traços- ϕ é capaz de eliminar o traço de Caso de um DP. Para Chomsky (1998), *v* e T finito possuem este conjunto completo, mas T não-finito presente em estruturas de alçamento possui apenas um conjunto incompleto de traços- ϕ , o que impossibilita a eliminação do traço de Caso de um DP com o qual esta categoria se relaciona. O resultado é que mesmo após ser atraído para o Spec de um T não-finito de alçamento, por exemplo, um DP permanece ativo para o sistema computacional, podendo continuar a entrar em relações de checagem e ser movido. É o que acontece em sentenças como (3) abaixo, na qual o sujeito da oração matriz se moveu do Spec de T não-finito da oração encaixada para o Spec de T da oração matriz.

(3) [_{TP} João_i parece [_{TP} t_i [_{VP} t_i *v* [_{VP} amar Maria]]]]

Em casos como este, é apenas quando seus traços- ϕ entram em relação de checagem com o conjunto de traços- ϕ de T finito na oração matriz que o traço de Caso de um DP é eliminado.

1.6 Relações Temáticas

Por fim, um ponto crucial para esta dissertação. Trata-se de um ponto vinculado à natureza das relações temáticas e seu papel dentro de uma derivação executada pelo sistema computacional. Na Teoria da Regência e Ligação, a aplicação do Critério- θ em todos os

níveis de representação sintática impedia o movimento para posições- θ , independentemente do fato de o ponto de partida deste movimento ter sido uma posição temática (violação do critério- θ em FL) ou uma posição não-temática (violação do critério- θ em estrutura-D).

Dentro do PM, Chomsky (1995) busca capturar os efeitos do critério- θ , assumindo que papéis temáticos não são traços formais e que portanto o movimento para posições temáticas viola a Condição de Último Recurso. Esta dissociação entretanto não deve ser tomada como necessária, ou mesmo preferível *a priori*. Não há nada dentro da lógica minimalista que imponha uma tal separação ente traços formais e papéis- θ .⁶ Vejamos então qual seria o seu respaldo empírico. Consideremos as sentenças (mal formadas) do inglês em (4) e as potenciais derivações previstas para elas, caso o movimento para posições- θ seja permitido:

- (4) a. * John hit.
João bateu
- b. * John believes to be intelligent.
João acredita ser inteligente
- (5) a. $[_{TP} \text{John}_i [_{VP} t_i \nu [_{VP} \text{hit } t_i]]]$
- b. $[_{TP} \text{John}_i [_{VP} t_i \nu [_{VP} \text{believes } [_{TP} t_i \text{to be intelligent }]]]]$

⁶ Chomsky (1995, seção 4.6) busca atribuir naturalidade à separação entre papéis temáticos e traços formais e à conseqüente proibição do movimento para posições- θ . Assumindo a visão de Hale e Keyser (1993) de que papéis temáticos são sinônimos de configurações estruturais encabeçadas por núcleos lexicais, ou seja, um argumento recebe um papel temático na medida em que é inserido em uma tal configuração, Chomsky (1995:313) argumenta:

If α raises to a θ -position Th, forming the chain CH = (α , t), the argument that must bear a θ -role is CH, not α . But CH is not in any configuration, and α is not an argument that can receive a θ -role.

No entanto, esse argumento não procede, pela razão exposta em Lasnik (1999:208):

If this argument is valid, it appears to have an obviously unintended consequence. A-movement of an argument should *never* be permitted. This is so since such movement will always create a chain; at LF, by the reasoning in the quoted passage, the moved argument would not be able to receive a θ -role. That is, whether the movement is *to* a θ -position or *from* a θ -position, the result is a chain, and chains are not in configurations.

Em (4a), *John* se move da posição de argumento interno do verbo, onde recebe um papel- θ , para a posição de argumento externo (Spec, v), onde recebe um segundo papel- θ , e finalmente se move para Spec, T, sua posição superficial. O significado da estrutura resultante seria *John hit himself* (“João bateu em si mesmo”). Essa derivação parece lícita graças à possibilidade de movimento para posições- θ . Dada a má formação de (4a), algo precisa ser reparado, e esse algo seria justamente a possibilidade de se mover para posições- θ . Há entretanto um problema extra com a derivação correspondente a (4a). O verbo *hit* é um verbo transitivo e em sua forma ativa atribui Caso acusativo, atribuído ao seu argumento interno, como em *John hit her*. Com isto em mente, voltemos a derivação de (4a) no instante em que v é inserido na estrutura em formação:

(6) [_{VP} v [_{VP} hit John]]]

Neste passo derivacional, o conjunto de traços- ϕ de v rastreará a estrutura e encontrará o conjunto de traços- ϕ de *John*, que terá assim seu traço de Caso eliminado, tornando-se inativo para o sistema computacional. Desta forma, mesmo que permitamos que *John* se mova para receber um segundo papel temático junto a v , ele não poderá checar os traços não interpretáveis de T quando este núcleo for inserido, impedindo a convergência da derivação. Portanto, independente da possibilidade de movimento para posições temáticas, (4a) será mal formada dentro das hipóteses aqui adotadas.

Um raciocínio análogo se aplica a (4b): O verbo *believe* atribui Caso acusativo ao sujeito da oração infinitiva que toma como complemento: *John believes her to be intelligent*. Novamente, ficaríamos com dois núcleos “atribuidores de Caso”, v e T da oração matriz, e apenas um argumento (*John*) capaz de checá-los. Ao entrar em relação de checagem com um destes núcleos, *John* terá seu traço de Caso checado e se tornará inativo, impossibilitando a eliminação dos traços ilegíveis do outro núcleo. Explica-se, portanto, a má formação de (4b), independentemente da possibilidade de movimento para posições- θ .

Raciocinemos agora com base em dois verbos hipotéticos, HIT e BELIEVE, idênticos a *hit* e *believe* em todos os aspectos, exceto pelo fato de não atribuírem Caso acusativo (Brody 1993). Neste caso, as derivações esquematizadas em (5) não podem ser

excluídas por considerações relativas ao traço de Caso, já que passamos a ter um núcleo “atribuidor de Caso”, T da oração matriz, e um argumento, *John*. A questão passa a ser então: verbos como HIT e BELIEVE existem? Aqueles que defendem a impossibilidade de movimento para posições temáticas prevêem que não, já que o único fator que tornaria as derivações em (5) ilegais é o movimento de *John* para Spec, *v* onde ele receberia um segundo papel- θ . Já os que defendem a possibilidade de movimento para posições- θ prevêem que sim, já que segundo a visão que defendem não há absolutamente nada exótico nas derivações esquematizadas em (5).

Busquemos então uma resposta para a pergunta do parágrafo anterior. Começemos com HIT. Lasnik (1992) observou que existem verbos em inglês que admitem uma alternância entre um complemento lexical e um complemento foneticamente não realizado. Exemplos de verbos deste tipo são *wash*, *shave*, *dress* (“lavar, barbear, vestir”):

- (7) a. John shaved himself.
 “João se barbeou”
 b. John shaved.
 João barbeou

A alternância em (7) parece análoga à observada entre *hit* e HIT. Hornstein (1997) sugere que verbos como *shave* são de fato lexicalmente especificados como atribuidores opcionais de Caso acusativo, sugerindo uma derivação para (7b) idêntica a (5a):

- (8) $[_{TP} \text{John}_i [_{vP} t_i v [_{VP} \text{shaved } t_i]]]$

Verbos como *shave* seriam o atestado da existência de verbos hipotéticos como HIT.

Passando ao caso de BELIEVE, vejamos se existem verbos que originem sentenças como (9):

- (9) John BELIEVES to be intelligent.

Casos como (9) existem em inglês: são os verbos de controle, como *try* (“tentar”) por exemplo:

(10) John tries to be intelligent.

“João tenta ser inteligente”

Estas sentenças motivaram a postulação de um categoria vazia especial, PRO. PRO é especial porque é a única categoria capaz de checar o traço de Caso atribuído por T não-finito dos complementos oracionais dos verbos de controle, denominado Caso nulo (Chomsky e Lasnik 1993; Martin 1996). Note-se aqui a dupla especificidade: i) existe um traço de Caso especial exclusivo de uma subclasse de núcleos T não-finitos e ii) existe apenas um argumento (PRO) capaz de checar este traço de Caso.

Vejamos o que acontece se abandonarmos estas duas estipulações, ou seja, se assumirmos que PRO controlado não existe e que nenhum T infinitivo atribui Caso (Hornstein 1999). Agora, nada nos impede de associar a sentenças como (10) derivações como (5b):

(11) [_{TP} John_i [_{VP} t_i v [_{VP} tries [_{TP} t_i to be intelligent]]]

Dito de outra forma, a classe dos verbos de controle é o atestado da existência de verbos como BELIEVE⁷.

Desvencilhamo-nos assim das principais objeções ao movimento para posições-θ. Quanto a argumentos empíricos a favor deste tipo de movimento, existem vários trabalhos dentro do PM apontando nesta direção, como por exemplo Boskovic (1994), Boskovic e Takahashi (1998), Lasnik (1995), Hornstein (1999) e Nunes (1995, 2000, a sair)⁸. No

⁷ Verbos como *want* (“querer”), que se comportam tanto como *try* (ia) quanto como *believe* (ib), seriam como *wash*, *shave* e *dress*, atribuindo Caso acusativo apenas opcionalmente.

(i) a. I want to leave the room.
b. I want John to leave the room.

⁸ Não vou me deter aqui na apresentação destas propostas, porque elas demandam a exposição de dados e hipóteses adicionais que me desviariam dos objetivos principais desta dissertação. Remeto o leitor para os trabalhos que acabo de citar.

capítulo seguinte, defenderei uma análise para o sujeito nulo do PB que faz uso crucial do movimento para posições- θ . Na medida em que os resultados alcançados estejam no caminho correto, tal análise torna-se também um argumento a favor da visão de que papéis temáticos são traços formais.

Por fim, uma palavra sobre a natureza deste “traço temático”. Vou assumir que o mesmo tem a propriedade de um traço EPP, ou seja, ele força a inserção de um argumento junto à estrutura encabeçada pelo núcleo lexical que o contém⁹. Espera-se ainda que este traço também atue como uma sonda a procura de um alvo, neste caso um DP argumento capaz de checá-lo, e que o espaço de busca seja restringido pelos mesmos mecanismos que vimos em relação às aplicações usuais da operação Concordar (cf. seção 1.4). Conforme se verá no próximo capítulo, os dados do PB para os quais eu defendo uma análise baseada em movimento para posições temáticas confirmam esta expectativa.

1.7 Um Exemplo

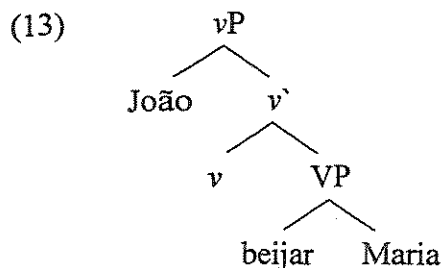
Fecharei este capítulo apresentando uma sentença e acompanhando passo a passo sua derivação até FL a fim de concretizar os aspectos técnicos adotados até aqui. Consideremos então (12) abaixo:

(12) João tentou beijar Maria

Primeiramente, *beijar* e *Maria* são retirados da numeração e conectados, havendo a checagem de um traço temático. *v* é então selecionado e se conecta à estrutura já formada, fazendo desta seu complemento. Em seguida, *João* é selecionado e conectado a *vP*, tornando-se seu especificador e checando um traço temático¹⁰:

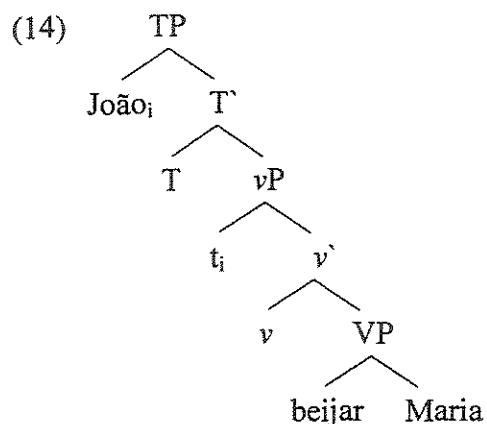
⁹ Entretanto, isto não é uma necessidade lógica. Boskovic e Takahashi (1998), por exemplo, desenvolvem a idéia de as línguas naturais podem diferir com relação a essa propriedade.

¹⁰ Para facilidade de exposição, utilizarei diagramas de árvore e representações contendo categorias X-barra tradicionais. Ver entretanto Chomsky (1994, 1995) para a motivação e formalização de representações baseadas numa *Bare Phrase Structure*. Desprezarei ainda movimento do verbo, já que isto será irrelevante para os propósitos desta dissertação.



v é um núcleo funcional que possui traços- ϕ ilegíveis que precisam ser eliminados. Através da operação Concordear, há o rastreamento da sub-árvore correspondente a VP em busca de traços relevantes capazes de checar os traços de v . Neste caso *Maria* é quem os possui. Os traços ilegíveis de v são então eliminados juntamente com o traço de Caso de *Maria*. *Maria* torna-se inativo para o sistema computacional, não podendo ser alvo de operações posteriores relacionadas a movimentos-A.

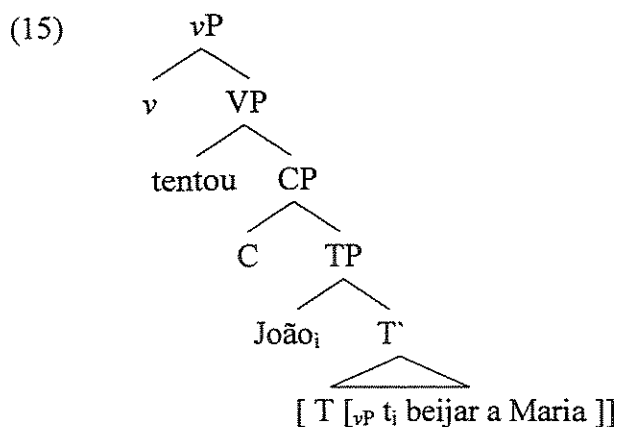
Prosseguindo, T não-finito é retirado da numeração e conectado a vP. Este T possui um conjunto de traços- ϕ ilegíveis que rastrearão vP e encontrarão o sintagma *João*. Ocorre aí a eliminação dos traços- ϕ de T. Mas note que estou assumindo que T não-finito em casos como este possui apenas um conjunto incompleto de traços- ϕ , o que não o credencia a eliminar o traço de Caso de *João*. A T não-finito é sempre atribuído em PB um traço EPP. Com isso a operação Mover é acionada e *João* é alçado passando a ocupar a posição de especificador de T¹¹:



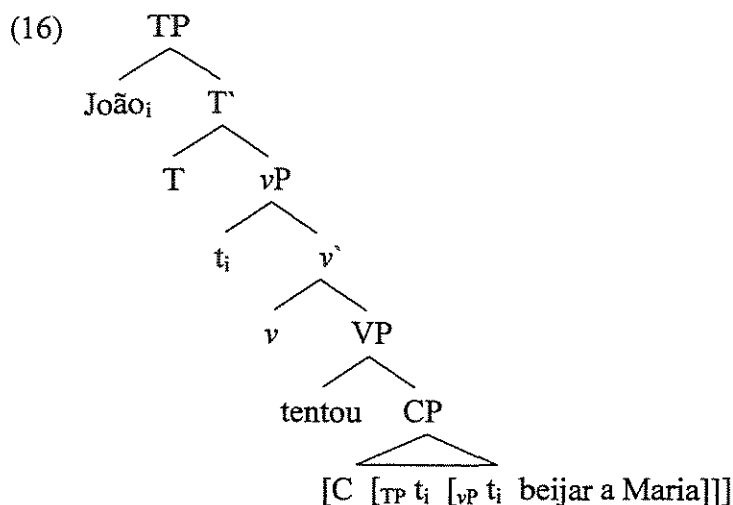
¹¹ Também visando exclusivamente facilidade de exposição, irei me utilizar de notação baseada em vestígios (*t*) coindexados ao invés de cópias. Cf. Chomsky (1993) e Nunes (1995, 2000, a sair) para argumentos a favor da teoria de movimento por cópias.

Mesmo tendo participado de uma relação de checagem e sido alçado, *João* continua ativo para o sistema computacional porque seu traço de Caso não foi eliminado. Os traços- ϕ de *João*, por serem legíveis, permanecem intactos.

A derivação continua, completando-se a formação da oração encaixada através da construção de CP via Conectar, e prossegue com a formação da oração matriz: *tentou* se conecta ao CP já formado, checando um traço temático; *v* se conecta ao VP resultante da conexão anterior, obtendo-se (15):



v possui um traço temático a ser checado. Rastreia-se CP em busca de um argumento e encontra-se *João*. Este é então alçado até a oração matriz e passa a ocupar a posição de especificador de *v*. Em seguida seleciona-se T finito, conectando-o ao *vP* já formado. T possui um conjunto completo de traços- ϕ e um traço EPP, todos ilegíveis. Estes traços são eliminados e desencadeiam o alçamento de *João*, que passa a ocupar o especificador de T. Por T finito possuir um conjunto completo de traços- ϕ , o traço de Caso de *João* é eliminado. Com isto *João* passa a estar inativo para o sistema computacional, no que se refere a movimentos-A. Chega-se então ao seguinte estágio:



Após este estágio, completa-se a formação de CP matriz, chegando-se ao término da derivação.

Antes de encerrar, uma palavra sobre *Spell-Out*, a operação responsável pela "bifurcação" das derivações, possibilitando o envio das estruturas sintáticas tanto para o componente fonológico quanto para o componente semântico. Estarei assumindo aqui, com o intuito único de ser concreto, que aplicações das operações Conectar, Concordar e Mover vão se sucedendo no decorrer de toda a derivação, não havendo um "componente coberto" no qual as operações têm reflexo apenas em LF mas não em FF (cf. Chomsky 1998). Assim, a operação *Spell-Out* se aplica ao término da derivação, retirando da representação correspondente a LF todos os traços fonológicos, traços estes que serão enviados apenas ao componente fonológico¹².

¹² A possibilidade de múltiplas aplicações de *Spell-Out* (cf. Uriagereka 1999 e Chomsky 1998, 1999) não será discutida aqui porque não é diretamente relevante para as discussões desta dissertação.

Capítulo 2

O Sujeito Nulo do Português Brasileiro

2.1. Introdução

Este capítulo trata de estruturas que contêm argumentos nulos ocupando a posição de sujeito em orações finitas no português brasileiro (PB). Meu principal interesse é desenvolver uma análise condizente com os pressupostos minimalistas capaz de explicar satisfatoriamente uma série de peculiaridades apresentadas pelo sujeito nulo do PB.

Conforme mostrarei mais adiante, o PB tem passado por mudanças significativas que restringiram bastante a possibilidade de ocorrência de uma categoria vazia na posição de sujeito de uma oração finita e que acabaram por torná-lo uma língua com propriedades que o distinguem tanto daquelas consideradas verdadeiramente pro-drop, como o italiano e o espanhol, quanto daquelas categoricamente não pro-drop, como o inglês e o francês. Como uma primeira aproximação, pode-se dizer que o PB admite sujeitos nulos expletivos e indefinidos, mas não sujeitos nulos referenciais, conforme pode ser visto em (1)¹:

- (1) a. Está chovendo.
 b. Mataram o prefeito.
 c. Não usa mais saia no Brasil.
 d. * Comprou um carro novo.

Para que a sentença (1d) se torne gramatical, é preciso introduzir um pronome pleno (*ele* ou *você*, por exemplo). Se quisermos, porém, mantê-la como está, podemos encaixá-la em uma oração que contenha um elemento que sirva de antecedente ao seu sujeito:

¹ Este trabalho focalizará apenas casos de sujeito nulo referencial. Deixarei intocadas estruturas como (1a)-(1c), contendo instâncias de sujeito nulo expletivo e indefinido respectivamente. Para os expletivos, podemos

(2) O João_i disse [que *cv*_i comprou um carro novo].

A idéia principal a ser defendida aqui é que as instâncias de sujeito nulo referencial encontradas em PB não correspondem a um pronome nulo, nem a uma categoria vazia vinculada a um operador nulo, mas sim a um vestígio, resultado de uma operação de alçamento a partir da posição de especificador de T finito para uma oração mais alta (hiperalçamento, na terminologia de Ura (1994)). Meu principal objetivo será explicitar uma análise nestas linhas e demonstrar que, uma vez assumida, esta análise pode derivar uma série de peculiaridades do sujeito nulo do PB.

Para cumprir este objetivo, organizei o capítulo da seguinte forma: na seção 2.2, apresento as principais peculiaridades e restrições relacionadas ao licenciamento do sujeito nulo em PB. Na seção 2.3, apresento minha análise, apontando o aspecto da gramática do PB que, a meu ver, está na base de todas as particularidades de seu sujeito nulo. Na seção 2.4, mostro como cada uma das propriedades listadas na seção 2.2 pode ser derivada desta minha análise. Na seção 2.5, concluo o capítulo.

2.2 Os Dados

2.2.1 O Enfraquecimento da Concordância Sujeito -Verbo

Conforme mostram os dados em (3), o PB moderno (3b) sofreu, em relação a estágios anteriores da língua (3a), uma simplificação sensível em seu paradigma verbal²:

(3)

a.	b.
Eu falo	Eu falo

assumir simplesmente a existência de um *pro_{expl}*, o que é compatível com os resultados que se seguem. Quanto ao caso dos indefinidos, não terei nada a dizer sobre eles.

² Cf. Duarte (1995) para um estudo estatístico detalhado deste processo. Cf. Galves (1991, 1993) para consequências que esta simplificação pode ter trazido para a estrutura da frase em PB.

Tu falas	Você fala
Ele fala	Ele fala
Nós falamos	A gente fala ³
Vós falais	Vocês falam
Eles falam	Eles falam

Em (3), pode-se notar que, de seis formas verbais distintas, passou-se a apenas três e que a distinção entre segunda e terceira pessoa desapareceu por completo. Curiosamente, o PB também reduziu de maneira drástica os ambientes em que se pode utilizar um sujeito nulo. Deixando de lado os sujeitos expletivos e de interpretação arbitrária, as instâncias de sujeito nulo encontradas atualmente em PB compreendem apenas sujeitos nulos em orações encaixadas. Os sujeitos nulos em orações matrizes parecem ter desaparecido junto com a riqueza da concordância verbal:

- (4) a. * Comprou um carro.
b. Ele_i disse [que cv_i comprou um carro].
c. Você_i disse [que cv_i comprou um carro].

Estou me referindo aqui a sujeitos com interpretação dêitica, na qual o referente é tomado do contexto extralingüístico, e sujeitos anafóricos, que tomam o mesmo referente de um outro elemento que apareceu previamente no contexto lingüístico.

Existem, aparentemente, restrições pragmáticas quanto às possibilidades destes tipos de sujeito que não são de modo algum particulares ao PB. Estas restrições parecem exigir que o referente do sujeito seja contextualmente saliente. Algumas destas restrições vão além dos sujeitos nulos, sendo na verdade exigências gerais impostas às línguas naturais sobre o uso adequado de um argumento pronominal nesta posição. Por exemplo, considere (5a-b), abaixo, adaptados de Heim (1982):

- (5) a. ?? O João é casado. Ela é linda.

³ Sobre o aparecimento de *a gente* no quadro pronominal brasileiro, ver Lopes (1999).

b. O João tem uma esposa. Ela é linda

Note que as primeiras sentenças de (5a) e (5b) possuem as mesmas condições de verdade e são adequadas no mesmo tipo de contexto. Entretanto, o uso do pronome na continuação dos textos só é perfeito em (5b), indicando que a idéia de saliência discursiva pode requerer a presença gramatical de um antecedente vinculado ao mesmo referente. Já outras restrições se aplicam apenas aos sujeitos nulos e por isso vão se manifestar apenas nas chamadas línguas de sujeito nulo. Calabrese (1986) é uma tentativa de formalizar este tipo de assimetria. Consideremos um de seus exemplos do italiano:

(6) Dopo que Carlo_i lascio Maria_j, *cv_{i/*j} /lei_j* inizio a scrivere un romanzo

“Depois que Carlos deixou Maria, *cv/ele-ela* começou a escrever um romance”

(6) mostra que mesmo numa língua de sujeito nulo como o italiano, o uso de um sujeito nulo anafórico em uma oração matriz não é livre. De acordo com Calabrese, é necessário que o sujeito seja correferente a uma expressão gramatical que também ocupe uma posição de sujeito de uma oração anterior. Em relação ao sujeito nulo com interpretação dêitica, este é uma opção corrente, na verdade preferível em relação ao sujeito lexical, em línguas como o italiano. Daí a boa formação de (7) exigir apenas a presença de um referente extralingüístico contextualmente relevante para sua adequação enunciativa:

(7) *cv* há telefonato.

cv telefonou

Estou dizendo tudo isto para deixar claro que ao afirmar que o PB não mais admite sujeito nulo nas orações matrizes, tenho em mente casos em que o uso de um argumento pronominal na mesma posição é em geral permitido nas línguas naturais e principalmente casos em que nas línguas de sujeito nulo, uma categoria vazia é permitida nesta posição. Desta forma, (4a) é mal formada em PB, contrastando com (7) em italiano. Igualmente, (8) é mal formada em PB, contrastando com (6) em italiano:

(8) * Depois que o Carlos_i deixou a Maria, *cv_i* escreveu um romance.

Há, entretanto, um contexto em que sujeitos nulos são possíveis nas orações matrizes em PB. Trata-se de respostas a perguntas na qual o referente do sujeito é explicitamente mencionado, como em (9):

- (9) A: E a Maria?
B: Viajou pra Europa.

Voltarei a casos como este no próximo capítulo. Aqui o que parece estar em jogo é a possibilidade de um tópico nulo em PB, nas linhas propostas por Huang (1982, 1984) para o chinês⁴. Estes casos, portanto, não serão tratados neste capítulo.

2.2.2 A Localidade do Antecedente

⁴ O mesmo parece ser válido para os sujeitos nulos de 1ª pessoa. Entretanto, vale notar algumas assimetrias. A primeira delas é que o sujeito nulo de 1ª pessoa dispensa a menção prévia a seu referente:

(i) Comprei um carro novo.

Isso pode ser atribuído ao fato de que a 1ª pessoa, por remeter sempre ao enunciador, estaria inerentemente ligada ao discurso, dispensando outros recursos de identificação para o tópico nulo em questão (ver Gonçalves (1994: 159 e ss) para discussão).

Uma segunda assimetria entre os sujeitos nulos de 1ª e 3ª pessoa diz respeito ao fato de que esta identificação discursiva só está disponível para os sujeitos de 1ª pessoa da oração matriz, enquanto os sujeitos nulos de 3ª pessoa em orações encaixadas parecem poder lançar mão de tal recurso de identificação:

(ii) ?* As pessoas estão achando que viajei pra Europa.

(iii) A: E o João?

B: As pessoas estão achando que viajou pra Europa.

No caso de sujeitos nulos encaixados correferentes ao sujeito da oração mais alta, há um paralelismo de comportamento:

(iv) O João está achando que ganhou na loteria.

(v) Eu estou achando que ganhei na loteria.

Computados todos os casos, parece que os sujeitos nulos de 1ª pessoa tem uma distribuição mais limitada que os de 3ª pessoa, o que está de acordo com o estudo estatístico de Duarte (1995). Infelizmente, não tenho no momento uma explicação para a assimetria (ii)-(iii).

Como acabamos de ver, estar localizado em uma oração encaixada é uma condição necessária para a legitimação do sujeito nulo em PB. Entretanto, não se trata de uma condição suficiente, o que fica claro através dos exemplos abaixo⁵:

- (10) a. * O João disse [que a Maria acha [que *cv* é bonito]].
 b. * A mãe do João acha [que *cv* é bonito].
 c. * O João disse [que a Maria acha [que *cv* são bonitos]].

A inaceitabilidade das sentenças em (10) contrasta com a boa formação de (11):

- (11) O João_i acha [que *cv*_i é bonito].

O contraste entre (11) e (10a) mostra que o sujeito nulo deve ter seu antecedente na oração imediatamente mais alta. (10b) mostra que o sujeito nulo deve ser c-comandado por este antecedente e (10c) mostra a impossibilidade de o sujeito nulo tomar um antecedente cindido. Destes exemplos, pode-se retirar, então, a seguinte generalização:

- (12) O sujeito nulo referencial do PB deve estar c-comandado por um antecedente na oração imediatamente mais alta.

2.2.3 O Princípio *Evite Pronome*

Um fato já há muito observado na literatura é que nas línguas de sujeito nulo, a alternância sujeito nulo/sujeito lexical não ocorre livremente, ou seja, existem contextos em

⁵ Dados como estes foram apresentados em Moreira da Silva (1983) e rediscutidos mais recentemente por Figueiredo Silva (1996). Fatos semelhantes ocorrem em hebraico (Borer 1989). No entanto, em hebraico a presença de um complementizador na oração encaixada impede a presença de um sujeito nulo na mesma, a não ser que este complementizador se cliticize ao verbo. Isto, definitivamente, não é verdadeiro para o PB. Figueiredo Silva ainda assim busca adaptar a idéia de um Agr anafórico proposta por Borer para o hebraico. Entretanto, esta assimetria entre as duas línguas força a autora a complicar excessivamente a estrutura da frase em PB, assumindo a existência de uma série de projeções Agr, além de ter de postular movimentos vácuos (*string vacuos movement*) de núcleos. Essas hipóteses não encontram motivação independente no trabalho da autora. A análise que vou propor neste capítulo buscará dar conta destes e de outros fatos do PB de uma maneira bem menos "custosa".

que o uso de uma das formas é preferido (talvez exigido). Para estes casos foi proposto que a gramática possui princípios que regulam esta distribuição. Um destes princípios ficou conhecido como *Evite Pronome (Avoid Pronoun)* (Chomsky 1981) e estabelecia o seguinte:

(13) *Evite Pronome*

Sempre que a alternância pronome nulo/pronome lexical for possível, deve-se utilizar o pronome nulo.

Desta forma, em línguas como o espanhol ou o italiano, o pronome lexical só será utilizado em uma sentença como (14) se este estiver recebendo acento, indicando ênfase ou contraste, função obviamente incompatível com o pronome nulo.

(14) O João_i disse que *ele_i* comprou um carro novo.

O PB, entretanto, permite (14) em contextos neutros, o que nos dá a impressão de que o princípio (13) não se aplica nesta língua (Duarte 1995). A questão é saber por que razão isto acontece.

Cumprir dizer que a formulação correta do princípio Evite Pronome foi continuamente revisitada à medida que o estudo sobre a natureza das categorias pronominais foi se aprofundando. Hoje, parece consensual que a distinção de duas classes de pronomes, os fortes e fracos, desempenha papel crucial no estabelecimento da alternância nulo/lexical (cf., dentre outros, Calabrese 1986; Rigau 1986; Soriano 1989; Cardinaletti e Starke 1994; Kato 1999).

A tendência destes estudos é apontar para o fato de que os pronomes se dividem em (pelo menos) duas classes: pronomes fortes e pronomes fracos. Estas classes se caracterizam por apresentar propriedades morfofonológicas e semânticas distintas. Neste sentido, postula-se que orações com um sujeito pronominal fraco e orações com um sujeito pronominal forte não se equivalem estruturalmente, uma vez que estes pronomes não ocupam as mesmas posições na estrutura. Os pronomes fracos ocupariam uma posição interna a TP, enquanto que os pronomes fortes se abrigariam em uma projeção mais alta, à margem esquerda da oração.

Nas línguas de sujeito nulo, assume-se que o pronome nulo na posição de sujeito pertence à classe dos pronomes fracos e que os pronomes lexicais correspondentes pertencem à classe dos pronomes fortes. Nestas línguas, particularmente nas românicas, parece não haver pronomes lexicais fracos para a posição de sujeito.⁶ À medida que o uso de pronomes fracos e pronomes fortes põe em jogo diferentes projeções, fornecendo *inputs* diferentes para os sistemas interpretativos, não se pode mais falar numa simples alternância sujeito nulo/sujeito lexical e o conteúdo do princípio Evite Pronome se esvazia. Não se pode mais falar em preferência em nenhum sentido não trivial do termo. Ou seja, o uso de um ou outro tipo de pronome estará, cada um, adequado a um tipo específico de contexto pragmático. Mas isto vale para duas sentenças distintas quaisquer de uma língua.

O que é peculiar ao PB no contexto das outras línguas românicas de sujeito nulo é o fato de esta língua permitir instâncias de sujeito nulo com a mesma interpretação dos pronomes lexicais correspondentes, sugerindo que ambos ocupem a mesma posição estrutural:

- (15) a. O João disse que comprou um carro novo.
b. O João_i disse que ele_i comprou um carro novo.

É este fato que buscarei explicar mais adiante.

2.2.4 O Princípio de Montalbetti

Consideremos, agora, um outro princípio regulador da alternância pronome nulo/pronome lexical. Trata-se da *Restrição do Pronome Lexical (Overt Pronoun Constraint)* proposta por Montalbetti (1984)⁷:

⁶ Kato (1999) eleva esta distribuição ao estatuto de princípio, ou seja, admite como universal a impossibilidade de coocorrência entre sujeito nulo e um paradigma de pronomes lexicais fracos para a posição de sujeito.

⁷ O enunciado em (16) é na verdade uma adaptação em termos da Teoria da Ligação da proposta de Montalbetti, inserida no contexto da chamada *Linking Theory*. Cf. Lasnik e Uriagereka (1988) para uma discussão sucinta, porém clara, sobre o funcionamento da proposta de Montalbetti.

(16) *Restrição do Pronome Lexical*

Um pronome lexical não pode estar localmente ligado por uma variável, se um pronome nulo for possível na mesma posição.

Os dados que exemplificam a atuação deste princípio são os seguintes (dados do espanhol):

- (17) a. * [Todo chico]_i t_i dijo que Maria piensa que él_i es inteligente.
 b. [Todo chico]_i t_i dijo que Maria piensa que *pro*_i es inteligente.
 “Todo menino disse que Maria pensa que ele/*pro* é inteligente.”
- (18) a. [Todo chico]_i t_i dijo que *pro*_i piensa que él_i es inteligente.
 b. [Todo chico]_i t_i dijo que *pro*_i piensa que *pro*_i es inteligente.
 “Todo menino disse que pensa que ele/*pro* é inteligente.”

O ligador mais próximo para o pronome *él* em (17a) é *t_i*, uma variável resultante do movimento do sintagma quantificacional *todo chico* em FL. De acordo com o princípio de Montalbetti, (17a) é mal formada, porque um pronome nulo pode ser usado no lugar do pronome lexical, conforme mostra (17b). Já (18a) admite o uso do pronome lexical porque este não está localmente ligado por uma variável, mas sim por um pronome nulo, neste caso *pro* da oração intermediária. Desta forma, o princípio não se aplica e tanto (18a) quanto (18b) são bem formadas.

Consideremos, agora, casos semelhante em PB:

- (19) a. [Nenhum menino]_i t_i disse que a Maria acha que ele_i é inteligente.
 b. * [Nenhum menino]_i t_i disse que a Maria acha que *cv*_i é inteligente.

Comparando (19a-b) com (17a-b), pode-se verificar que o PB se comporta de maneira oposta ao espanhol: (19a), que corresponde a (17a), é bem formada, mesmo o pronome lexical estando ligado localmente por uma variável, e (19b), que corresponde a (17b), é mal formada, apesar do uso de um sujeito nulo na posição correspondente. Uma vez mais, os

dados do PB parecem violar um princípio empiricamente sustentado por dados de outras línguas⁸.

2.2.5 *Só DPs e Elipse*

O sujeito nulo do PB apresenta ainda restrições interpretativas em dois outros contextos que me parecem dignos de nota⁹. O primeiro deles diz respeito a assimetrias entre a interpretação obtida com o uso de um pronome lexical e a interpretação obtida com uma categoria vazia em seu lugar em sentenças como as abaixo:

- (20) a. Só o João acha que ele vai ganhar a corrida.
b. Só o João acha que vai ganhar a corrida.

(20a) significa que o João é a única pessoa que acredita na vitória dele/João. Esta sentença seria falsa diante de uma situação em que outra pessoa também ache que o João vai ganhar a corrida. Já (20b) significa que o João é a única pessoa que acredita na própria vitória, sendo incompatível com uma situação em que outra pessoa esteja auto-confiante, também achando que vai ganhar a corrida. Cumpre notar ainda que apenas (20a) admite que o sujeito da oração encaixada seja interpretado como uma outra entidade presente no discurso, como Pedro por exemplo.

O segundo contexto a ser apresentado nesta subseção também revela uma assimetria entre sujeito lexical e sujeito nulo, desta vez em estruturas de elipse, como as apresentadas em (21).

- (21) a. O João_i acha que ele_i vai ganhar a corrida e a Maria também.
b. O João acha que vai ganhar a corrida e a Maria também.

⁸ Cabem aqui também as observações feitas na seção anterior a respeito da distinção pronomes fortes/pronomes fracos. Levando em consideração o que já foi dito, o princípio de Montalbetti pode se reduzir a algo como (i) (cf. Rigau (1986) para uma discussão nesses termos):

(i) Um pronome forte não pode estar localmente ligado por uma variável.

⁹ Estes fatos foram notados primeiramente por Moreira da Silva (1983) e Chao (1983). Para discussões mais recentes, cf. Negrão e Viotti (2000) e Modesto (2000).

(21a) é ambígua, admitindo as chamadas leitura estrita (*strict reading*), parafraseada em (22a), e leitura imprecisa (*sloppy reading*), parafraseada em (22b). Já (21b) não é ambígua, admitindo apenas a leitura imprecisa.

(22)

- a. O João acha que ele_i vai ganhar a corrida e a Maria acha que ele_i vai ganhar a corrida.
- b. O João acha que ele_i vai ganhar a corrida e a Maria_j acha que ela_j vai ganhar a corrida.

2.2.6 Hiperálçamento

Um outro contexto em que o PB permite sujeitos nulos e que merece destaque são casos envolvendo hiperálçamento (Ura 1994). Trata-se do alçamento a partir da posição de especificador de T de uma oração finita para a oração imediatamente mais alta:

(23) O João parece que comprou um carro novo¹⁰.

A boa formação de (23) indica que a opção pelo hiperálçamento deve de fato estar disponível em PB¹¹. Poderíamos argumentar que se trata de um tópico relacionado a posição de sujeito da oração encaixada, seguido de um expletivo nulo na posição de sujeito da oração matriz. Isto entretanto não parece estar correto, já que podemos substituir *João* tanto por uma forma pronominal fraca (24a), quanto por um quantificador como *alguém* (24b), que a sentença continua perfeita. Como estes elementos são avessos a topicalização, conforme nos mostram (25a) e (25b), somos forçados a concluir que o PB de fato lança mão da estratégia de hiperálçamento¹².

¹⁰ Sobre certos aspectos da sintaxe do verbo *parecer* em PB, ver Quicoli (1982).

¹¹ Ura (1994) elenca uma série de línguas que admitem construções semelhantes a (23), mas não inclui entre elas o PB.

¹² Alguns falantes acusam uma degradação diante de exemplos envolvendo outras pessoas que não a terceira do singular. Entretanto, para outros falantes (grupo no qual me incluo) esta degradação inexistente e exemplos como (i) abaixo são perfeitos:

(i) Eles pareciam que estavam doentes.

(24) a. Cê parece que está doente.

b. Alguém parece que está doente.

(25) a.* Cê, o João me disse que seria aprovada. (cf. Você, o João me disse que seria aprovada)

b. * Alguém, o João me disse que seria aprovado. (cf. A Maria, o João me disse que seria aprovada)

2.2.7 Sujeito Nulo em Ilhas

Uma última restrição sobre o uso de sujeitos nulos em PB diz respeito à impossibilidade de sua ocorrência no interior de certas ilhas, conforme atestam os exemplos abaixo, envolvendo orações relativas:

(26) a. ?? O João_i não gostou dos livros que [*cv_i* leu na escola].

b. ?? O João_i disse que [as meninas [que *cv_i* encontrou na rua]] eram estrangeiras.

Orações relativas são exemplos das chamadas ilhas fortes, caracterizadas como estruturas de dentro das quais é impossível extrair um argumento verbal. Entretanto, um outro exemplo de ilha forte, as orações adjuntas, permitem sujeitos nulos, como se pode ver em (27):

(27) O João visitou a Maria [quando saiu do trabalho].

Neste caso, o sujeito nulo é possível e deve necessariamente ser correferente ao sujeito da oração matriz.

Mesmo com a primeira pessoa, é possível obter exemplos bem formados, bastando um contexto adequado. Por exemplo, em uma situação de perplexidade, (ii) me parece perfeita:

(ii) Mas eu não tô parecendo que tô doente, tô?

Consideremos, agora, o caso de uma ilha fraca, como uma oração interrogativa encaixada contendo um sintagma-QU em sua periferia esquerda. Em casos como este, um contraste interessante aparece: se o sintagma-QU for um adjunto, incapaz de preencher uma posição temática, então o sujeito nulo é possível na oração encaixada, como mostram os exemplos em (28). Se o sintagma-QU for um elemento proveniente de uma posição argumental, então o uso do sujeito nulo torna a sentença degradada, conforme mostrado em (29)¹³:

- (28) a. O João_i não sabe [quando *cv_i* leu esse livro].
 b. O João_i não sabe [onde *cv_i* comprou esse livro].
 c. O João_i não sabe [porque *cv_i* leu esse livro].
 d. O João_i não sabe [como *cv_i* comprou esse livro].
- (29) a. ?? O João_i não sabe [que livro *cv_i* leu na semana passada].
 b. ? O João_i não sabe [pra quem *cv_i* emprestou este livro]¹⁴.

O mesmo tipo de contraste pode ser notado quando um elemento topicalizado aparece na periferia esquerda da oração encaixada. Novamente, não-argumentos permitem o sujeito nulo, mas argumentos não:

- (30) ? O João_i disse [que amanhã *cv_i* vai viajar pra Europa].
 (31) * O João disse [que esse livros *cv_i* leu na semana passada].

Uma outra ilha dentro da qual também é possível encontrar sujeitos nulos em PB são as chamadas de NP-complexos, como (32) abaixo¹⁵:

¹³ O contraste pode ser sutil em alguns casos, mas aponta sistematicamente para a mesma direção, ou seja, é possível encontrar falantes que acham as sentenças em (28) boas mas as em (29) ruins, mas não parece haver falantes que prefiram as sentenças em (29) às sentenças em (28). (Agradeço a Jairo Nunes por ter me ajudado a clarificar este ponto).

¹⁴ Exemplos com um PP deslocado (= (29b)) parecem um pouco melhores que casos com um DP (= (29a)). Voltarei a isto na seção 2.4.

(32) O presidente_i negou [os rumores de que *cv_i* recebeu dinheiro de empresários].

Voltarei a todos estes exemplos na seção 2.4, onde buscarei enquadrá-los à minha análise para o sujeito nulo em PB, a ser apresentada na próxima seção.

2.3 A Análise

Desde Chomsky (1982), assume-se que a categoria vazia que ocupa a posição de sujeito em orações finitas de diversas línguas corresponde a um elemento pronominal (*pro*). O fato de nem todas as línguas do mundo manifestarem a existência de *pro* levantou de imediato a questão sobre o que estaria na base desta partição das línguas naturais entre línguas que admitem *pro* (as chamadas línguas *pro-drop*) e línguas que não admitem *pro*. A idéia de um parâmetro binário +/- *pro-drop*, destinado exclusivamente a captar esta distinção, não pareceu atrativa, uma vez que tratava a possibilidade da existência de sujeitos nulos isoladamente, prevendo que uma mesma gramática pudesse comportar a existência de *pro* junto a quaisquer outras propriedades. O problema é que o estudo das línguas de sujeito nulo mostrou que estas possuem uma série de características que as aproxima entre si e as diferencia das demais línguas, como, por exemplo, a ausência de efeitos *that-trace* e a possibilidade de inversão sujeito-verbo. Seria portanto interessante associar este conjunto de propriedades a um único parâmetro mais abstrato do qual todas elas (ou pelo menos boa parte delas) se seguiriam¹⁵.

A idéia mais amplamente difundida foi a de que *pro* precisa ser legitimado e que esta legitimação só é possível em línguas que possuem uma morfologia verbal rica capaz de recuperar os traços formais do referente do pronome nulo¹⁷. Na Teoria da Regência e

¹⁵ Esta possibilidade de sujeitos nulos dentro de NPs complexos em oposição às orações relativas foi notada por Modesto (2000), de quem tomo emprestado o exemplo (32).

¹⁶ Para argumentos em favor de uma análise unificada destas propriedades, e em particular para evidências empíricas bastante convincentes de que sujeito nulo, inversão e efeitos *that-trace* estão relacionados, cf. Rizzi (1982); Brandi e Cordin (1989) e Kenstowicz (1989). Para uma tentativa de derivar a propriedade da inversão nas línguas de sujeito nulo, cf. Kato (1999).

¹⁷ Mas cf. Kato (1999), para uma visão alternativa onde a autora propõe que em línguas de sujeito nulo como o espanhol e o italiano os morfemas flexionais de concordância são tomados como itens independentes, que se agregam à raiz verbal no curso da derivação, dispensando assim o uso de *pro* na posição de sujeito. A eliminação de *pro* não é um bem em si, mas, novamente, diante dos pressupostos que estou adotando aqui, esta eliminação é bem vinda, já que dispensa o mecanismo de identificação de *pro* argumental. Não é nada

Ligação, o conceito de morfologia verbal rica (ou pobre) foi codificado no núcleo funcional Agr, assumindo-se que as línguas poderiam possuir um Agr forte ou fraco. As propriedades das línguas *pro-drop* então passaram a ser associadas à natureza de Agr (Agr forte licencia *pro*, mas Agr fraco não; Agr forte pode ser um regente apropriado, mas Agr fraco não, etc...)¹⁸.

Uma boa fonte de dados para a comprovação desta teoria vem de estudos diacrônicos. Por exemplo, espera-se que uma língua que tenha sofrido um enfraquecimento em sua morfologia verbal, apresente uma perda paralela de sua capacidade de permitir sujeitos nulos¹⁹. Esta previsão é claramente confirmada pelos dados do PB²⁰. Conforme apontado na seção 2.1, o PB moderno sofreu em relação a estágios anteriores da língua uma simplificação sensível em seu paradigma verbal. De seis formas verbais distintas, este paradigma passou a conter apenas três e a distinção entre segunda e terceira pessoa desapareceu. Curiosamente, o PB reduziu de maneira drástica os ambientes em que se pode utilizar um sujeito nulo. Deixando de lado os sujeitos expletivos e de interpretação indefinida, as instâncias de sujeito nulo observadas atualmente em PB compreendem apenas sujeitos nulos em orações encaixadas, os quais estão ainda sujeitos a restrições interpretativas bastante rigorosas, como mostrado na seção 2.2. Neste aspecto, o PB parece ter evoluído de maneira parcialmente diferente do francês, língua que também sofreu um enfraquecimento em seu sistema verbal, mas que excluiu a possibilidade de sujeito nulo em

óbvio que um tal mecanismo possa ser implementado em harmonia com a metodologia parcimoniosa do Programa Minimalista. Esta implementação tem sempre envolvido expedientes como transferência de traços- ϕ , co-indexação, percolação de índices, regência, etc... Obviamente, isto não se constituía em preocupação dentro da Teoria da Regência e Ligação, mas o PM busca eliminar estes mecanismos, o que dá suporte conceitual à idéia de Kato.

¹⁸ Para uma retrospectiva sobre o parâmetro do sujeito nulo, bem como uma crítica à hipótese da riqueza flexional. Cf. Jaeggli e Safir (1989), onde dados de várias línguas são discutidos.

¹⁹ A ocorrência de sujeitos nulos, entretanto, não está necessariamente atrelada à riqueza flexional da língua. O chinês, por exemplo, é o exemplo clássico de uma língua que permite sujeitos nulos apesar de não apresentar qualquer marca flexional indicando concordância em seu verbo (cf. Huang 1989). Também interessante é o caso da evolução do islandês. De acordo com Sigurdsson (1993), o paradigma verbal do islandês moderno não sofreu um enfraquecimento se comparado ao islandês antigo. Entretanto, os ambientes de ocorrência de sujeito nulo se alteraram na passagem de um estágio a outro da língua. Estes fatos indicam a existência de outras formas de legitimação do sujeito nulo que não a riqueza de Agr. No caso do PB, entretanto, os fatos diacrônicos apontam fortemente para uma correlação estreita entre riqueza flexional e legitimação do sujeito nulo (cf. Duarte 1995).

²⁰ Cf. Duarte (1995) para uma apresentação detalhada de dados diacrônicos a respeito da evolução no uso de sujeitos nulos em PB.

suas orações finitas (cf. Adams 1987; Roberts 1993²¹). Trazendo *pro* à cena, poder-se-ia afirmar que o francês não mais possui recursos para licenciar esta categoria vazia, comportando-se de maneira ideal frente às previsões da teoria da identificação, mas que o PB ainda possui um certo *pro*, digamos, anafórico.

Nesta seção gostaria de sugerir uma interpretação diferente para a mudança ocorrida em PB. Minha idéia é que, no que tange à legitimação de *pro*, o PB evoluiu de maneira semelhante ao francês, no sentido de que *pro* argumental não é mais possível em ambas as línguas. Entretanto, estas línguas evoluíram, segundo penso, de maneira divergente em um outro aspecto. Vejamos qual.

Lembremos que estou assumindo neste trabalho a versão do Programa Minimalista que elimina os nós Agr da Gramática Universal e que interpreta a concordância sujeito-verbo como um processo de checagem de traços formais, envolvendo o conjunto de traços- ϕ (interpretáveis) do sujeito e o conjunto de traços- ϕ (não interpretáveis) do núcleo T. Assumo ainda, seguindo Chomsky (1998), que T finito e T não-finito se assemelham pelo fato de ambos possuírem um traço EPP, responsável pelo movimento aberto do sujeito até o especificador de T, mas diferem pelo fato de T finito possuir um conjunto completo de traços- ϕ e T não-finito de estrutura de alçamento possuir apenas um conjunto incompleto de traços- ϕ . A principal consequência desta distinção é que somente um conjunto completo de traços- ϕ é capaz de eliminar o traço de Caso de um DP, tornando-o assim inativo para o sistema computacional no que se refere a movimentos-A (cf. o capítulo anterior para discussão e exemplos). Com isto em mente, voltemos à evolução do PB.

A interpretação que proponho para os fatos do PB é que T finito nesta língua não só perdeu a capacidade de licenciar *pro*, como teve seu conjunto de traços- ϕ reanalisado como um conjunto incompleto. Tendo sido reanalisado desta forma, T finito passou a se comportar de maneira semelhante a T não-finito em PB, ou seja, capaz de atrair o sujeito até seu especificador, mas incapaz de torná-lo inativo. O mesmo não ocorreu em francês, e

²¹ Adams (1987) e Roberts (1993), entretanto, não estão totalmente de acordo um com o outro. Para Adams, o fato de o francês antigo ser uma língua V-2 era crucial para o licenciamento do sujeito nulo e é a perda da propriedade V-2 que está diacronicamente relacionada ao desaparecimento do sujeito nulo em francês. Segundo a autora, o enfraquecimento da concordância é um fenômeno posterior, que veio a ocorrer quando a língua já não mais legitimava sujeitos nulos argumentais. Para Roberts, o enfraquecimento da concordância é

T finito, apesar de não ser mais capaz de licenciar *pro*, continuou a ser analisado como um conjunto completo de traços- ϕ , tornando inativo o sujeito atraído até seu especificador.

Admitindo-se esta hipótese, resta investigar quais as suas principais consequências, ou, dito de outra forma, devemos perguntar que particularidades se espera de uma língua que tenha sofrido a mudança que estou propondo para o PB.

Lembremos também que estou adotando neste trabalho a visão de que papéis temáticos são traços formais e que o movimento para posições temáticas respeita a Condição de Último Recurso. Estou propondo agora que T finito em PB foi reanalisado como um conjunto incompleto de traços- ϕ e que o sujeito atraído até este núcleo pelo traço EPP continua ativo para o sistema computacional, podendo entrar em outras relações de checagem. Mostrarei agora o efeito que a conjunção destas duas hipóteses tem para a gramática do PB.

Considere a derivação de uma sentença como (33):

(33) João disse que comprou um carro novo.

Começamos pelo estágio em que *João* é retirado da numeração e conectado a estrutura já formada, passando a ocupar a posição de especificador de *v*, recebendo aí um papel temático:

(34) [_{VP} João comprou um carro novo]

Em seguida T é retirado da numeração e conectado a *vP*. T possui um traço EPP e um conjunto incompleto de traços- ϕ , ambos não-interpretáveis. *João*, que possui um traço não-interpretável de Caso, é atraído até T em virtude do traço EPP, passando a ocupar a posição de Spec de T e deixando uma cópia em sua posição de origem. O conjunto de traços- ϕ de T e o conjunto de traços- ϕ de *João* entram em relação de checagem e o primeiro é apagado. Como T possui apenas um conjunto incompleto de traços- ϕ , o traço de Caso de *João* não é apagado e este continua ativo para o sistema computacional:

anterior ao que supõe Adams e está sim relacionado à perda da propriedade pro-drop em francês. Em PB,

(35) [TP João T [vP João comprou um carro novo]]

A derivação prossegue e após sucessivas aplicações de Conectar chegamos à estrutura representada em (36), encabeçada pelo verbo leve da oração matriz:

(36) [vP disse [CP que [TP João T [vP João comprou um carro novo]]]]

Neste momento, chegamos a um ponto crucial da derivação. O verbo leve da oração matriz tem um papel temático a atribuir. Assumindo que não há mais na numeração elemento capaz de satisfazer este papel temático, a única opção é o alçamento de *João*. Esta operação é possível porque a) *João* possui um traço de Caso que o torna ativo para o sistema computacional; b) não há violação da Condição de Último Recurso e c) não há violação da Condição do Menor Elo, ou seja, não há nenhum elemento capaz de receber um papel temático intervindo entre o verbo leve da matriz e a cópia de *João* em Spec de T. Efetuada esta operação, ficamos com a estrutura em (37):

(37) [vP João disse [CP que [TP João T [vP João comprou um carro novo]]]]

O T que resta na numeração é então conectado a vP e a exemplo do que ocorreu na oração encaixada, a cópia de *João* em Spec de v, que continua ativa, é atraída por T em função do traço EPP e há checagem entre o conjunto de traços- ϕ de T e o conjunto de traços- ϕ de *João*:

(38) [TP João T [vP João disse [CP que [TP João T [vP João comprou um carro novo]]]]]

O restante da oração matriz (CP) é então formado e após o apagamento de cópias e a linearização da estrutura no componente fonológico (cf. Nunes 1995), chegamos finalmente a seqüência em (33).

Pelo exposto acima, podemos concluir que a derivação de uma sentença como (33) em PB não difere em sua essência da derivação de uma sentença como (39a), que envolve uma oração encaixada com verbo no infinitivo (cf. Hornstein 1999):

- (39) a. João tentou comprar um carro novo.
 b. [_{TP} João T [_{VP} João tentou [_{CP} [_{TP} João T [_{VP} João comprar um carro novo]]]]]

De acordo com a proposta apresentada aqui, T finito e T não-finito em PB não possuem um conjunto completo de traços- ϕ e portanto não são capazes de tornar inativo o elemento atraído até seu Spec. Em ambos os casos, portanto, o sujeito da oração encaixada é alçado até a oração matriz, recebendo um segundo papel temático²². No entanto, considere o contraste entre (40a) e (40b) abaixo:

- (40) a. A Maria disse que o João comprou um carro novo.
 b. * A Maria tentou o João comprar um carro novo.

Pelo que vimos até aqui, esperaríamos que ambas as sentenças fossem ruins. A razão é que o sintagma *O João* não teve o seu traço de Caso eliminado nas orações encaixadas, já que tanto T finito quanto T não-finito são incapazes de fazê-lo. Isto impede que as derivações correspondentes a estas sentenças convirjam. Quanto a (40b), este é o resultado esperado e nada mais precisa ser dito. O problema é (40a). A situação se agrava ainda mais quando notamos que o sintagma *A Maria* também não teve seu traço de Caso eliminado na oração matriz. A própria derivação proposta para a sentença (33) mais acima não converge já que *João* não teve seu traço de Caso eliminado pelo T finito da oração matriz. Em suma, estamos fazendo a previsão absurda de que nenhuma sentença do PB pode ter sujeito! Algo precisa ser reparado.

A minha sugestão é a seguinte: A Gramática Universal confere a T finito a propriedade de possuir um conjunto completo de traços- ϕ , ou, para usar um outro jargão, a propriedade de atribuir Caso nominativo. Esta é a opção não-marcada (*default*) e uma

criança aprendendo uma língua não necessita de evidências positivas para adquiri-la. O que houve com o PB foi o ganho de uma opção extra, a reanálise de T finito como um conjunto incompleto de traços- ϕ , ou, dito de outra forma, a opcionalidade de atribuição de Caso nominativo por parte de T. A aquisição desta opção extra relaciona-se, conforme colocado na seção anterior, ao enfraquecimento da concordância verbal ocorrida em PB.

Com isto em mente, retomemos a análise da derivação de (33), repetida por conveniência em (41):

(41) João disse que comprou um carro novo.

Se optarmos por uma numeração que contenha duas instâncias de T finito constituído por um conjunto incompleto de traços- ϕ (que chamarei daqui em diante de T finito incompleto), a derivação não convergirá, já que o traço de Caso de *João* não será eliminado. Se optarmos por duas instâncias de T finito completo, a derivação novamente não converge, desta vez pela impossibilidade de alçar *João* até a oração matriz, já que o mesmo se tornará inativo ao passar pelo Spec de T da oração encaixada. Desta forma, os traços formais não-interpretáveis de T da oração matriz não poderão ser eliminados. A única opção capaz de levar a convergência é uma numeração que contenha uma instância de T finito completo e uma outra de T finito incompleto. Se T finito completo for inserido na oração encaixada, não obteremos progresso, já que uma vez mais T da oração matriz não terá seus traços não-interpretáveis eliminados. Devemos, portanto, utilizar a instância de T finito incompleto na oração encaixada, o que permite o alçamento de *João* para a oração matriz, na qual ocupará o Spec de T e terá seu traço de Caso eliminado, já que se trata de uma instância de T finito completo.

Com relação a (40a), a única possibilidade de convergência se dá a partir de uma numeração contendo duas instâncias de T finito completo. Neste caso, *João* e *Maria* têm seus traços de Caso eliminados juntamente com os traços não interpretáveis dos Ts da oração encaixada e da oração matriz respectivamente, não havendo ocorrência de hiperalçamento.

²² Estarei assumindo com Hornstein (1999) que T não finito, mesmo em estruturas de controle obrigatório,

2.4 Explicando os Dados

Vimos na seção anterior que o sujeito nulo argumental que aparece em orações encaixadas do PB é na verdade uma cópia (eliminada no componente fonológico) deixada por um elemento que se moveu para uma posição mais alta. Vimos ainda que a gramática do PB não licencia *pro* argumental e que, portanto, uma sentença como (42a) só pode ter a estrutura em (42b):

- (42) a. João disse que comprou um carro novo.
 b. [_{TP} João T [_{VP} João disse [_{CP} que [_{TP} João T [_{VP} João comprou um carro novo]]]]]

Este é o momento de voltar aos exemplos apresentados na seção 2.2 deste trabalho e mostrar como as hipóteses defendidas aqui podem explicar o comportamento peculiar do PB revelado naqueles dados.

2.4.1 A Localidade do Antecedente

Retomemos os exemplos em (43) que levam à generalização (44)(= (12)):

- (43) a. * O João disse [que Maria acha [que *cv* é bonito]].
 b. * A mãe do João acha [que *cv* é bonito].
 c. * O João disse [que a Maria acha [que *cv* vão viajar nas férias]].
 d. * Comprou um carro.
- (44) O sujeito nulo referencial do PB deve estar c-comandado por um antecedente na oração imediatamente mais alta.

Começemos com (43a). A forma masculina do adjetivo *bonito* indica que o sujeito da oração mais encaixada deve necessariamente possuir o traço masculino. O único DP em (43a) que possui este traço é *João*. Logo, a única derivação que não fracassa devido a uma incompatibilidade de traços é aquela na qual *João* é (hiper)alçado da posição de Spec de T da oração mais encaixada para Spec de *v* da oração matriz, subindo posteriormente para Spec de T desta mesma oração. Já sabemos que um alçamento deste tipo só é possível se T finito da oração da qual o DP movido parte é incompleto. Assumamos que este seja o caso. (43a) teria então a estrutura em (45):

(45) [TP João T [vP João disse [que Maria acha [CP que [TP João é [AP João bonito]]].

O problema com esta estrutura é que ela resulta de uma derivação ilegal. O alçamento de *João* do Spec de T da oração mais encaixada para o Spec de *v* da oração matriz violou a Condição do Menor Elo, já que *Maria*, no instante deste movimento, estava mais próxima de *v* da matriz do que *João*. Por isto (43a) é mal formada. Note que se trocarmos a forma *bonito* por *bonita*, a sentença passa a ser boa. Isto é esperado, porque agora podemos construir uma derivação lícita e convergente, resultando na estrutura em (46b):

(46) a. João disse que Maria acha que é bonita.

b. [TP João T [vP João disse [que [TP Maria T [vP Maria acha [CP que [TP Maria é [AP Maria bonita]]]]]]]].

Passemos a (43b). Novamente a forma masculina do adjetivo indica que o sujeito da oração encaixada deve possuir o traço masculino. *João* é o único candidato. Assumamos então que T finito da oração encaixada é incompleto e que tenha ocorrido alçamento, resultando na estrutura abaixo:

(47) [TP [A mãe do João] acha [CP que [TP João é [AP João bonito]]]].

Esta estrutura entretanto é fruto de uma derivação ilegítima. A cópia de *João* em Spec de T da oração encaixada não é c-comandada pela cópia localizada na oração matriz, indicando a ocorrência de uma operação de movimento lateral, o que não é permitido pelo sistema computacional. Daí a má formação de (43b)²³.

(43c) indica a impossibilidade do “sujeito nulo” ter um antecedente cindido. Diante das hipóteses assumidas aqui, isto pode receber a seguinte explicação: para que (43c) tenha a interpretação desejada, seria preciso que dois argumentos recebessem o mesmo papel temático associado ao verbo *viajar*. Assumindo que papéis temáticos são traços formais, a inserção do primeiro argumento em Spec de *v* da oração mais encaixada checaria este traço temático. Desta forma, a inserção do segundo argumento violaria a Condição de Último Recurso, sendo portanto impossível.

Finalmente, (43d) também recebe uma explicação óbvia. A ausência de um DP capaz de receber o papel temático “externo” do verbo e de eliminar os traços formais não interpretáveis de T impede a construção de uma derivação convergente que resulte em (43d). Note que a inserção de um expletivo nulo resolveria apenas um dos problemas, o que é insuficiente. A possibilidade de um eventual DP que tenha sido inserido no Spec de *v*, se movido para Spec de T e depois tenha sido apagado no componente fonológico está fora de cogitação, já que isto violaria o princípio da recuperabilidade dos apagamentos, seja qual for a explicação última deste princípio.

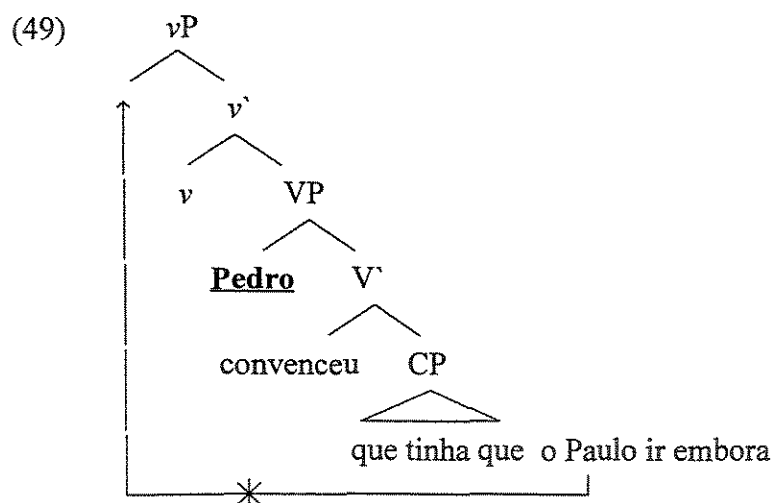
Consegue-se assim derivar a generalização de que o sujeito nulo referencial do PB deve ser c-comandado localmente pelo seu “antecedente”. Acabamos de ver que isto se segue do fato de este sujeito nulo ser na verdade uma cópia resultante da aplicação de uma operação de movimento, operação esta restringida em seus próprios mecanismos pela Condição do Menor Elo, Condição de C-comando e Condição de Último Recurso. São estas restrições, portanto, as responsáveis pela validade de (44).

Um aparente contra-exemplo à obrigatoriedade de um antecedente local para o sujeito nulo do PB, vem de casos como (48) abaixo²⁴:

²³ Mesmo em um sistema como o de Nunes (1995), que admite movimento lateral, (43b) seria excluída porque a estrutura correspondente não poderia ser linearizada (cf. seção 2.4.6.1 mais adiante).

(48) O Paulo convenceu o Pedro [que *cv* tinha que ir embora].

Em (48), o sujeito nulo da oração encaixada deve necessariamente ser *O Paulo*. A correferência entre este sujeito nulo e o objeto direto da oração matriz está totalmente descartada. De acordo com o que acabamos de ver, isto não deveria acontecer, já que o objeto direto da oração matriz parece intervir entre o sujeito nulo na oração encaixada e o DP sujeito na oração matriz. No entanto, para que (48) se constitua de fato em um contra-exemplo à minha análise, precisamos verificar se o objeto direto realmente intervém entre os sujeitos da sentença em questão, ou seja, precisamos verificar se o objeto direto da oração matriz c-comanda o sujeito nulo. Se a oração encaixada for um complemento do verbo matriz, então torna-se difícil escapar desta conclusão, já que assumo que o objeto direto ocupa a posição de especificador deste verbo:



Entretanto, conforme apontou Rodrigues (2000), o estatuto de complemento da oração encaixada em (48) não parece se sustentar. Seu argumento se baseia na impossibilidade de se extrair adjuntos de dentro destas orações:

(50) ?? Quando_i você convenceu a Maria [que tinha consertado o carro t_i] ?

²⁴ Este exemplo é discutido por Modesto (1999). Para maiores detalhes sobre este tipo de construção, cf. Modesto (2000) e Rodrigues (2000).

Contraste agora (50) com (51):

(51) Quando_i você disse pra Maria [que tinha consertado o carro t_i] ?

A impossibilidade de (50) com a interpretação indicada levou Rodrigues a postular que a oração encaixada de (50) não é um complemento do verbo matriz, mas sim um adjunto a sua projeção máxima VP. Desta forma a oração encaixada se constitui em uma ilha forte, o que explica a impossibilidade em questão. Isto contrasta com a oração encaixada em (51), que seria um verdadeiro complemento. Se a oração encaixada é mesmo um adjunto a VP, então o objeto direto da matriz não c-comanda o sujeito nulo da oração encaixada. Desta forma, (48) deixa de ser um contra-exemplo a minha análise. Evidência adicional de que o objeto direto não c-comanda o sujeito nulo nestes casos vem de sentenças como (46):

(52) O João convenceu a Maria_i [de que a idiota_i deveria assaltar um banco].

Em (52), o sujeito da oração encaixada é um epíteto. Este epíteto pode tomar o mesmo referente que o DP objeto direto. Se este último c-comandasse o epíteto, então a sentença deveria ser ruim já que estaríamos incorrendo em uma violação do Princípio C da Teoria da Ligação.

Entretanto, assumindo que a oração encaixada em casos como (48) é um adjunto, precisaremos admitir que é possível extrair o sujeito desta oração para fora do adjunto. Voltarei a este ponto mais adiante na seção 2.4.6.1. Por enquanto, observemos apenas que neste aspecto, a oração encaixada em (48) se comporta como casos inequívocos de orações adjuntas em PB, que também permitem um sujeito nulo correferente ao sujeito, mas não ao objeto, da oração matriz:

(53) O João_i visitou a Maria_j [quando cv_i / *_j esteve em Paris]

2.4.2 O Princípio Evite Pronome

Uma outra característica do PB apontada na seção 2.2 e sobre a qual minha análise tem algo a dizer relaciona-se à alternância sujeito nulo/sujeito lexical. Retomemos o par de sentenças abaixo, ambas bem formadas em PB:

- (54) a. O João disse que comprou um carro novo.
b. O João_i disse que ele_i comprou um carro novo.

Em línguas de sujeito nulo como o italiano e o espanhol, o uso do pronome lexical em sentenças como (54b) implica ênfase ou contraste e o uso de *pro* em sentenças como (54a) carrega uma leitura neutra. Para regular este tipo de alternância, vimos que foi proposto o Princípio *Evite Pronome* (Chomsky 1981), que, em linhas gerais²⁵, estabelecia que sempre que a alternância pronome nulo/pronome lexical fosse possível, o pronome nulo deveria ser utilizado para veicular uma leitura neutra. Curiosamente, em PB este princípio parece não se aplicar, uma vez que tanto (54a) quanto (54b) são apropriadas para veicular a leitura neutra. Em particular, (54b) não implica ênfase ou contraste. Entretanto, a conclusão de que o princípio *Evite Pronome* não se aplica em PB só se torna necessária se admitirmos que *pro* ocupa a posição de sujeito em orações encaixadas em PB, como em (54b).

Porém, a postulação de um princípio da Gramática Universal que só se aplica em algumas línguas mas não em outras, ou a possibilidade de que algumas línguas venham a “perder” um determinado princípio no curso de sua evolução não me parece natural, para não dizer contraditório com a própria noção de princípio. Parece-me muito mais interessante observar a questão de um outro ângulo e concluir que a aparente violação de um determinado princípio em uma certa língua se deve ao fato de as características desta língua serem tais que jamais permitam que a descrição estrutural necessária à aplicação do princípio seja satisfeita. Esta linha de raciocínio é plenamente compatível com a análise do sujeito nulo do PB desenvolvida neste trabalho. A proposta de que não existe *pro* argumental na posição de sujeito em PB destrói a possibilidade de aplicação não vácuca do princípio *Evite Pronome* e nos dá a falsa impressão de que o mesmo não se aplica. Desta forma, (54b) é perfeita em PB enquanto sentença neutra não porque esta língua tenha

²⁵ Mas cf. a discussão na seção 2.2.3.

perdido o princípio em questão, mas porque a sentença em (55) tem a estrutura (56b) e não (56a):

(55) O João disse que comprou um carro novo.

- (56) a. [O João disse que [*pro* comprou um carro novo]].
 b. [O João disse que [O João comprou um carro novo]].

Neste aspecto, o PB não difere de uma língua como o inglês, na qual (57) é possível, porque *pro* não é legitimado e o princípio Evite Pronome SE APLICA, porém vacuamente.

(57) John said that he bought a new car.

A diferença entre as duas línguas é que o correspondente de (55) não é bem formado em inglês, já que a estratégia de hiperalçamento não está disponível, uma vez que o inglês não possui T finito incompleto, conforme discutido anteriormente.

2.4.3 O Princípio de Montalbetti

Voltando agora ao outro princípio regulador da alternância sujeito nulo/sujeito lexical apresentado na seção 2.2, que chamei de Princípio de Montalbetti, vejamos o que minha análise tem a dizer a respeito do comportamento aparentemente anômalo do PB frente a tal princípio. A *Restrição do Pronome Lexical*, como também é conhecido o princípio, está enunciada abaixo, acompanhada dos exemplos relevantes do espanhol, repetidos aqui por conveniência:

(58) *Restrição do Pronome Lexical*

Um pronome lexical não pode estar localmente ligado por uma variável, se um pronome nulo for possível na mesma posição.

Os dados que exemplificam a atuação deste princípio são os seguintes:

(59) a. * [Todo chico]_i t_i dijo que Maria piensa que él_i es inteligente.

b. [Todo chico]_i t_i dijo que Maria piensa que *pro*_i es inteligente.

(60) a. [Todo chico]_i t_i dijo que *pro*_i piensa que él_i es inteligente.

b. [Todo chico]_i t_i dijo que *pro*_i piensa que *pro*_i es inteligente.

Em (59a), o pronome *él* está localmente ligado pela variável representada por *t_i*, fruto do alçamento do sintagma quantificacional *todo chico* em forma lógica. A agramaticalidade desta sentença deriva de (58), pois, conforme nos mostra (59b), um pronome nulo é possível nesta mesma posição. Já em (60a), o pronome *él* não está localmente ligado pela variável *t_i*. *Él* está na verdade localmente ligado por *pro* da oração intermediária, que por sua vez está localmente ligado pela variável. Desta forma, a descrição estrutural do princípio (58) não é satisfeita na oração mais encaixada e este princípio não interfere no uso do pronome lexical, ainda que um pronome nulo seja possível nesta posição, conforme nos mostra (60b).

Vejamos agora o que acontece em PB em situações semelhantes, considerando as sentenças em (61):

(61) a. [Nenhum menino]_i t_i disse que a Maria acha que ele_i é inteligente.

b. * [Nenhum menino]_i t_i disse que a Maria acha que *cv*_i é inteligente.

Diferentemente do espanhol, uma sentença correspondente a (59a) é bem formada em PB. O pronome *ele_i* em (61a) está localmente ligado pela variável presente na oração matriz. (61a) parece então violar o princípio (58). Mas esta conclusão só se legitima se houver a possibilidade de inserção de um pronome nulo naquela mesma posição. Pela análise apresentada aqui, isto não é possível, pelo fato de que, sujeitos expletivos e indefinidos à parte, *pro* sujeito nunca é licenciado em PB. Passando a (61b), notamos que o PB diverge novamente do espanhol (conferir (59b)). A agramaticalidade desta sentença mostra que a categoria vazia na posição de sujeito da oração mais encaixada não pode estar localmente ligada pela variável na posição de sujeito da oração matriz. Minha análise prevê

corretamente esta impossibilidade, uma vez que a única derivação condizente com a interpretação desejada é aquela durante a qual o sintagma quantificacional é inserido na oração mais encaixada e depois alçado até a oração principal. Isto, entretanto, viola a Condição do Menor Elo, já que *Maria* na oração intermediária intervém entre os elementos envolvidos na operação:

- (62) [Nenhum menino]_i t_i disse que **a Maria** acha que cv_i é inteligente.



É interessante notar que a agramaticalidade de (61b) depõe contra a visão de que o PB continua legitimando um *pro* na posição de sujeito quando este funciona como uma variável ligada (Negrão e Müller 1996). (61b) acima e (63b) abaixo mostram que mesmo funcionando como uma variável ligada, uma categoria vazia na posição de sujeito continua sujeita à generalização (64) (= (12))²⁶:

- (63) a. [O mãe de [nenhum menino]_i] acreditou que ele_i tinha sido reprovado.
b. * [A mãe de [nenhum menino]_i] acreditou que cv_i tinha sido reprovado.

- (64) O sujeito nulo referencial do PB deve estar localmente c-comandado por seu antecedente.

Ora, (64) foi o ponto de partida para minha proposta de que o sujeito nulo presente em orações encaixadas no PB é na verdade uma cópia deixada por um elemento que se moveu. Assim, não é necessário admitir um *pro* especial para os casos nos quais seu antecedente é um sintagma quantificacional, já que isto nos obrigaria a adotar uma estipulação nos moldes de (64), a fim de justificar a má formação de (61b) e (63b), que contrasta com a boa formação de (65).

- (65) [Nenhum menino]_i acha que [cv_i é burro].

²⁶ Embora para alguns falantes (63a) possa parecer levemente marginal, para nenhum falante consultado (63b) é bem formada com o sentido relevante.

De acordo com minha proposta, esta estipulação não é necessária. (65), mas não (61b) e (63b), é bem formada porque apenas em (65) é possível mover um elemento da posição indicada por *cv*_i até a posição em que o sintagma quantificacional ocupa na sentença.

Resumindo o que vimos nesta seção, podemos concluir que a aparente violação em PB dos princípios que regulam a alternância pronome nulo/pronome lexical, princípios estes que comprovadamente se aplicam em outras línguas, é de fato apenas aparente. Os dados do PB não autorizam a conclusão da perda ou da não observação de tais princípios. Uma vez assumido que não há *pro* sujeito referencial em PB, que é o que assumo aqui, a descrição estrutural destes princípios nunca é satisfeita no que tange à posição de sujeito. Desta forma, eles se aplicam vacuamente, o que produz o efeito da sua aparente violação quando se observa pronomes lexicais em contextos proibidos em outras línguas.

2.4.4 Elipse e *Só DP*s

Um outro aspecto ainda relacionado a assimetrias entre sujeito nulo/sujeito lexical em PB visto na seção 2.2 dizia respeito a restrições interpretativas envolvendo casos de elipse e de sentenças com sujeitos da forma *Só DP*. Retomemos estes casos, começando pelos de elipse:

- (66) a. O João_i acha que ele_i vai ganhar a corrida e a Maria também.
b. O João acha que vai ganhar a corrida e a Maria também.

O que é interessante notar aqui é que enquanto (66a) é ambígua, admitindo as chamadas leituras estrita e imprecisa (cf. seção 2.2.5), (66b) não o é, admitindo apenas a leitura imprecisa. Assumamos uma análise para o fenômeno da elipse nos moldes de Fiengo e May (1994), envolvendo cópia do sintagma elidido em FL. Vamos assumir também que dependências criadas através de movimento devem ser preservadas no processo de cópia, o que no jargão de Fiengo e May significa a necessidade do emprego de índices β .

A assimetria acima pode então ser explicada, se notarmos que (66b) é derivada por movimento de acordo com minha análise: o sujeito nulo da oração encaixada é um vestígio cujo antecedente é o sujeito da oração matriz. Isto nos leva à conclusão de que (66b) deve necessariamente ser lida como (67):

- (67) *O João acha que ele/João vai ganhar a corrida e a Maria acha que ela/Maria vai ganhar a corrida* (leitura imprecisa).

Usando notação lambda, estou assumindo que dependências criadas por movimento dão origem a predicados da forma $\lambda x. x \dots x$. (66b) pode então ser representada da seguinte forma:

- (68) (O João) $[\lambda x. x \text{ acha que } x \text{ vai ganhar a corrida}]$ e (A Maria) $[\lambda x. x \text{ acha que } x \text{ vai ganhar a corrida}]$.

No caso de (66a), não há movimento relacionando as posições de sujeito das orações encaixada e matriz. O sujeito da oração encaixada é um pronome lexical, cujo antecedente é o sujeito da oração matriz. Neste caso, ainda de acordo com Fiengo e May (1994), a ambigüidade surge do fato de que a correferência em questão pode ser puramente acidental (uso de índice α , de acordo com os autores) ou pode ser fruto de uma dependência semelhante à observada em (66b), onde o pronome precisa ter um antecedente na própria sentença (uso de índice β). Obtém-se, assim, respectivamente, as leituras estrita e imprecisa.

Passando, agora, aos casos envolvendo sujeitos do tipo *só DP*, reconsideremos o par de sentenças abaixo:

- (69) a. Só o João acha que ele vai ganhar a corrida.
b. Só o João acha que vai ganhar a corrida.

Notemos que (69a) significa que a única pessoa que acredita na vitória do João é o próprio João, enquanto que (69b) significa que a única pessoa que acredita na própria vitória é o João. Novamente, a explicação para a assimetria pode ser ancorada no fato de que apenas em (69b) os sujeitos da oração matriz e encaixada se relacionam via movimento. Assim a (69a) se associa o predicado (70a), enquanto que a (69b) se associa o predicado (70b).

- (70) a. $[\lambda x. x \text{ acha que o João vai ganhar a corrida}]$
 b. $[\lambda x. x \text{ acha que } x \text{ vai ganhar a corrida}]$.

Em ambos os casos, para que as sentenças sejam verdadeiras, os respectivos predicados devem se aplicar apenas a *O João*. Em suma, apesar de a explicação dos fatos relacionados aos exemplos em (66) e (69) não ser derivada diretamente de minha análise, esta análise impõe uma assimetria entre as derivações dos exemplos com sujeito nulo e com sujeito lexical, tornando bastante plausível, a meu ver, a aplicação das demais hipóteses necessárias para a total compreensão dos fatos²⁷.

2.4.5 Hiperálçamento

Tratemos agora da boa formação em PB de sentenças como (71) abaixo, casos analisados por Ura (1994) como envolvendo hiperálçamento. Neste momento, exemplos como este não devem mais representar novidade, uma vez considerada a análise que propus para sentenças como (72):

- (71) O João parece que comprou um carro novo.

²⁷ Esta análise reproduz em PB a análise de Hornstein (1999) para a assimetria interpretativa entre casos envolvendo PRO e casos envolvendo um pronome lexical em inglês (Hornstein 1999:73):

- (i) a. Only Churchill remembers PRO giving the BST speech.
 “Só Churchill se lembra de ter proferido o discurso BST.”
 b. Only Churchill remembers that he gave the BST speech.
 “Só Churchill se lembra de que ele proferiu o discurso BST.”

Conforme já mencionei, para Hornstein PRO controlado é um vestígio deixado pelo movimento do seu controlador. O contraste entre (ia) e (ib) é o mesmo observado entre (69a) e (69b).

(72) O João disse que comprou um carro novo.

A derivação de (71) se dá da mesma maneira que a derivação de (72), salvo pelo fato de que (71) não envolve movimento para posição temática, já que o verbo *parecer* não atribui papel temático ao seu sujeito. Assim como (72), cuja derivação já foi discutida em detalhe, a derivação de (71) só converge se T finito da oração encaixada for incompleto e T finito da oração matriz for completo. Ambas as derivações estão esquematizadas abaixo:

(73) [TP O João T [vP parece [CP que [TP O João T [vP o João comprou um carro novo]]]]]



(74) [TP O João T [vP o João disse [CP que [TP o João T [vP o João comprou um carro novo]]]]]



A escolha de T finito completo para a oração encaixada só leva a convergência se a numeração contém um expletivo nulo que é inserido na posição de Spec de T da oração matriz, produzindo a sentença em (75):

(75) Parece que João comprou um carro novo.

A boa formação de (71) indica que a opção pelo hiperalçamento deve de fato estar disponível em PB, uma vez que *João* não pode ter sido inserido diretamente na oração matriz, pois isto resultaria na existência de um argumento sem papel temático²⁸.

²⁸ Ura (1994), após relatar um número grande de línguas que permitem hiperalçamento, estabelece a seguinte generalização: *Se uma língua permite hiperalçamento, ela também permite "sujeito nulo"*.

Para Ura, das sentenças abaixo, apenas (ib) é derivada via hiperalçamento. (ia) envolve *pro*:

(i) a. João disse que comprou um carro novo.

b. João parece que comprou um carro novo.

Já na análise defendida aqui, ambas as sentenças envolvem hiperalçamento. Isto, entretanto, não ocorre por acaso. Lembremos que estou admitindo que, para que uma língua permita hiperalçamento, é preciso que T finito possa conter um conjunto incompleto de traços- ϕ , o que permite ao sujeito que ocupa o seu

Um outro exemplo interessante que endossa a existência de hiperalçamento em PB é (76), bem formada nesta língua, mas impossível tanto em línguas de sujeito nulo como o espanhol quanto em línguas como o inglês:

(76) Eles tentaram parecer que tinham saído.

Para que (76) seja derivada, basta que o T finito da oração mais encaixada seja incompleto. Neste caso, pode-se derivar (76) através do movimento cíclico sucessivo de *Eles* desde esta oração mais encaixada até a oração matriz. Note que T não-finito da oração intermediária, assim como T finito incompleto, não é capaz de eliminar o traço de Caso de um DP, o que torna possível a derivação esquematizada abaixo^{29 30}:

especificador continuar ativo mesmo após ter sido alçado para esta posição. A possibilidade de T finito com esta característica basta para legitimar a derivação de uma sentença como (ib). Para que hiperalçamento seja também possível numa sentença como (ia) devemos assumir que a língua admita movimento para posições temáticas. Mas isto não é um parâmetro sujeito a variação. Ao contrário, estou assumindo que a possibilidade de movimento para posições temáticas é decorrente do fato de que papéis temáticos são traços formais, o que torna o movimento em questão compatível com a Condição de Último Recurso. Desta forma, se a única diferença entre as derivações de (ia) e (ib) é o movimento para uma posição temática, então, somos levados a concluir que quando uma língua admite (ib), ela também admite (ia), já que a permissão para se mover até uma posição temática é herdada “gratuitamente” da Gramática Universal. Esta conclusão nos aproxima bastante da generalização de Ura. Com efeito, acabamos de concluir que se uma língua admite hiperalçamento (o que para Ura significa permitir sentenças como (ib)), então ela também permite “sujeito nulo” com as características do sujeito nulo do PB. Infelizmente, Ura não discute em detalhe nenhuma das línguas apresentadas em seu trabalho. Seria interessante, portanto, verificar o comportamento do sujeito nulo presente nestas línguas.

²⁹ Os falantes que consultei notam um contraste entre (76) e (i):

(i) *Eles tentaram parecer que eles tinham saído.

Para que (i) seja possível devemos lançar mão de uma derivação como a esquematizada em (ii):

(ii) [Eles tentaram [Eles parecer [que Eles tinham saído]]]

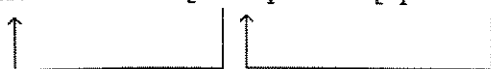


Esta derivação parte de uma numeração contendo duas instâncias do pronome *Eles*. Uma delas é inserida na oração mais encaixada. A outra deve ser inserida no Spec de T da oração intermediária, sendo alçado posteriormente para a oração matriz, na qual receberia papel temático e teria seu traço de Caso checado. Note que o Spec de T intermediário não é uma posição temática. O contraste entre (76) e (i) nos leva a assumir que esta inserção não é permitida. Infelizmente, não disponho no momento de justificativa para esta tomada de posição. Cf. Hornstein (1999: nota 29) para discussão.

³⁰ Uma questão crucial sobre a possibilidade de hiperalçamento em PB é: Como a criança adquirindo o PB sabe que sua língua dispõe de T finito incompleto e que portanto hiperalçamento é possível? Conforme me apontou Jairo Nunes, exemplos como (i) abaixo (cf. seção 2.2.6) são suficientes:

(i) Cê parece que está doente.

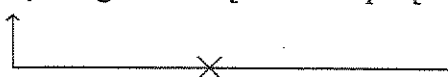
(77) [Eles tentaram [Eles parecer [que Eles tinham saído]]]



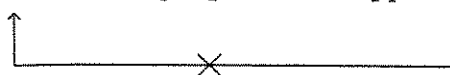
2.4.6 Sujeito Nulo em Ilhas

Se os resultados vistos até aqui estiverem no caminho certo, ou seja, se as restrições na distribuição e interpretação do sujeito nulo de orações encaixadas do PB forem na verdade conseqüências de restrições impostas pelo sistema computacional às operações de movimento, então, devemos esperar que este sujeito não possa ocorrer em configurações nas quais o sistema bloqueia a aplicação destas regras. Um caso que vem imediatamente à cabeça é o de configurações em que o sujeito nulo possui um antecedente mas está separado deste por algum tipo de barreira, no sentido de Chomsky (1986a). Espera-se que, nestes casos, as sentenças correspondentes sejam inaceitáveis. Voltemos aos dados do PB. Conforme visto na seção 2.2.7, sujeitos nulos no interior de certas ilhas fortes não são permitidos em PB. Os exemplos relevantes estão repetidos em (78), onde se observa sujeitos nulos dentro de uma oração relativa, sendo que seu antecedente se encontra fora dela:

(78) a. ?? O João_i não gostou d' [os livros que [cv_i leu na escola]].



b. ?? O João_i disse que [as meninas [que cv_i encontrou na rua]] eram estrangeiras.



Assumindo minha análise, a explicação para a má-formação de (78a-b) é imediata: qualquer que seja o responsável pela impossibilidade de se mover para fora de uma ilha

Inspecionando apenas a oração matriz mais o complementizador que introduz a oração finita encaixada, a criança é capaz de “descobrir” a possibilidade de hiperalçamento. Isto porque a) o sujeito da oração matriz, sendo um pronome fraco, ocupa o Spec de T; b) o verbo *parecer* não atribui papel temático ao sujeito da oração matriz e c) o complementizador *que* indica que a oração encaixada é finita. Logo, a derivação de (i) necessariamente envolveu o alçamento do interior de uma oração finita para uma oração mais alta, ou seja, hiperalçamento.

forte, este será o responsável pela impossibilidade de ocorrência de sujeitos nulos dentro delas em PB³¹.

Minha análise também lança luz sobre os contrastes observados em relação a ilhas-WH e a ocorrência de sujeitos nulos em seu interior. O contraste, já apresentado em 2.2.3, é o seguinte:

- (79) a. O João_i não sabe [quando *cv_i* leu esse livro].
 b. O João_i não sabe [onde *cv_i* comprou esse livro].
 c. O João_i não sabe [porque *cv_i* leu esse livro].
 d. O João_i não sabe [como *cv_i* comprou esse livro].
- (80) a. ?? O João_i não sabe [que livro *cv_i* leu na semana passada].
 b. ? O João_i não sabe [pra quem *cv_i* emprestou este livro].

De acordo com minha análise, a derivação de todas as sentenças em (79) e (80) envolveu em um determinado momento o deslocamento do sintagma *o João* da posição de especificador de T da oração encaixada para a posição de especificador do verbo leve da oração matriz, posição na qual este sintagma recebe um segundo papel temático. Em todos estes casos, este movimento passou por sobre um sintagma-QU localizado na periferia esquerda da oração encaixada. Não seria o caso de este movimento induzir efeitos de minimalidade relativizada? Notemos, entretanto, que a indução de tais efeitos se dá quando o elemento interveniente possui os traços relevantes para a checagem com o núcleo que é alvo do movimento. Olhando para os exemplos acima, verifica-se que o alvo no caso é o especificador de *v*, onde se dará a checagem de traço temático. Nos exemplos em (79), o elemento que intervém é um adjunto incapaz de preencher uma função temática. É natural supor, então, que este tipo de elemento não possua o traço relevante envolvido na checagem do traço temático. Assim sendo, estes elementos não impedem o movimento de um elemento mais distante, no caso o sintagma *o João*. Por este motivo, as sentenças em (79) são bem formadas. Nos exemplos em (80), a situação é diferente: O elemento interveniente

³¹ O caso das ilhas-adjunto será tratado separadamente na seção 2.4.6.1. Para exemplos de análises minimalistas sobre os efeitos de ilha, ver Boeckx (2000) e Nunes e Uriagereka (2000).

provém de uma posição argumental, o que deixa claro o fato de que possui os traços relevantes para participar de uma relação temática. Desta forma, o movimento do sintagma *o João* fica bloqueado. Daí, a má formação dos exemplos em (80)³².

Vejamos agora o caso de sujeitos nulos dentro de NPs complexos, como no exemplo abaixo:

(81) O presidente_i negou [os rumores de que *cv_i* recebeu dinheiro de empresários].

O fato de (81) ser bem formada leva-me a admitir que é possível se extrair de dentro de configurações como esta. Com efeito, a extração de um sintagma WH em condições semelhantes não produz um resultado inaceitável³³:

(82) ? Que ministro a imprensa já desmentiu [o boato de que recebeu dinheiro de empresários] ?

(82) parece apenas levemente pior do que (81). Notemos ainda que se colocarmos o NP complexo de (81) na posição de sujeito de uma oração encaixada, a aceitabilidade da sentença piora:

(83) ?? O João disse [que [a notícia de que viajou pra Europa] era falsa].

Neste caso estaríamos extraindo um elemento de um ramo esquerdo e o resultado esperado era mesmo uma degradação. Portanto, o contraste entre (81) e (83) e o paralelo entre (81) e (82) sugerem que também no caso de NPs complexos uma análise via movimento como a desenvolvida aqui é capaz de conduzir a resultados corretos³⁴.

³² Quando o elemento interveniente é um PP, as sentenças correspondentes me parecem melhorar em relação ao caso dos DPs ((80a) vs. (80b)). Isto poderia ser explicado se admitirmos que não é o PP, mas sim o DP complemento da preposição que é de fato o argumento em questão. Neste caso, como o DP não c-comanda o sujeito da oração encaixada, este poderia ser alçado sem violar a Condição do Menor Elo.

³³ Mostrarei no próximo capítulo que o PB não possui um resumptivo nulo para a posição de sujeito e que portanto casos como (82) devem ser derivados por movimento.

³⁴ Admito entretanto que os contrastes não são tão nítidos como se esperaria. Sobre a possível intervenção de *os rumores* no alçamento de *o presidente* em (81), cf. nota 35.

Conclui-se, assim, que, a exemplo das explicações fornecidas nas seções anteriores, o comportamento do sujeito nulo no interior de ilhas em PB também deriva da atuação de restrições aos mecanismos das operações de movimento durante uma derivação³⁵.

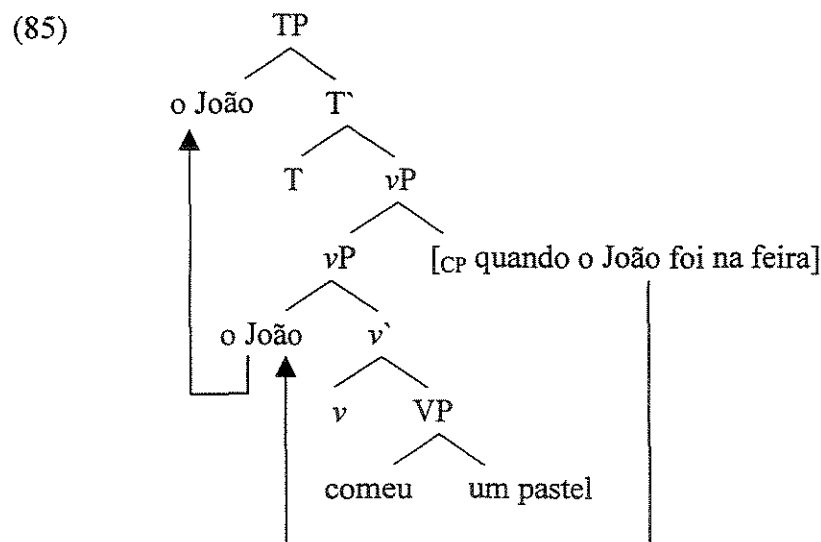
2.4.6.1 Sujeito Nulo em Adjuntos

Deixei propositalmente para o final da seção os casos de sujeito nulo dentro de ilhas-adjunto, já que outras considerações teóricas serão necessárias para lidar adequadamente com este tipo de dado.

Consideremos o exemplo (84), no qual encontramos um sujeito nulo em uma oração adjunta finita:

(84) O João comeu um pastel quando foi na feira.

Para que possamos enquadrar este tipo de dado na análise desenvolvida neste capítulo, devemos admitir que (84) é obtida através de uma derivação que envolva os movimentos esquematizados em (85):



³⁵ Um problema potencial para estas análises de (82)-(83) é o seguinte: em (82), *sabe* estabelece uma relação temática com o CP correspondente à oração encaixada. O núcleo deste CP c-comanda *João* e esta intervenção deveria bloquear o movimento de *João* para a oração matriz. Conforme me apontou Jairo Nunes, podemos contornar este problema, se assumirmos que a relação temática em questão se dá entre o verbo e CP e não

Em (85), apesar de a cópia de *João* que ocupa a posição de sujeito da oração matriz c-comandar as outras duas cópias, estas não estão em relação de c-comando uma com a outra, assumindo que CP se adjunge a vP. Isto impossibilita uma análise baseada no movimento sucessivo do interior do adjunto para o especificador do verbo leve da oração matriz e finalmente para o especificador de T desta oração, uma vez que estamos admitindo que operações de movimento são restringidas pela Condição de C-comando. De fato, fizemos uso crucial desta condição para explicar a má formação de sentenças como (86), nas quais existem cópias que não guardam uma relação de c-comando entre si.

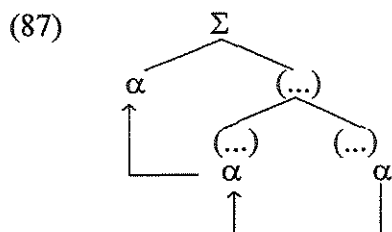
(86) * A mãe do João acha [que o João é bonito].

Uma linha de análise interessante é a adoção da teoria de movimento por cópias de Nunes (1995, 2000, a sair), que admite instâncias restritas de “movimento lateral”³⁶. Para Nunes, o sistema computacional não dispõe de uma operação de movimento. Movimento é na verdade o resultado da ação conjunta das operações Copiar, Conectar, Formar Cadeias e Reduzir Cadeias (operação responsável pelo apagamento de cópias no componente fonológico). Nunes assume ainda que a presença de mais de uma cópia de um mesmo elemento visível no componente fonológico impede que a estrutura que as contém seja linearizada³⁷, cancelando a derivação. Como o processo de apagamento de cópias só é permitido no interior de uma cadeia (via Redução de Cadeias) e formação de cadeias implica em c-comando, espera-se que o sistema não tolere instâncias de “movimento lateral”. Isto é verdade, argumenta Nunes, exceto nos casos em que se obtém uma configuração como (87):

entre o verbo e C. Como CP domina (portanto, não c-comanda) *João* não há violação da Condição de Menor Elo e a derivação pode proceder normalmente.

³⁶ A discussão desta seção foi inspirada na análise de Hornstein (1998) para PRO controlado dentro de adjuntos.

³⁷ Para o conceito de linearização, cf Kayne (1994) e Chomsky (1995, seção 4.8).



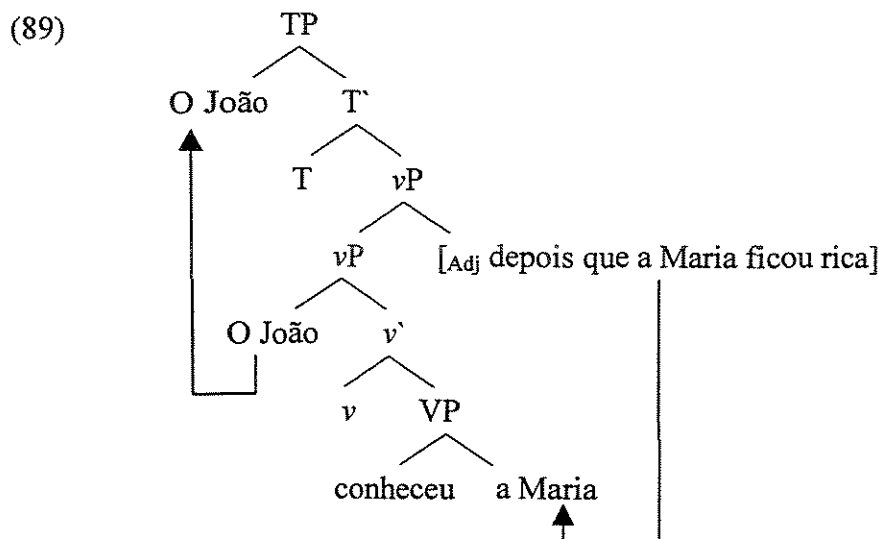
Em (87), houve uma instância de movimento lateral, seguida do movimento para uma posição que c-comanda ambas as cópias criadas até então. Com isto é possível a formação de duas cadeias, ambas encabeçadas pelo mesmo elemento. Com isto Reduzir Cadeias se aplica duas vezes eliminando as cópias na cauda destas cadeias e a estrutura pode ser linearizada (cf. Nunes 1995, 2000, a sair para detalhes).

Voltando aos nossos exemplos, repare que em (85) mas não em (86), obtém-se uma configuração como (87). Aí estaria então a razão para o contraste. Apesar de ambas terem sido formadas através de uma derivação que fez uso de “movimento lateral”, apenas (85) resultou em uma configuração legítima que permite a linearização da estrutura.

Um contraste que recebe uma explicação adequada assumindo-se a conjunção da proposta desenvolvida neste capítulo com a teoria de Nunes é o seguinte:

- (88) a. * O João conheceu a Maria depois que ficou rica.
 b. O João conheceu a Maria_i depois que ela_i ficou rica.

(88a) seria derivada pelo movimento lateral de *Maria* da posição de sujeito da oração adjunto para a posição de objeto direto da oração matriz. Diferentemente de (84), esta derivação não nos leva à obtenção de uma configuração como (87), impedindo a linearização da estrutura no componente fonológico:



Obviamente, exemplos com um pronome lexical estão livre deste tipo de problema, daí a boa formação de (88b).

2.5 Conclusão

Propus neste capítulo uma análise para as construções com sujeito nulo em PB, na qual afirmo que a categoria vazia que se observa na posição de sujeito em determinadas sentenças do PB são vestígios (cópias apagadas) resultantes do (hiper)alçamento de um sintagma que ocupava originalmente esta posição³⁸. Busquei uma implementação compatível com os pressupostos parcimoniosos do Programa Minimalista e fiz uso crucial de duas hipóteses, sendo a primeira a respeito da Gramática Universal e a segunda

³⁸ Vim assumindo até aqui que para que hiperalçamento seja possível, basta que o DP sujeito de uma oração encaixada esteja ativo para o sistema computacional e que restrições de minimalidade sejam respeitadas. No sistema de Chomsky (1998), entretanto, mesmo nestas condições esta operação seria barrada, pois as derivações executadas pelo sistema computacional procedem por fases (vP e CP). Chomsky (1998) assume que uma vez completada uma fase, os elementos em seu domínio (complemento de v ou C) não podem mais ser alvo de qualquer operação. No caso do hiperalçamento, há o movimento a partir do Spec de T de uma oração encaixada, deslocando um alvo de dentro do domínio de uma fase para fora desta fase. Note que este é um problema não só para as construções do PB investigadas neste capítulo como também para a análise de estruturas de controle obrigatório de Hornstein (1999). Uma possível solução é admitir que C que seleciona T incompleto não define uma fase, ou define uma fase fraca no sentido de Chomsky (1999). Desta forma, tanto os casos de controle quanto os casos de hiperalçamento se adequariam ao sistema. Não desenvolverei aqui este ponto, deixando-o para pesquisa futura.

particular à gramática do PB. Foram elas: a) papéis temáticos são traços formais, o que legitima o movimento para posições temáticas e b) T finito em PB moderno pode ser instanciado como um conjunto incompleto de traços- ϕ . Em relação a primeira hipótese, se minha análise estiver no caminho correto - o que procurei mostrar derivando através dela uma série de peculiaridades do sujeito nulo em PB - então os resultados alcançados aqui fornecem evidências para a visão de que papéis temáticos são traços formais, somando-se, assim, a trabalhos como Boskovic (1994), Lasnik (1995), Boskovic e Takahashi (1998) e Hornstein (1999) que também defenderam esta idéia.

Capítulo 3

O Objeto Nulo do Português Brasileiro

3.1 Introdução

Neste capítulo, irei investigar a natureza e as propriedades da categoria vazia que aparece na posição de objeto verbal em diversas sentenças do PB. A exemplo do que vimos no capítulo anterior a respeito do sujeito nulo, também as construções com objeto nulo em PB apresentam uma série de peculiaridades que restringem a aparição desta categoria vazia a contextos específicos. Meu esforço será o de tentar derivar estas peculiaridades através da identificação da verdadeira natureza do objeto nulo.

A esse respeito, proporei tratar-se de um pronome capaz de preencher uma posição argumental, mas que não possui traço de Caso, o que traz conseqüências bastante interessantes para o seu comportamento durante uma derivação executada pelo sistema computacional.

O capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 3.2 começarei apresentando as propostas de análise para o objeto nulo do chinês (Huang 1984, 1991), do quêchua imbabura (Cole 1987) e do português europeu (Raposo 1986) e mostrando certas diferenças em relação ao PB (Galves 1989; Kato 1993a). Nas seções 3.3 e 3.4, proponho que o objeto nulo do PB é um pronome sem traço de Caso e identifico suas características, indicando ainda de que maneira é possível as crianças adquirindo o PB “perceberem” a existência deste pronome nulo e suas particularidades. Nas seções 3.5 e 3.6 discuto certas assimetrias entre categorias vazias na posição de sujeito e na posição de objeto e mostro como o comportamento sintático do objeto nulo pode ser explicado. A seção 3.7 discute a relação do objeto nulo com a formação de dependências A-barra em PB, buscando ainda derivar a ausência de efeitos de cruzamento fraco observada nestas dependências. A seção 3.8 retoma

a discussão sobre efeitos de ilha em construções com objeto nulo. As seções 3.9 e 3.10 apresentam casos em que o objeto nulo está A-barra ligado por elementos quantificacionais e discute a possibilidade de reconstrução. A seção 3.11 investiga as chamadas construções *easy-to-please* em PB, utilizando-as para ilustrar várias das propriedades associadas ao objeto nulo discutidas nas seções anteriores do capítulo. A seção 3.12 é uma breve conclusão

3.2 Línguas de Objeto Nulo

O mais influente trabalho a respeito do objeto nulo (daqui em diante ON) no âmbito dos estudos gerativos é Huang (1984). Neste trabalho, o autor discute em detalhe o ON encontrado em chinês e conclui tratar-se de uma variável ligada por um tópico nulo, um operador foneticamente não realizado, representado na estrutura sintática de uma sentença, mas cujo conteúdo só se pode recuperar no ambiente discursivo em que esta se insere. Para exemplificar, considere as duas sentenças abaixo, a primeira em inglês e a segunda em chinês, que são, segundo Huang, basicamente semelhantes, ambas envolvendo uma estrutura de topicalização.

- (1) a. [_{TOP} Peter_i], John said that Mary didn't know e_i .
 Peter John disse que Mary não conhece
 “Peter_i, John disse que a Mary não conhece e_i .”
 b. [_{TOP} O_i], Zhangsam shuo Lisi bu renshi e_i .
 Zhangsam diz Lisi não conhece
 “Zhangsam disse que Lisi não conhece.”

A diferença é que o inglês exige a presença do elemento topicalizado, enquanto o chinês admite que tópico seja representado pelo operador nulo, cujo antecedente se recupera no discurso. Esta diferença é, para Huang, fruto de um parâmetro que divide as línguas entre aquelas orientadas para o discurso, como o chinês, e aquelas orientadas para a sentença, como o inglês, sendo que apenas às primeiras é permitida a topicalização baseada exclusivamente no operador nulo.

Huang demonstra ainda que a caracterização do ON do chinês como uma variável é a única compatível com os dados do chinês. Por exemplo, olhando para (1b), verificamos que o ON se encontra em uma posição regida, o que descarta sua identificação com PRO. A ausência de um antecedente local que o ligue descarta a possibilidade de se tratar de um elemento anafórico. Quanto à possibilidade de o ON ser um elemento pronominal (*pro*), Huang a descarta apresentando o contraste abaixo:

- (2) a. Zhangsam_i shuo Lisi bu renshi ta_i
 Zhangsam diz Lisi não conhece ele
 “Zhangsam_i disse que Lisi conhece ele_i”
- b. * Zhangsam_i shuo Lisi bu renshi e_i
 Zhangsam diz Lisi não conhece
 “Zhangsam_i disse que Lisi não conhece e_i”

Sendo possível o uso do pronome lexical em (2a), era de se esperar que *pro* fosse possível em (2b).

Huang acaba indo mais longe e afirma que a impossibilidade de se analisar o ON como *pro*, evidenciada pelos dados do chinês, não é uma peculiaridade desta língua, mas sim um teorema derivado da ação conjunta de dois axiomas da Gramática Universal: a Teoria do Controle Generalizado (Huang 1984;1989) e o Princípio B da Teoria da Ligação (Chomsky 1981). A Teoria do Controle Generalizado, desenvolvida pelo próprio Huang, busca submeter PRO e *pro* às mesmas restrições de localidade em relação a seus antecedentes. Em linhas gerais, ela afirma que estes elementos devem estar ligados em seu domínio de controle, sendo tal domínio definido como a menor projeção máxima que contenha *pro* (PRO) e um sujeito. O Princípio B por outro lado impede que o pronome esteja ligado em sua categoria de regência, que para os propósitos relevantes a esta discussão, pode ser definida como a menor oração que contenha o pronome e um sujeito. Conforme se pode notar, estes princípios impõem requerimentos contraditórios a um elemento pronominal nulo que ocupe a posição de objeto verbal. Um exige que esteja ligado pelo sujeito da oração que o contém e o outro exige que não esteja ligado por este mesmo sujeito. Deste modo, conclui Huang, não só o chinês mas nenhuma outra língua deveria possuir uma categoria vazia pronominal na posição de objeto.

Cole (1987) mostra que a teoria proposta por Huang é muito restritiva, sendo suas previsões invalidadas por dados de línguas como o quêchua imbabura. Nesta língua, contrastes como (2) não existem e ambas as sentenças são bem formadas. (3), por exemplo, que corresponde a (2b), não só é perfeita em quêchua imbabura como não necessita de nenhum contexto discursivo especial para ser compreendida.

- (3) Juzi nin Marya e_i juyanata.
 Juzi disse Marya vai amar
 “Juzi_i disse que Marya vai amá-lo_i.”

A sugestão de Cole é parametrizar a Teoria do Controle Generalizado, admitindo que certas línguas submetem tanto *pro* quanto PRO a esta teoria (o chinês, por exemplo) enquanto que outras submetem apenas PRO (caso do quêchua imbabura). Desta forma, apenas no primeiro grupo de línguas, impede-se o uso de um *pro* em posição de objeto.

Raposo (1986) identifica o português europeu (PE) como uma outra língua que admite ONs e propõe que estes ONs sejam, como em chinês, variáveis ligadas por um operador nulo. A grande evidência apresentada por Raposo é o fato de que o objeto nulo não pode ocorrer no interior de ilhas em PE, conforme atestam os exemplos abaixo:

- (4) a. * Eu informei a polícia da possibilidade do Manel ter guardado e_i no cofre da sala de jantar.
 b. * O rapaz que trouxe e_i agora mesmo da pastelaria era o teu afilhado.

Mais do que indicar que o ON do PE deva ser tratado como uma variável ligada por um operador nulo, os dados apresentados por Raposo indicam que a derivação das sentenças com ON nesta língua envolve o movimento deste operador da posição do objeto até a periferia esquerda da oração matriz destas sentenças. Neste aspecto, o PE diverge do chinês, que não parece manifestar a sensibilidade a ilhas observada por Raposo (Huang 1991). Huang (1991) aliás reanalisa sua proposta de 1984 e passa a assumir que o ON do chinês é na verdade um epíteto nulo (Lasnik 1989; Lasnik e Stowell 1991), uma versão foneticamente não realizada de expressões como *o desgraçado*, *o infeliz*, etc. De acordo

com a Teoria da Ligação, esta categoria não pode estar A-ligada mas pode, apesar de não necessitar, estar A-barra ligada. Nada impede, portanto, que ela ocorra no interior de ilhas.

Passamos assim rapidamente por três línguas que admitem ONs, mas que os tratam de maneira distinta. O ON do quêchua imbabura parece ser um pronome, o do chinês um epíteto e o do PE uma variável, criada pelo movimento de um operador. Com os dados destas línguas em mente, voltemos para o PB.

Em primeiro lugar, o PB difere do PE, uma vez que, conforme já notado por Galves (1989), todos os exemplos envolvendo violações de ilhas apresentados por Raposo como sendo ruins em PE são perfeitos em PB. O ON do PB mostra-se absolutamente insensível ao fato de ocorrer ou não no interior de uma ilha. Note, por exemplo, a boa formação da sentença abaixo, que contém uma instância de ON localizado no interior de uma sucessão de ilhas, fortes e fracas (obviamente, deve-se considerar um contexto adequado, por exemplo, uma conversa que esteja girando em torno de uma jóia roubada):

- (5) Eu não sei quem levantou a possibilidade do João conhecer a menina que roubou.

Em segundo lugar, O PB também difere do quêchua imbabura, dada a má formação de sentenças como (6a), que contrasta com (6b) (cf. Farrell 1990):

- (6) a. * O João_i disse que a Maria ama cv_i.
b. O João_i disse que a Maria ama ele_i.

Torna-se pois difícil enquadrar o comportamento do ON do PB tanto junto aos pronomes quanto junto às variáveis. Dizer que ON é um epíteto nulo resolveria tanto o problema relacionado a ausência de efeitos de ilha, quanto a impossibilidade de (6a), já que neste caso o ON estaria A-ligado, violando a Teoria da Ligação (cf. * *O João_i disse que a Maria ama [o infeliz]_i*)¹.

No entanto, esta proposta sofre de um mal semelhante à análise baseada em *pro*, já que ficamos impossibilitados de explicar o contraste abaixo:

¹ Cf. Maia (1994, 1997) para uma proposta neste sentido.

- (7) a. A mãe do João_i acha que a Maria está traindo [o infeliz].
 b. * A mãe do João_i acha que a Maria está traindo *cv_i*.

O problema é óbvio: se (7a) é boa, por que (7b) é ruim, já que ambas contêm um epíteto, cujo antecedente não o está A-ligando? Parece difícil dar conta deste contraste sem estipulações adicionais².

3.3 Objeto Nulo em PB e Animacidade

Vimos caracterizando o ON do PB até aqui de maneira negativa, ou seja, vimos as principais propriedades que este elemento não pode apresentar. Está na hora de começar a preencher o conteúdo desta categoria vazia.

Voltemos ao exemplo (6a) da seção anterior, que serviu como justificativa para descartarmos a análise do ON do PB como um pronome:

- (8) O João_i disse que a Maria ama ele_i/ *ON_i

Uma vez assumido que ON corresponde a um pronome nulo, o contraste em (8) não é de fato esperado. Há no entanto uma explicação alternativa para a impossibilidade de ON em sentenças como (8). Conforme se pode notar pelos exemplos abaixo, o objeto nulo do PB parece não tolerar antecedentes [+animados] (Cyrino 1997).

² Tanto sentenças como (7a) quanto sentenças como (7b) não são bem formadas em chinês, dando suporte a idéia de que o objeto nulo se comporta como um epíteto nesta língua (Huang 1991: 63):

- (i) a. * Zhangsam_i de mama kanjian-le neige bendan_i.
 Z. poss. mãe viu aquele idiota
 “A mãe de Zhangsam_i viu o idiota_i.”
 b. * Zhangsam_i de mama kanjian-le.
 Z. poss. mãe viu
 “A mãe de Zhangsam_i viu *e_i*.”

Note, entretanto, que nestas sentenças do chinês, a estrutura do sintagma sujeito é diferente dos casos do PB. Em chinês, o elemento possuído precede o possuidor no interior de um DP. Pode ser então que o possuído c-comande para fora do DP em que está e que portanto ligue o epíteto em (ia-b) acima, resultando em uma violação do princípio C.

- (9) a. O cara que me mostrou [este projeto]_i disse que já tentou apresentar ON_i/ele_i pra várias pessoas, mas não conseguiu.
 b. O cara que me indicou [este funcionário]_i disse que já tentou apresentar *ON_i/ele_i pra várias pessoas, mas não conseguiu.

A única diferença entre (9a) e (9b) que o sintagma *este projeto* é [- animado], enquanto que o sintagma *este funcionário* é [+ animado]. Isto nos leva à conclusão de que o fator animacidade é o que está em jogo no contraste observado entre as sentenças acima. Identificado este contraste, pode-se atribuir a inaceitabilidade de (8) ao fato de o antecedente do ON ser [+animado]. Uma indicação de que esta restrição, e não efeitos de princípio C, é o que está em jogo vem do fato de que o contraste [+/- animado] permanece também em exemplos em que o antecedente c-comanda o objeto nulo:

- (10) a. Esse livro_i decepcionou as pessoas que tentaram ler ON_i.
 b. *Esse artista_i decepcionou as pessoas que tentaram cumprimentar ON_i.

Com isto, pode-se concluir que o objeto nulo do PB é semelhante ao do Quêchua Imbabura analisado por Cole (1987), ou seja, trata-se simplesmente de um pronome, que, em PB, não admite antecedentes animados.

No caso do PB, este pronome pode ainda estar A-barra ligado, como nos exemplos abaixo, envolvendo tópicos:

- (11) a. Esse livro, o João disse que a Maria comprou em Paris
 b. Esse livro, a Maria conhece o cara que escreveu.

Em casos como (11a-b), vou assumir que o DP *esse livro* ocupa a posição de especificador da projeção TopP pertencente à periferia esquerda da sentença (Rizzi 1995):

- (12) a. [_{TopP} [esse livro] Top [_{TP} o João disse que a Maria comprou ON em Paris]]
 b. [_{TopP} [esse livro] Top [_{TP} a Maria conhece o cara que escreveu ON]]

Nesse ponto, cabe uma comparação com o PE. Qualquer que seja a natureza da categoria vazia correspondente ao ON do PB, esta não deve estar disponível em PE, dada a impossibilidade de sentenças como (11b) nesta língua. Em PE, sentenças contendo elementos topicalizados só podem ser obtidas através do deslocamento de um elemento até a projeção TopP³. Vamos assumir então que as construções com objeto nulo em PE são derivadas pelo movimento do sintagma topicalizado a partir de sua posição temática até a projeção TopP, como em (13):

- (13) [TopP [esse livro]_i Top [TP a Maria disse que o João comprou t_i em Paris]].

A motivação para este movimento seria a presença de um traço forte no núcleo Top. Vamos assumir que o PB também possui este traço forte e que portanto uma sentença como (11a) é estruturalmente ambígua, podendo estar relacionada tanto a uma estrutura como (14a), quanto a uma estrutura como (14b):

- (14) a. [TopP [esse livro]_i Top [TP a Maria disse que o João comprou t_i em Paris]].
 b. [TopP [esse livro]_i Top [TP a Maria disse que o João comprou ON_i em Paris]].

Fornecerei nas próximas seções evidência empírica para a postulação deste traço forte em PB, baseado em certa assimetria entre tópicos relacionados à posição de sujeito e tópicos relacionados à posição de objeto.

Para encerrar esta seção, um ponto bastante interessante sobre os casos em que o ON do PB está ligado por um elemento localizado na periferia esquerda da sentença, como em (11). Nestes casos, o contraste entre ON com antecedente animado e ON com antecedente inanimado desaparece, conforme se pode ver em (15):

- (15) a. Esse aluno, eu ainda não consegui encontrar um professor que elogiasse.
 b. Esse jogador, a torcida ficou furiosa depois que o técnico decidiu escalar pra

³ Estou desprezando casos em que o antecedente é retomado por um clítico.

final do campeonato.

Note que o fato de o ON estar no interior de uma ilha nos exemplos em (15) descarta a possibilidade de uma derivação por movimento, deixando o ON com a única opção. A boa formação destas sentenças, contrastada com a impossibilidade de se usar o ON em (9b) e (10b) leva à conclusão de que a restrição em relação a antecedentes animados se limita aos casos em que o antecedente do ON ocupa uma posição interna a TP. Deixarei a explicação para esta assimetria em aberto, mas lançarei mão dela quando estiver discutindo as chamadas construções *easy-to-please* (p. ex. *O João é fácil de agradar*) mais adiante⁴.

3.4 A Aquisição de Objeto Nulo em PB

Voltemos agora para um ponto crucial. Sabemos que o PB e o PE são línguas diferentes no que concerne às construções com objeto nulo. Entretanto, esta diferença só aparece quando sentenças complexas são observadas. Com efeito, é somente através da contemplação de sentenças contendo uma instância de objeto nulo no interior de uma ilha que a diferença no julgamento de brasileiros e portugueses se evidencia. É improvável, porém, que a competência que subjaz a estes julgamentos tenha sido adquirida através da exposição direta aos dados relevantes apresentados até aqui, já que dados de tamanha complexidade presumivelmente não fazem parte do *input* levado em consideração por uma criança adquirindo sua língua (Lightfoot 1991, dentre outros). Como então brasileiros e portugueses adquirem as diferenças em questão?

Das duas línguas, o PB é a mais permissiva nesta questão. Os contextos em que o PE admite objeto nulo (o mesmo vale para a topicalização) são também contextos em que o PB admite, mas o contrário não é verdadeiro. Além disto, assumi (mas ainda não apresentei motivação empírica a favor) que a estratégia que o PE utiliza na derivação das construções de objeto nulo e de topicalização, ou seja o movimento para a projeção TopP motivado por um traço forte, também está disponível em PB. Precisamos então encontrar dados exclusivos do PB que permitam à criança brasileira descobrir a existência de uma categoria

⁴ Sobre a relevância da distinção animado/inanimado nas construções com objeto nulo em PB, ver também a análise de Bianchi e Figueiredo Silva (1994).

vazia em sua língua, capaz de licenciar a estratégia de objeto nulo *in situ* descrita na seção anterior⁵. É isso o que pretendo fazer nesta seção.

Começemos considerando as seguintes sentenças:

- (16) a. João precisa desse livro.
 b. * O João precisa esse livro
 c. Esse livro, o João precisa.

Suponhamos que a criança ouça (16a) e conclua que o verbo *precisar* não atribui Caso acusativo a seu objeto e que por isso a preposição é necessária e frases como (16b) são impossíveis. Suponhamos agora que a criança ouça também (16c) e se coloque na tarefa de descobrir a natureza da categoria vazia que ocorre na posição de objeto do verbo *precisar*. Uma opção é tratá-la como um vestígio deixado pelo movimento de *esse livro* quando este se deslocou até TopP. Isto entretanto faria com que *esse livro* não tivesse seu traço de Caso checado.

A criança exclui então a possibilidade de derivar (16c) por movimento. A única opção é admitir a existência de um elemento foneticamente não realizado contido na numeração correspondente à derivação da sentença e que é inserido na posição de objeto do verbo *precisar*. Este elemento deve ter as características em (17):

- (17) a. ser capaz de preencher uma posição temática;
 b. não possuir traço de Caso;
 c. poder estar A-barra ligado.

Baseado então no que acabamos de ver, podemos caracterizar o ON do PB como um pronome nulo sem traço de Caso⁶ e que pode estar A-barra ligado. Essas propriedades estão todas expressas em sentenças como (16c).

⁵ Cf. Tuller (1992) para a apresentação e discussão de dados relativos a construções com objeto nulo em algumas línguas capazes de revelar ao aprendiz a natureza desta categoria vazia.

⁶ Uma alternativa seria considerar a existência de uma preposição nula, correspondente a *de*. Mas para isso teríamos de estipular adicionalmente que esta preposição só admite complementos nulos, se quisermos

3.5 Objeto Nulo em Posição de Sujeito?

Consideremos agora a sentença abaixo e vejamos como poderíamos derivá-la:

- (18) Esse livro, a professora disse que está ultrapassado.

Uma maneira de se derivar esta sentença é via movimento do sintagma *esse livro*, conforme indicado em (19):

- (19) [_{TopP} [_{esse livro}]_i Top [_{TP} a professora disse [_{CP} que [_{TP} _{t_i} está [_{AP} _{t_i} ultrapassado]]]]].

Para obtermos a estrutura acima, é preciso em primeiro lugar que *Top* possua um traço forte que atraia o elemento topicalizado até seu Spec. Além disto, conforme vimos no capítulo anterior, T finito da oração encaixada deve possuir um conjunto completo de traços- ϕ , checando assim o traço de Caso de seu sujeito (*esse livro*). Este sujeito então se move até a posição de especificador de TP da oração encaixada, já que T possui um traço forte (EPP). Elimina-se assim os traços não interpretáveis de T (traços- ϕ e EPP) e do sujeito (Caso).

A pergunta relevante neste ponto é: existe uma derivação alternativa para (18) que dispense movimento e faça uso da categoria vazia proposta na seção anterior? Esta pergunta é crucial, porque todas as conclusões do capítulo anterior estão baseadas na afirmação de que não existe uma categoria vazia pronominal na posição de sujeito de orações finitas em PB. Acabamos de admitir entretanto que existe em PB uma categoria vazia pronominal capaz de preencher uma posição argumental e cuja principal peculiaridade é não possuir traço de Caso. A princípio, seria de se esperar que esta categoria também pudesse aparecer na posição de sujeito de orações finitas, já que no capítulo anterior admitimos que T finito em PB pode não checar Caso nominativo. Colocamos em risco, portanto, tudo o que foi proposto no capítulo anterior.

explicar o contraste em (16). Também descartada está a possibilidade de analisar o ON como um clítico nulo (Kato 1993a), porque verbos como *precisar* não admitem objetos clíticos, conforme atesta (i):

(i) A Maria *me/*te/*o/*lhe precisa.

Esse risco, porém, é apenas aparente. Suponhamos que a categoria vazia em questão seja inserida em uma posição temática como Spec de *v* ou, para mantermos nosso exemplo, junto a um núcleo lexical como o adjetivo *ultrapassado* em (18). Consideremos agora o estágio da derivação em que T finito é conectado à estrutura em formação:

(20) [TP está + T [AP *ultrapassado pro*]].

Como *pro* não possui traço de Caso, ele está inativo para o sistema computacional no que diz respeito a operações de movimento. Assim, independentemente de T ter ou não um conjunto completo de traços- ϕ , seu traço EPP não pode ser checado. Desta forma, não há como se obter uma sentença como (18), abrindo mão da estratégia de movimento, como em (19). Como o ON não está disponível para operações de movimento, não é possível utilizar o “objeto nulo” em posição de sujeito. Podemos manter intactas, portanto, as conclusões do capítulo anterior.

Estas considerações nos levam a fazer a seguinte previsão: uma vez que estruturas de topicalização envolvendo uma categoria vazia na posição de sujeito só podem ser obtidas através do movimento do elemento topicalizado, então elas devem se tornar inaceitáveis quando esta categoria vazia estiver no interior de uma ilha. Esta previsão de fato é comprovada, conforme nos mostra o contraste abaixo:

- (21) a. Esse crime, as pessoas que viram *cv* ficaram chocadas.
 b. * Esse crime, as pessoas que *cv* chocou estão hospitalizadas.

(21a) e (21b) não podem ter sido derivadas por movimento do elemento topicalizado a partir da posição indicada por *cv*, já que este movimento envolveria a extração do interior de uma oração relativa contida em um sujeito complexo. (21a) entretanto é bem formada, indicando o uso da estratégia do objeto nulo. (21b) por outro lado é inaceitável, confirmando a previsão de que esta categoria vazia é incompatível com a posição de sujeito. Não havendo ilhas, o contraste desaparece, evidenciando a necessidade de se postular um traço forte no núcleo *Top*, legitimando o movimento do elemento topicalizado:

- (22) a. Esse crime, os jornais estão dizendo que ninguém viu.
b. Esse crime, os jornais estão dizendo que chocou o país inteiro.

Resumindo o que vimos até aqui sobre o comportamento sintático do ON em PB, propus, baseado em contrastes como em (23) abaixo, que ON é um pronome sem traço de Caso.

- (23) a. Eu conheço uma menina que está precisando *(d-) esse livro.
b. Esse livro, eu conheço uma menina que está precisando.

Propus ainda, com o respaldo de contrastes como (21) acima, que este pronome não pode ocupar a posição de sujeito (Spec TP) de uma oração. Isto se deve ao fato de que, por não possuir traço de Caso, o ON não está disponível para ser alvo de operações de movimento, não podendo assim ser deslocado a partir da posição temática onde é inserido.

3.6 Gatilhos para Checagem e Movimento

Com os resultados da seção anterior em mente, consideremos as sentenças abaixo:

- (24) a. Esse livro, o João precisa.
b.* O João precisa esse livro.

- (25) a. Esse livro, o João leu.
b. O João leu esse livro.

(24a) já é conhecida e foi analisada como envolvendo o ON na posição de complemento do verbo *precisar*. Como este verbo não “atribui Caso” e o ON não possui traço de Caso, há um casamento perfeito entre os dois. Já em (25a), o verbo *ler* “atribui Caso” acusativo e a princípio a presença do ON não deveria ser tolerada, já que não haveria como eliminar o traço de Caso associado ao verbo. Uma conclusão possível é que esta estrutura,

diferentemente de (24a), seja derivada por movimento e de fato não envolva a participação do ON. Mas esta estratégia não está sempre disponível e o uso do ON parece não poder ser dispensado em virtude de exemplos envolvendo ilhas, como (26), que são perfeitos:

- (26) Esse livro, eu conheço muitas pessoas que ainda se lembram de quando leram pela primeira vez.

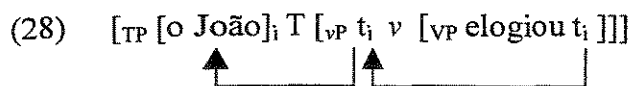
Para contornar este problema, pode-se imaginar que o contato com sentenças como (24a) e (25a) levaria o aprendiz de PB à seguinte generalização: a atribuição de Caso acusativo é opcional em PB. Em outros termos, *v* em PB pode não instanciar um conjunto completo de traços- ϕ . Não possuindo este conjunto, esta categoria é incapaz de checar o traço de Caso do objeto de um verbo. A situação é problemática se este objeto realmente possui um traço de Caso que necessita ser checado. Neste caso, *v* precisa possuir um conjunto completo de traços- ϕ , para que a derivação correspondente convirja. Entretanto, nos casos em que o ON ocupa a posição de objeto, o problema desaparece por ele não possuir traço de Caso.

Admitindo então que *v* nem sempre possua um conjunto de traços- ϕ em PB, pode-se utilizar o ON mesmo com verbos transitivos diretos, como *ler*. Daí a aceitabilidade de sentenças como (26). Já (25a) seria ambígua. Se escolhêssemos *v* com o conjunto completo de traços- ϕ , ela seria derivada por movimento. Se optássemos pela ausência deste conjunto, ela poderia ser derivada lançando-se mão do ON.

Apesar de plausível, esta hipótese faz previsões que não são confirmadas pelos fatos do PB. Considere (27) por exemplo:

- (27) * O João elogiou. (significando *O João se elogiou*.)

Assumindo-se que *v* poderia não possuir um conjunto completo de traços- ϕ , (27) deveria ser bem formada com a interpretação indicada acima. Sua derivação envolveria o movimento para uma posição temática, conforme esquematizado abaixo:

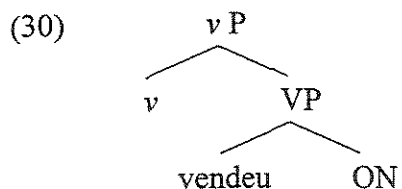


Em (28), *o João* é inserido na posição de complemento verbal, onde recebe um papel temático. No prosseguimento da derivação, *v* é conectado à estrutura e *o João* é alçado até o especificador deste núcleo, recebendo um segundo papel temático. Note que, se optarmos por uma instância de *v* sem um conjunto completo de traços- ϕ , *o João* continuará ativo para o sistema computacional, já que seu traço de Caso não será eliminado. Na seqüência, T é conectado e, possuindo um conjunto completo de traços- ϕ e um traço EPP, eliminará o traço de Caso de *o João*, que será alçado até o seu especificador. Esta derivação deveria convergir e (27) deveria portanto ser bem formada⁷.

Devido a este grave problema empírico, não levarei adiante a hipótese de que *v* associado a verbos transitivos diretos nem sempre possui um conjunto completo de traços- ϕ em PB. Ficamos então com a tarefa de explicar a possibilidade do ON em casos como (29).

(29) Esse livro_i, eu conheço uma menina que vendeu ON_i por 10 reais.

Para buscarmos uma solução para esta questão, analisemos de perto a porção relevante da derivação de (29), ou seja, a formação de *vP* da oração mais encaixada. O verbo *vender* e o ON são conectados formando VP. Seleciona-se então *v* e conecta-se VP a ele.



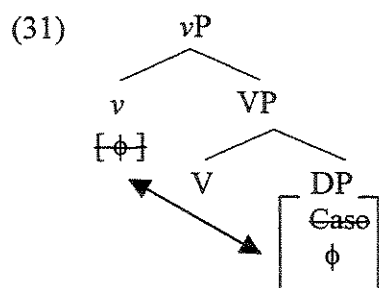
v possui um conjunto de traços- ϕ que é ilegível e precisa ser eliminado. Esta eliminação normalmente se dá através de uma relação de checagem entre os traços- ϕ de *v* e

⁷ Cf. a discussão a respeito de verbos como *shave*, *wash* e *dress* em inglês na seção 1.6.

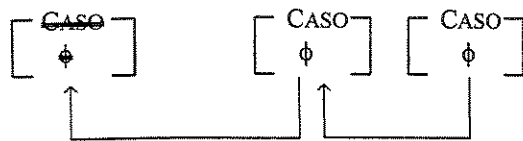
os traços- ϕ do objeto direto. Mas lembremos que estou assumindo que o que torna um elemento ativo para o sistema computacional são seus traços ilegíveis. Em se tratando de DPs argumentais, este papel cabe ao traço de Caso. Mas acabei de ressaltar que o ON não possui este traço, e apresentei razões empíricas para isso. Como então eliminar os traços ilegíveis de v nestes casos?

Notemos que um fator crucial que determina a impossibilidade de ONs na posição de sujeito é o fato de que este pronome não pode se mover e com isso satisfazer o traço EPP associado a T. Na situação envolvendo v não há traço EPP em jogo. Para que a derivação convirja, basta apenas que o conjunto de traços- ϕ do ON possa entrar em relação de checagem com o conjunto de traços- ϕ de v , eliminando-o. Vamos assumir então que isto seja possível.

O ponto em questão é que o sistema computacional parece tratar de maneira distinta relações de checagem e operações de movimento. A idéia deste divórcio não é inusitada, se atentarmos para o fato de que existem exemplos de relações de checagem que eliminam traços formais de um alvo α mas que não envolvem movimento de α e casos em que um elemento se desloca sem que nenhum de seus traços ilegíveis seja eliminado. Um exemplo do primeiro tipo é a “atribuição de Caso” acusativo em línguas como o PB, em que o DP objeto direto não se move para junto de v , mas tem seu traço de Caso eliminado, como esquematizado em (31) abaixo. Um exemplo do segundo tipo são os passos intermediários de um movimento cíclico sucessivo, como representado em (32), em que um DP sujeito se desloca desde sua posição temática em uma oração encaixada até atingir o Spec de TP de uma oração mais alta.



(32) [TP João parece [TP João T [vP João v [vP amar Maria]]]]



Dada as evidências deste divórcio entre relações de checagem e movimento nas derivações executadas pelo sistema computacional, parece-me plausível adotar os seguintes pressupostos a respeito da disponibilidade de um elemento para o sistema:

- (33) a. Em uma relação de checagem entre uma sonda α e um alvo β , traços de α devem ser ilegíveis.
 b. α só está disponível para operações de movimento quando α possuir traços ilegíveis.
 c. Uma vez que α teve seus traços não interpretáveis checados, α se torna inativo para o sistema computacional, não podendo mais ser movido, nem entrar posteriormente em outras relações de checagem.

Assumindo que (33 a-c) estejam no caminho certo, prevemos a distribuição correta do ON em PB: ON não pode ocorrer na posição de sujeito, porque não possui traços ilegíveis e portanto não pode ser movido até Spec de TP. Entretanto ON pode ocorrer na posição de objeto em estruturas transitivas porque a relação de checagem nesse caso se dá entre os traços- ϕ de v (a sonda) e os traços- ϕ de ON (o alvo), não havendo a presença de traços EPP e, por conseguinte, movimento.

3.7 Dependências Múltiplas e Cruzamento Fraco em PB

Acabamos de discutir na seção anterior uma assimetria no uso do ON: este está disponível para a posição de objeto, mas não para a posição de sujeito. Esta assimetria propiciou uma explicação para a possibilidade em PB de dependências A-barra violando

restrições de ilha quando estava em jogo a posição de objeto, mas não quando estava em jogo a posição de sujeito:

- (34) a. Esse crime, as pessoas que viram *cv* ficaram chocadas.
 b. * Esse crime, as pessoas que *cv* chocou estão hospitalizadas.

Nesta seção apresentarei casos de dependências A-barra nos quais um único ligador liga localmente mais de um elemento e chamarei a atenção para uma simetria entre casos envolvendo lacuna na posição de sujeito e casos envolvendo lacuna na posição de objeto no que diz respeito a (ausência de) efeitos de cruzamento fraco. A explicação desta simetria nos levará a uma hipótese sobre a formação das dependências A-barra em PB.

Começemos considerando a dependência múltipla em (35), onde o sintagma interrogativo liga duas categorias vazias que não se c-comandam:

- (35) Que documento você assinou antes da secretária revisar?

(35) é aparentemente um caso clássico de construção com lacuna parasita e sua contraparte em línguas como o inglês também é bem formada. Em PB entretanto, este tipo de construção não apresenta as propriedades usualmente relacionadas às construções com lacunas parasitas, a começar pelo fato de que nenhuma das lacunas parece ser parasita:

- (36) a. Que documento o Pedro morreu antes da secretária revisar?
 b. Que documento o Pedro assinou antes da secretária morrer?

A esta altura já está óbvio que o PB, além da opção com lacuna parasita, permite que sentenças como (35) sejam derivadas a partir do emprego de um pronome nulo que pode funcionar como variável ligada. Portanto, é possível derivar (35) sem utilizar movimento (no que tange as cadeias A-barra em questão, é claro):

- (37) [Que documento]_i você assinou *pro_i* antes da secretária revisar *pro_i*?

É possível também que ambos os pronomes estejam separados de seu antecedente por ilhas sem que a sentença se torne agramatical:

- (38) [Que documento]_i as pessoas que você pediu pra assinar *pro_i* foram todas embora antes que a secretária terminasse de revisar *pro_i*?

Igualmente possível é a presença de mais de duas “lacunas”:

- (39) [Que artigo]_i os editores que leram *pro_i* decidiram não publicar *pro_i* antes da pessoa que escreveu *pro_i* revisar *pro_i*?

Construções com a presença de “lacunas” múltiplas em PB são portanto bastante livres dada a existência de um pronome nulo que viabiliza a formação de dependências A-barra sem a necessidade de movimento. Tão disponível quanto o pronome nulo é o pronome lexical, com quem ele parece alternar livremente nestes casos:

- (40) a. Que documento_i a Maria acha que você assinou ele_i antes da secretária revisar *pro_i*?
 b. Que documento_i a Maria acha que você assinou *pro_i* antes da secretária revisar ele_i?
 c. Que documento_i a Maria acha que você assinou ele_i antes da secretária revisar ele_i?

Casos envolvendo uma instância de um pronome lexical e uma do pronome nulo, como (41) abaixo, podem às vezes causar a impressão da inexistência de efeitos de cruzamento fraco em PB:

- (41) Que livro_i a Maria disse que [o cara que escreveu ele_i] ainda não conseguiu publicar *cv_i*?

A estrutura correspondente a (41) em uma língua como o inglês não é bem formada e isto tem sido atribuído a um efeito de cruzamento fraco. Mas há uma diferença crucial entre o inglês e o PB neste caso. Em inglês, a categoria vazia representada em (41) só pode ser um vestígio resultado do movimento do sintagma interrogativo, enquanto em PB esta pode ser também um pronome nulo. Esta comparação é importante porque nos mostra que a explicação por trás dos efeitos de cruzamento fraco não pode ser algo como o Princípio de Bijeção de Koopman e Sportiche (1982), o qual proíbe estruturas nas quais um único operador liga mais de uma variável. Ao contrário, o contraste entre o inglês e o PB parece mais compatível com a linha proposta por Safir (1984) que sugere que configurações contendo múltiplas variáveis só se tornam mal formadas se estas variáveis forem de natureza distinta. Por exemplo, no caso da correspondente inglesa de (41) teríamos um vestígio e um pronome, gerando uma configuração irregular. Já no caso do PB, teríamos dois pronomes, o que é tolerado.

Mas essa não parece ser toda a história. Considere o seguinte exemplo:

(42) Que filme_i [as pessoas que já assistiram ele_i] disseram que é imperdível?

Neste caso, as aparências não enganam, e de fato temos razão para nos surpreender com a ausência de efeitos de cruzamento fraco. O motivo é que, conforme mostram os exemplos retomados no início desta seção, lacunas na posição de sujeito não correspondem a pronomes mas apenas a vestígios. A dependência A-barra em (42) portanto foi necessariamente criada por um movimento que cruzou um pronome coindexado:

(43) Que filme_i [as pessoas que já assistiram **ele**_i] disseram que **t**_i é imperdível?



Por que então os efeitos de cruzamento fraco estão ausentes em casos como este? Para responder esta pergunta, consideremos primeiro um exemplo como (44), um caso de topicalização:

- (44) Esse filme_i [as pessoas que já assistiram **ele**_i] disseram que **t**_i é imperdível.



(44) também não apresenta efeitos de cruzamento fraco. Entretanto, isto não é uma peculiaridade do PB. Estruturas de topicalização não parecem induzir efeitos de cruzamento fraco nas línguas naturais, conforme pode ser visto pelo exemplo do húngaro abaixo (Puskas 1997:160) (ver também Lasnik e Stowell 1991, para o inglês e Rizzi 1995 para o italiano, dentre outros).

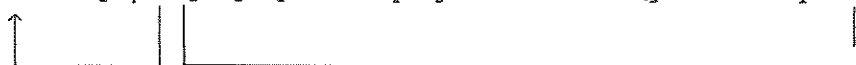
- (45) Jànost_i szereti az *pro*_i anyá t_i.

Jànost ama a *pro* mãe

“Jànost, a mãe dele ama ele”

Em contraste, sentenças interrogativas induzem efeitos de cruzamento fraco (ver as referências acima). O que é peculiar então ao PB não é a boa formação de (44), mas sim a boa formação de (43). Podemos colocar o PB em conformidade com a generalização observada em outras línguas, assumindo que sentenças interrogativas em PB são formadas a partir de uma estrutura de topicalização. (43) se originaria de uma derivação como a esquematizada abaixo:

- (46) Que filme_i [_{TopP} t_i [_{TP} [as pessoas que já assistiram **ele**_i] disseram que t_i é ótimo]]



Desta forma, o movimento que cruza o pronome corresponde ao movimento para a posição de tópico. A formação da pergunta propriamente dita ocorre a partir da posição de tópico, driblando assim as restrições vinculadas ao princípio de cruzamento fraco. Isto nos remete ao trabalho de Kato (1993b) sobre orações relativas em PB, que propõe que estas orações derivam de estruturas de tópico. Sua proposta se baseia na semelhança entre as construções de topicalização e as relativas no que tange à possibilidade do uso de pronomes resumptivos. Neste aspecto, também as interrogativas se assemelham às topicalizações. No

que concerne à ausência dos efeitos de cruzamento fraco, o paralelismo que vimos acima também se estende às relativas:

- (47) [O filme_i [que [as pessoas que assistiram **ele_i**] disseram que **t_i** é imperdível]] já saiu de cartaz.

Concluindo, eu sugeri que a ausência de cruzamento fraco nas dependências A-barras em PB se deve ao fato de elas serem derivadas de uma estrutura de topicalização, estruturas estas que de acordo com Lasnik e Stowell (1991) não apresentam tais efeitos por não envolverem a ligação de uma variável por um quantificador. Desta forma, é possível explicar a semelhança de comportamento entre os casos envolvendo uma lacuna na posição de sujeito (vestígio) e os casos envolvendo uma lacuna na posição de objeto (vestígio ou ON).

3.8 Ainda os Efeitos de Ilha

Já vimos mais acima que um resumptivo nulo deve estar disponível tanto para estruturas de topicalização quanto para interrogativas com o sintagma-QU deslocado, uma vez que não encontramos efeitos de ilha nestas construções:

- (48) a. Que livro você me disse que conhece a pessoa que escreveu ?
b. Esse livro, você me disse que conhece a pessoa que escreveu.

Estou assumindo que o comportamento similar de (48a) e (48b) não se dá por acaso, mas sim pelo fato de a derivação de (48a) passar por um estágio no qual o sintagma-QU é inserido em Spec de TopP, movendo-se em seguida para a projeção que abriga os elementos QU, FocP de acordo com Rizzi (1995):

- (49) [_{FocP} Que livro_i [_{TopP} t_i [_{TP} você me disse que conhece a pessoa que escreveu **pro_i**]].
- 

É interessante notar que uma sentença como (48a) degrada sensivelmente se substituirmos o sintagma *que livro* por um quantificador “simples” como *o que* ou por um elemento inerentemente não-referencial:

- (50) a.* O que você me disse que conhece a pessoa que escreveu ?
 b.* Que diabo você me disse que conhece a pessoa que escreveu?

Podemos explicar o contraste (48a)-(50) da seguinte forma: *que livro* é formado pelo operador *que* mais o sintagma *livro*. Este confere conteúdo “referencial” ao sintagma-QU, restringindo o domínio da variável ligada por ele a objetos que sejam livros. Já *o que* ou *que diabo* não possuem esta característica e seu conteúdo referencial é praticamente nulo, na verdade apenas um traço não-humano. Estamos admitindo a possibilidade de um elemento topicalizado ser inserido diretamente na posição de Spec de TopP. Assumamos também que a operação Conectar esteja submetida a Condição de Último Recurso (Chomsky 1998). Esta restrição impede, por exemplo, que um expletivo, mas não um argumento, seja inserido em uma posição temática. É natural então que a inserção de elementos junto ao núcleo Top se submeta também à Condição de Último Recurso. Neste caso ela impede que elementos “não-referenciais” se conectem ao núcleo Top, o que me parece de acordo com o conteúdo semântico atribuído a este núcleo, a saber, a propriedade de apontar para entidades salientes no discurso. Em suma, a distinção referencial/não-referencial (*que livro/o que*) está para Top, assim como a distinção argumento/expletivo (*João/pro_{exp}*) está para *v* ou *V*. (50a-b) então são mal formadas, pois suas derivações necessitam de uma aplicação ilegítima da operação Conectar, envolvendo um elemento não referencial e a projeção encabeçada por Top.

Para que esta argumentação se complete, é preciso assumir que sintagmas-QU não podem ser diretamente inseridos sob a projeção FocP. Conforme me apontou Jairo Nunes, evidência para isto é a existência de contrastes como em (51) abaixo:

- (51) a. Só esse livro, a Maria disse que leu.
 b. * Só esse livro, a Maria conhece uma pessoa que leu.

3.9 Objeto Nulo e Quantificação

Após as hipóteses que viemos fazendo até aqui sobre a natureza do ON e seu comportamento sintático, passemos agora a algumas considerações de teor mais semântico. Já analisamos a possibilidade de o ON estar A-barra ligado por antecedentes localizados na periferia esquerda da sentença. Vejamos agora o comportamento do ON em estruturas contendo sintagmas quantificacionais, verificando se ele pode ou não funcionar como uma variável ligada por este tipo de elemento. (52) é um exemplo relevante:

- (52) O João não assinou [nenhum documento]_i antes da secretária terminar de revisar ON_i.

Um significado possível para (52) é:

- (53) Não existe nenhum documento x , tal que o João tenha assinado x antes da secretária ter terminado de revisar x .

Isso evidencia o fato de que o ON pode funcionar como uma variável ligada. De fato, se assumirmos que o sintagma *nenhum documento* seja adjungido em FL a, digamos, TP, ele c-comanda o ON, legitimando a interpretação deste como uma variável. Notemos que (52) admite também uma segunda interpretação, na qual o ON é “correferente” ao sintagma quantificacional, gerando uma *leitura de grupo*. Esta interpretação pode ser parafraseada da seguinte maneira:

- (54) Não existe nenhum documento x , tal que o João tenha assinado x antes da secretária ter terminado de revisar o grupo de documentos de que x faz parte.

O uso de um pronome lexical no lugar do ON é capaz de desambiguar a sentença em questão, já que este pronome aparece no singular quando funciona como variável ligada e no plural quando está em jogo a leitura de grupo:

- (55) a. O João não assinou [nenhum documento]_i antes da secretária terminar de revisá-lo_i. (= (53))
 b. O João não assinou [nenhum documento]_i antes da secretária terminar de revisá-lo_s. (= (54))

A possibilidade de se obter (54) não está vinculada à obtenção da relação de c-comando entre o sintagma quantificacional e o ON. Isto fica claro diante de sentenças como (56):

- (56) O João já tinha dito pra secretária que não assinaria nenhum documento, antes mesmo dela começar a revisar.

Em (56), só a leitura de grupo é possível, já que a oração-adjunto está adjungida a oração matriz (essa orientação na leitura se deve à presença de *mesmo* na oração-adjunto), impossibilitando a ligação do ON pelo sintagma quantificacional. Daí o contraste abaixo:

- (57) a. * O João já tinha dito pra secretária que não assinaria [nenhum documento]_i, antes mesmo dela começar a revisá-lo_i.
 b. O João já tinha dito pra secretária que não assinaria [nenhum documento]_i, antes mesmo dela começar a revisá-lo_s.

A ambigüidade de (52) e a boa formação de (56) confirmam então que o ON pode, mas não necessita, funcionar como uma variável ligada.

Um outro tipo de construção envolvendo quantificação em que o ON pode aparecer é aquela envolvendo as famosas *anáforas-donkey*. São estruturas em que um pronome, apesar de não estar aparentemente ligado por nenhum quantificador, parece funcionar como uma variável ligada⁸. (58) contém exemplos deste tipo:

⁸ Ver Larson e Segal (1995) para uma retrospectiva crítica das principais propostas de análise para estas construções.

- (58) a. Nenhuma criança que ganhar [um brinquedo novo]_i vai querer emprestar *ele_i* pros irmãos.
 b. Todo alcoólatra que encontrar [uma nota de um real]_i vai usar *ela_i* pra comprar uma pinga.

Todas as sentenças em (58) contêm um pronome (em itálico) que parece funcionar como uma variável ligada pelo sintagma indefinido (entre colchetes). Este sintagma entretanto localiza-se em uma posição estrutural (interior de uma oração relativa) que o impede de ligar o pronome. Além disto, a natureza quantificacional do indefinido parece variar caso a caso dependendo de outros quantificadores presentes na estrutura. Estas observações levaram Heim (1982) a propor que os indefinidos não são quantificadores, mas apenas introduzem variáveis. Estas variáveis são ligadas por outros quantificadores presentes na estrutura (ligação não-seletiva). Isto fica claro quando se nota a interpretação das sentenças em (58):

- (59) a. Para nenhuma criança x e nenhum brinquedo novo y , tal que x ganha y , x vai querer emprestar y pros irmãos.
 b. Para todo alcoólatra x e toda nota de um real y , tal que x encontra y , x vai usar y pra comprar uma pinga.

Não nos interessa uma análise aprofundada da real natureza do processo de quantificação envolvido em (58). O fato é que os pronomes lexicais representados em itálico em (58) funcionam como variáveis ligadas. Mais importante ainda, se substituirmos estes pronomes lexicais pelo ON, as sentenças continuam perfeitas, conforme se pode ver em (60):

- (60) a. Nenhuma criança que ganhar [um brinquedo novo]_i vai querer emprestar ON_i pros irmãos.
 b. Todo alcoólatra que encontrar [uma nota de um real]_i vai usar ON_i pra comprar uma pinga.

A boa formação de (60 a-b) é mais uma evidência de que o ON pode funcionar como variável ligada e que esta categoria pode imitar o comportamento das chamadas *anáforas-donkey*⁹.

3.10 Objeto Nulo e Reconstrução

Consideremos uma sentença como (61):

(61) A Maria leu o [livro do João_i]_j antes de ele_i publicar *cv*_j.

Interessa verificar aqui a possibilidade de correferência entre *João* e o pronome *ele* na oração-adjunto. Conforme se pode notar, a indexação representada em (61) conduz a uma estrutura absolutamente bem formada em PB. Esta boa formação é o que se espera se *cv* em (61) for na verdade um pronome correferente ao sintagma *o livro do João*.

Cyrino (1997) desenvolve uma análise segundo a qual as construções com objeto nulo do PB envolvem o fenômeno da reconstrução¹⁰. De acordo com a autora, o objeto nulo do PB é interpretado em forma lógica como uma cópia de seu antecedente. Uma sentença como (61) teria então uma estrutura como (62) em FL:

(62) A Maria leu o [livro do João_i]_j antes de ele_i publicar [livro do João_i]_j.

(62) entretanto viola o princípio C da teoria da ligação uma vez que *ele* A-liga *o João*. Isto deporia contra a análise do ON baseado em reconstrução, não fosse a possibilidade de se

⁹ Cyrino (1997:225) afirma que o objeto nulo do PB não pode funcionar como a *anáfora donkey*. Como exemplo, ela apresenta (i) abaixo:

(i) * Todo homem que tem um carro lava.

Concordo com a autora que (i) soa estranha. Entretanto isto me parece advir de fatores externos a questões sintático-semânticas. Possivelmente, trata-se de uma restrição prosódica, que não tolera orações com um sujeito “longo” seguido de um VP não ramificado (ergativos e passivas à parte). Note, por exemplo a sensível melhora de (i) quando transformada em (ii)

(ii) Todo homem que tem um carro importado só gosta de limpar usando material especializado.

apelar para o expediente conhecido como *mudança de veículo* (Fiengo e May 1994), segundo o qual, dentro de um sintagma reconstruído, uma expressão-R pode se converter em um pronome, driblando assim os efeitos do princípio C. Isto portanto enfraquece a argumentação do ON como *pro* baseada em sentenças como (61). Entretanto a análise baseada em *pro* tem a virtude de explicar a ausência de efeitos de princípio C sem lançar mão dos mecanismos bastante obscuros da *mudança de veículo* (mas cf. Aoun e Nunes 1997 para discussão).

Neste momento cabe salientar um ponto importante. O fenômeno da reconstrução tem sido associado a sentenças que envolvem o que se pode chamar de paralelismo estrutural. Tipicamente, os exemplos são constituídos de sentenças conectadas através de conjunções ditas coordenativas como *e*, *ou* e *mas*. Em Cyrino (1997), inclusive, todas as estruturas constantes na argumentação envolvem coordenação. Meu ponto é o seguinte: os dados do PB não fornecem evidência para se estender o domínio de aplicação de regras de reconstrução a estruturas envolvendo ON como as até aqui analisadas neste trabalho. Se (61) é inconclusiva a esse respeito, outros exemplos demonstram claramente uma assimetria entre o comportamento da posição de objeto (vazia) em estruturas coordenadas e em estruturas não-coordenadas. Passemos pois a esses exemplos.

- (63) a. O João não deu [nenhum presente] pra Maria, mas o Pedro deu *cv* pra Patrícia.
 b. O João não relatou [nenhum acontecimento] à Maria antes do Pedro relatar *cv* à Patrícia.

A interpretação de (63a) pode ser parafraseada por algo como “O João não deu nenhum presente pra Maria mas o Pedro deu ALGUM PRESENTE pra Patrícia”. Isto pode indicar que houve reconstrução do sintagma *nenhum presente* e que algo nos moldes de *mudança de veículo* “transformou” este sintagma em *algum presente*, tornando-o compatível com a ausência de um elemento negativo capaz de licenciar um item de polaridade negativa como *nenhum*. Interessantemente, (63a) não pode ser parafraseada por algo como “Não existe

¹⁰ Não se trata aqui de reconstrução no sentido de Chomsky (1993), na qual o fenômeno se associa à interpretação de uma cópia deixada por movimento, mas sim de uma operação de cópia particular, sem reflexo em FF, conforme explorado em Fiengo e May (1994).

nenhum presente x tal que o João tenha dado x pra Maria, e o Pedro tenha dado x pra Patrícia”. Esta seria a interpretação esperada se o quantificador *nenhum presente* estivesse ligando diretamente duas variáveis, uma em cada posição de objeto das ocorrências do verbo *dar* em (63a).

Passando agora a (63b) verificamos que a situação é justamente a oposta. (63b) não pode ser parafraseada por algo como “O João não relatou [nenhum acontecimento] à Maria antes do Pedro relatar algum acontecimento à Patrícia”. A única interpretação possível é “não existe nenhum acontecimento x tal que o João relatou x à Maria, antes do Pedro relatar x à Patrícia”. Essa é a interpretação na qual a categoria vazia na posição de objeto da oração-adjunto funciona como variável diretamente ligada pelo sintagma quantificacional *nenhum acontecimento*.

Disto podemos concluir que a categoria vazia em questão presente em (63a) não é da mesma natureza que aquela em (63b) no que diz respeito a sua interpretação em FL. A interpretação em (63b) é plenamente compatível com a visão de que o objeto nulo nesta estrutura corresponde a uma categoria pronominal (*pro*). Já em (63a), em conformidade com as conclusões de Cyrino (1997), parece que estamos diante dos mistérios que envolvem o fenômeno da reconstrução.

Outra evidência para não se estender a aplicação da reconstrução a sentenças como (63b) vem de considerações a respeito da presença/ausência de leitura imprecisa (*sloppy reading*) nestas construções. Consideremos os exemplos em (64) abaixo ((64a) foi retirado de Cyrino (1997:216)):

- (64) a. João espera ganhar [seu carro] no Natal, mas Pedro vai comprar *cv* antes .
 b. João publicou [seu livro] pela editora A antes da Maria enviar *cv* para a editora B.

(64a) permite a leitura imprecisa, ou seja, pode significar que “o João espera ganhar o carro dele (João) no Natal, mas o Pedro vai comprar o carro dele (Pedro) antes”. Esta possibilidade está presente em todas as construções que têm sido analisadas através do mecanismo da reconstrução, como por exemplo, estruturas de elipse¹¹. Passando a (64b)

¹¹ Para uma implementação das possibilidades de leitura imprecisa e estrita, cf. Fiengo e May (1994).

notamos que a única leitura possível é a leitura estrita, ou seja, aquela significando que “João publicou seu livro pela editora A, antes da Maria enviar este mesmo livro pela editora B”. Esta é leitura que se espera se *cv* em (64b) for um pronome. Tanto isto é verdade, que se substituirmos as categorias vazias de (64) por um pronome lexical, como em (65), apenas a leitura estrita passa a ser possível:

- (65) a. João espera ganhar [seu carro] no Natal, mas Pedro vai comprar *ele* antes.
 b. João publicou [seu livro] pela editora A antes da Maria enviar *ele* para a editora B.

Novamente, podemos concluir, a partir da assimetria observada, que as categorias vazias em (64a) e (64b) não são da mesma natureza em FL e que em (64b) temos razões para acreditar que se trata de um pronome.

3.11 As Construções *easy-to-please* em PB

Esta seção irá tratar de mais um tipo de construção em PB no qual uma posição argumental pode ser ocupada por uma categoria vazia. Trata-se das chamadas construções *easy-to-please*, cujo exemplo clássico é (66):

- (66) O João é fácil da gente agradar.

A inserção deste breve estudo de construções como (66) em PB ao final deste capítulo se justifica à medida em que uma série de pontos discutidos anteriormente serão retomados e ilustrados através destas construções, como por exemplo, o uso do ON dentro de ilhas, a assimetria sujeito/objeto, o uso do ON em dependências A-barra e a restrição de animacidade sobre o antecedente do ON em certas instâncias.

Retomemos então a sentença acima. Em (66) a posição de objeto do verbo *agradar* aparece ocupada por um elemento foneticamente não realizado. O significado da sentença nos permite verificar que o DP *O João* está tematicamente relacionado com esta posição. A

princípio podemos pensar em uma derivação para (66) em que este DP de fato tenha sido movido da posição de objeto do verbo *agradar* para a posição de sujeito da oração matriz.

Entretanto, encontraríamos problemas relacionados, por exemplo, a efeitos de minimalidade. O sintagma que ocupa a posição de sujeito da oração infinitiva deveria bloquear este movimento, por se encontrar entre o núcleo T que atrai o DP e a posição ocupada por este no instante da atração. Em outras palavras, estaríamos diante de uma violação da Condição do Menor Elo.

Mas se a posição de objeto do verbo *agradar* e a posição superficial de *João* não pertencem a uma cadeia formada por movimento, então qual a derivação correspondente a (66)? Em particular, qual a natureza da categoria vazia que ocupa a posição de objeto do verbo *agradar*? Responder a estas perguntas é um dos propósitos desta seção. Para tanto, começarei apresentando um sumário de algumas propostas de análise para estas construções, baseadas em dados do inglês. Em seguida, buscarei elencar as principais particularidades destas construções em PB. Com estas informações em mente, buscarei uma proposta que seja não só compatível com os dados do PB mas também coerente com o que foi visto até aqui.

3.11.1 A Natureza Das Construções *EASY-TO-PLEASE*

Poderíamos dizer que a análise mais difundida atualmente para as construções *easy-to-please* é aquela baseada na existência de um operador nulo. Esta análise tem suas origens em Chomsky (1977), e tem como principal virtude capturar os efeitos de subjacência semelhantes aos encontrados nas construções envolvendo movimento-QU. Consideremos os exemplos abaixo (retirados de Browning 1987:22):

- (67) a. John is easy for us to please.
 “O João é fácil da gente agradar”.
 b. * John is easy for us to describe to Bill a plan to assassinate.
 “O João é fácil da gente descrever pro Bill um plano pra assassinar”.

De acordo com a análise baseada no operador nulo, (67a) receberia a estrutura em (68):

(68) [TP John_i is [AP easy [CP O_i for us to please t_i]]].

Na derivação que resulta em (68), o operador nulo se moveu da posição indicada acima pelo vestígio até o especificador de CP da oração infinitiva. Assume-se que este seja um movimento A-barra semelhante a um movimento-QU que desloca um sintagma interrogativo para o especificador de CP. Isto fica nítido quando comparamos a boa formação de (67a) com a agramaticalidade de (67b). Em (67b) não há como o operador nulo se mover até CP já que este movimento deveria cruzar as fronteiras de uma ilha, no caso um DP complexo:

(69) * [TP John_i is [AP easy [CP O_i for us to describe to Bill [DP a plan to assassinate t_i]]]].

(69) é portanto mal formada pela mesma razão que (70) abaixo:

(70) * Which man_i did you describe to Bill a plan to assassinate t_i?

“Que homem você descreveu pro Bill um plano pra assassinar?”

Na verdade a análise do operador nulo parece ter sido feita sob encomenda para lidar com contrastes como (67) acima envolvendo violações de subjacência. Mas e quanto ao resto? Como relacionar o papel temático atribuído pelo verbo *to please* e o DP *John* por exemplo? Para isto, assume-se que a presença do operador nulo no especificador do CP complemento do adjetivo *easy* em (67) desencadeia algo como a formação de um predicado complexo, *easy-to-please*, que necessita de um argumento para ser saturado. É justamente o DP que ocupa a posição de sujeito da oração matriz nestas construções que faz este papel. Este processo de predicação e atribuição de papel temático entretanto foi quase sempre tratado em linhas muito genéricas e imprecisas, o que torna a busca por uma derivação que relacione mais diretamente o argumento *John* e o papel temático do verbo *to please* bastante bem vinda.

Munn (1994) observou a possibilidade de reconstrução em construções tradicionalmente analisadas via operador nulo, como as construções *easy-to-please*, e

buscou uma análise que tornasse natural a existência destes fenômenos. Os dados relevantes para os quais Munn chamou a atenção são os seguintes:

- (71) a. Pictures of himself are hard for John to like.
 “Retratos de si mesmo são difíceis do João gostar”.
 b. Pictures of John_i are hard for him_i to like.
 “Retratos do João são difíceis dele gostar”.

Em (71a), *himself* pode tomar *John* como antecedente apesar da aparente violação do Princípio A da Teoria da Ligação. Isto indica que o sintagma *pictures of himself* é interpretado em FL na posição de objeto do verbo *to like* da oração infinitiva, ou seja, (71a) mostra que há reconstrução em casos como este. A boa formação de (71b) entretanto nos mostra que esta reconstrução é apenas opcional, já que sua ocorrência resultaria na má formação da sentença em virtude de uma violação do Princípio C (*John* estaria A-ligado pelo pronome *him*).

Munn recorre então a Chomsky (1993), que vincula fenômenos de reconstrução à teoria de movimento por cópias. Segundo esta visão, reconstrução é o resultado da interpretação em FL de elos mais baixos de uma cadeia. A proposta de Munn é dispensar o operador nulo nas construções *easy-to-please* e assumir em seu lugar uma cópia do elemento que ocupa a posição de sujeito nestas sentenças. Desta forma, (71a) teria uma representação como (72a) ao invés de (72b):

- (72) a. [Pictures of himself] are hard [pictures of himself] for John to like [pictures of himself].
 b. [Pictures of himself]_i are hard *O_i* for John to like *O_i*.

Para Munn, a possibilidade de (71a) liga-se à escolha de se interpretar em FL a cópia na posição de objeto do verbo *to like*. Já em (71b) a escolha recai sobre a cópia na posição de sujeito da oração matriz, driblando assim os efeitos de Princípio C.

Para que a análise funcione, é preciso admitir que as três cópias do sintagma *pictures of himself* formem uma cadeia. Munn de fato assume isto, apesar de não admitir

que esta cadeia tenha sido formada por movimento. Para ele, a cópia na posição de sujeito forma uma cadeia estendida com as cópias da oração infinitiva, estas sim pertencentes a uma cadeia formada por movimento. Traduzindo para os termos de Chomsky (1995), a numeração da qual parte a derivação desta estrutura contém duas instâncias de cada elemento que compõe o sintagma *pictures of himself*. É neste aspecto que a meu ver a análise de Munn sofre do mesmo problema que as análises baseadas no operador nulo. A necessidade de se adotar um processo extra de formação de cadeias não difere substancialmente da adoção do processo particular de predicação mencionado mais acima. Em resumo, apesar de a análise de Munn ser mais ambiciosa que a análise baseada no operador nulo, já que mantém a explicação dos efeitos de subjacência e busca dar conta dos fenômenos de reconstrução, ela ainda não propõe uma solução satisfatória para a relação interpretativa entre, por exemplo, *pictures of himself* e o verbo *to like* em (71a).

É do trabalho de Hornstein (1999) que me parece vir a melhor solução para o tratamento das construções *easy-to-please*. Para Hornstein, adjetivos como *easy* ou *tough* são predicados de um argumento e possuem portanto um papel temático para atribuir. O argumento que recebe este papel temático pode ser tanto um DP quanto um CP, como nos mostram (73a) e (73b) respectivamente:

- (73) a. The exam was easy.
 “O exame foi fácil”.
 b. To leave things alone would be easy.
 “Deixar as coisas assim seria fácil”.

A derivação destas sentenças envolve o movimento do sintagma que aparece na posição de sujeito a partir da posição de complemento do adjetivo, posição na qual eles foram inseridos e receberam o papel temático do adjetivo. Considere agora a derivação proposta por Hornstein para uma sentença como (74):

- (74) Moby Dick is easy to read.
 “Moby Dick é fácil de ler”.

O verbo *read* e o DP *Moby Dick* são selecionados e conectados, o segundo recebendo o papel temático do primeiro. A derivação prossegue com a formação do restante da oração infinitiva, formando-se TP e CP. *Moby Dick* é então movido até o Spec de CP. Em seguida, o adjetivo *easy* é retirado da numeração. *Moby Dick* se move do Spec de CP e se conecta ao adjetivo, via movimento lateral, recebendo seu segundo papel temático¹². A formação da oração matriz prossegue com a inserção da cópula e o movimento de *Moby Dick* para Spec de TP, onde seu traço de Caso é checado. A oração infinitiva e a oração matriz são então conectadas através de uma adjunção. Os passos relevantes desta derivação estão esquematizados em (75):

(75)

- a. [_{VP} read *Moby Dick*]
- b. [_{CP} C [_{TP} PRO to read *Moby Dick*]]
- c. [_{CP} *Moby Dick* C [_{TP} PRO to read *Moby Dick*]]
- d. easy [_{CP} *Moby Dick* C [_{TP} PRO to read *Moby Dick*]]
- e. [_{AP} easy *Moby Dick*] [_{CP} *Moby Dick* C [_{TP} PRO to read *Moby Dick*]]
- f. [_{TP} *Moby Dick* is easy *Moby Dick*] [_{CP} *Moby Dick* C [_{TP} PRO to read *Moby Dick*]]
- g. [_{TP} [_{TP} *Moby Dick* is easy *Moby Dick*] [_{CP} *Moby Dick* C [_{TP} PRO to read *Moby Dick*]]]

Os pontos capitais desta derivação são: a) *Moby Dick* recebe dois papéis temáticos, um do verbo *to read* e um do adjetivo *easy* ((75a) e (75e)); b) *Moby Dick* se move até o Spec de CP da oração infinitiva, criando uma dependência A-barras (75c); c) *Moby Dick* sofre uma instância de movimento lateral (75f); d) a oração infinitiva é um adjunto, funcionando, segundo Hornstein, como advérbio, e conferindo à estrutura resultante uma interpretação do tipo “No que tange ao fato de alguém ler *Moby Dick*, *Moby Dick* é fácil.”

Esta análise continua então capturando os efeitos de subjacência através da criação da dependência A-barras mencionada. Ela possibilita também a explicação dos efeitos de reconstrução observados em Munn (1994) através da presença de cópias e se livra da necessidade de um processo particular de predicação ou formação de cadeia estendida, já

¹² Para uma defesa da idéia que em sentenças como (74), o sujeito da matriz recebe um papel temático vinculado ao adjetivo, ver Kawai (1992) e as referências lá citadas.

que admite a possibilidade de movimento lateral. Isto significa que a numeração correspondente a esta derivação contém apenas uma instância do DP que aparece na posição de sujeito da oração matriz nas construções *easy-to-please*.

Para finalizar esta seção, gostaria de discutir uma particularidade encontrada na construções *easy-to-please* em inglês que me parece relevante. Vimos que a interpretação deste tipo de construção indica que o sujeito da oração matriz está tematicamente relacionado com o verbo da oração infinitiva. Nos exemplos apresentados até aqui esta relação envolveu sempre a posição de objeto verbal e nunca a de sujeito. Esta não foi uma escolha aleatória. Em inglês, adjetivos como *easy* e *tough* não permitem que o sujeito da oração infinitiva e o sujeito da oração matriz estejam relacionados, conforme mostra o contraste abaixo:

- (76) a. John is easy to love.
 “O João é fácil de amar”.
 b. * John is easy to fall in love.
 “O João é fácil de amar alguém”.

A questão é saber porque (76b) é impossível. Assumindo com Hornstein que a oração infinitiva se adjunge a TP matriz, consideremos a seguinte derivação para (76b):

- (77)
- a. $K = [_{vP} \text{ John fall in love}]$
 - b. $K' = [_{TP} \text{ John T } [_{vP} \text{ John fall in love}]]]$
 - c. $K'' = [_{CP} \text{ John C } [_{TP} \text{ John T } [_{vP} \text{ John fall in love}]]]$
 - d. $L = [\text{easy}]$ $K'' = [_{CP} \text{ John C } [_{TP} \text{ John T } [_{vP} \text{ John fall in love}]]]$
 - e. $L' = [_{AP} \text{ easy John}]$ $K'' = [_{CP} \text{ John C } [_{TP} \text{ John T } [_{vP} \text{ John fall in love}]]]$
 - f. $L'' = [_{TP} \text{ John is easy John}]$ $K'' = [_{CP} \text{ John C } [_{TP} \text{ John T } [_{vP} \text{ John fall in love}]]]$
 - g. $M = [_{TP} [_{TP} \text{ John is easy John}] [_{CP} \text{ John C } [_{TP} \text{ John T } [_{vP} \text{ John fall in love}]]]]]$

Esta derivação é semelhante a (75) exceto pelo fato de que o DP *John* recebe seu papel temático no Spec de *vP* e se move para o Spec de TP, checando o traço EPP de T. Daí em

diante, as mesmas operações aplicadas em (75) se aplicam aqui. Não parece haver portanto nenhum princípio da Gramática Universal que bloqueie esta derivação. (77) aliás seria uma derivação idêntica àquelas utilizadas em estruturas de controle em adjuntos como a que resulta em (78) (cf. Hornstein 1999):

- (78) John left the party before meeting Mary.
 “O João saiu da festa antes de encontrar a Maria”.

A agramaticalidade de (76b) não resulta então da violação de nenhum princípio da Gramática Universal, mas sim de alguma idiossincrasia da gramática inglesa que impede de alguma forma derivações como (77) utilizando-se adjetivos como *easy* ou *tough*.

Um dado interessante a esse respeito vem dos estudos de aquisição de linguagem. Segundo Gerken e Shady (1996), vários estudos mostraram que crianças de até sete ou oito anos adquirindo o inglês erram sistematicamente na interpretação de construções *easy-to-please*, atribuindo ao sujeito da oração matriz o papel temático relacionado a *v* da oração infinitiva, ou seja, frases como (76a) recebem por parte das crianças uma interpretação na qual “João tem facilidade em amar”. As pesquisas indicaram também que há uma melhora na performance das crianças à medida que a idade delas aumenta. Pois bem, podemos interpretar estes fatos, dizendo que enquanto as crianças não adquirem as idiossincrasias do inglês ligadas a este tipo de construção (seja qual for formalização destas idiossincrasias), elas não se intimidam em colocar em uso as estratégias que a Gramática Universal deixa a sua disposição. Assumindo que a possibilidade de movimento lateral e movimento para posições temáticas estão codificados na GU, não há porque bloquear derivações como (77) e portanto as interpretações delas decorrentes. É só depois de aprender que em inglês estas construções são bloqueadas que a criança vai deixar de interpretá-las incorretamente. Tem-se assim não só uma explicação para os fatos, mas faz-se também a previsão de que estas interpretações sejam possíveis em outras línguas que não o inglês.

De fato, o PB confirma esta previsão. Conforme notado por Galves (1987), sentenças como (79) são perfeitas em PB¹³:

- (79) O João é difícil de pagar as pessoas

3.11.2 Construções *easy-to-please* em PB

Vimos na seção anterior algumas propostas de análise para as construções *easy-to-please* em inglês. Apesar das diferenças entre elas, existe um ponto em comum que as aproxima, a saber, a presença de uma dependência A-barra derivada por movimento cuja cabeça se localiza no Spec de CP da oração infinitiva adjunta à oração matriz (ou complemento do adjetivo, dependendo da análise). Não importa se encabeçada pelo operador nulo ou por uma cópia do sintagma que aparece como sujeito na oração matriz, esta dependência A-barra permitia capturar os efeitos de subjacência observados por Chomsky (1977). Em PB entretanto estes efeitos desaparecem, sendo perfeitamente possíveis exemplos como os seguintes:

- (80) a. Estes livros são fáceis da gente encontrar alguém que já tenha lido mais de uma vez.
b. O João é difícil da gente saber como agradar.

¹³ Casos intermediários entre o PB e o inglês são o espanhol (Montalbetti e Saito 1983) e o português europeu (Raposo 1987), línguas nas quais sentenças equivalentes tanto a (i) quanto a (ii) são bem formadas, enquanto sentenças equivalentes a (iii) são mal formadas:

- (i) O João é difícil da gente pagar.
(ii) O João é difícil de ser pago.
(iii) O João é difícil de pagar a gente.

Desta forma, o espanhol e o português europeu comportam-se como o PB e o inglês em relação à boa formação de (i). Com relação a (ii), comportam-se como o PB mas não como o inglês. Finalmente, com relação a (iii), comportam-se como o inglês mas não como o PB. Montalbetti e Saito (1983) tentam associar a possibilidade de (ii) em espanhol ao fato de esta ser uma língua de sujeito nulo. Entretanto, essa correlação fica bastante enfraquecida quando os próprios autores reconhecem que sentenças como (ii) são ruins em italiano, que também é uma língua de sujeito nulo.

Não tenho nada a dizer sobre essas assimetrias. Reafirmo que, de acordo com o que acabei de apresentar, o PB é a língua que se comporta exatamente como o previsto.

A primeira vista, os dados do PB não fornecem evidência clara para a presença da dependência A-barra postulada para o inglês. Entretanto, eles também não a negam. Vimos neste capítulo que as dependências A-barra do PB nem sempre envolvem movimento e que a presença de ilhas não interferem em sua boa formação. Isto é possível graças à presença de pronomes em PB que podem ser A-barra ligados. Em especial vimos que o PB possui um pronome nulo que pode tornar as estruturas resultantes indistinguíveis na superfície de uma estrutura envolvendo vestígios (cópias apagadas) deixados por movimento, causando a impressão da ausência de efeitos de subjacência em PB. (81) reproduz dois exemplos relevantes:

- (81) a. Que livros você encontrou várias pessoas que já tinham lido mais de uma vez?
 b. Estes livros, o João disse que já encontrou várias pessoas que já leram mais de uma vez.

A boa formação de (81a-b) nos autoriza a pensar que (80a-b) podem, a exemplo do que ocorre em inglês, conter uma dependência A-barra cuja cabeça seria um sintagma gerado na periferia esquerda da oração adjunta e cuja cauda seria ocupada por um pronome resumptivo. Para sermos concretos, vamos assumir que esta dependência envolva a projeção TopP da oração adjunta. (80a) e (80b) teriam então respectivamente as seguintes estruturas:

- (82) a. [TP [TP Estes livros são [AP fáceis estes livros]] [TopP estes livros [CP da gente encontrar alguém que já tenha lido *pro* mais de uma vez]]].
 b. [TP [TP O João é [AP difícil o João]] [TopP o João [CP da gente saber como agradar *pro*]]].

Nas estruturas em (82) continuamos a ter movimento lateral, desta vez a partir da posição em TopP para a posição de complemento do adjetivo na oração matriz. Com relação a checagem de caso, podemos assumir que a atribuição de um Caso *default* para os elementos inseridos sob a projeção TopP é opcional e que em casos como (82a-b) opta-se pela não-atribuição, o que torna o elemento em Spec de TopP ativo para o sistema computacional e

portanto passível de ser movido. Entretanto, se *pro* não necessita ser A-barra ligado, não há necessidade de se postular a existência de uma dependência A-barra na oração infinitiva. Neste caso, a estrutura em (82a), por exemplo, pode ser reduzida a (83), na qual o DP *esses livros* é inserido diretamente em AP na oração matriz:

- (83) [TP [TP Estes livros são [AP fáceis estes livros]] [CP da gente encontrar alguém que já tenha lido *pro* mais de uma vez]]].

Há no entanto uma evidência para se assumir uma dependência A-barra na oração infinitiva. Lembremos que na seção 3.3 apresentei exemplos que apontavam para uma assimetria entre objeto nulo com antecedente animado e objeto nulo com antecedente inanimado, um fato já notado por Cyrino (1997). Em especial, apontei que esta assimetria só era observada em casos em que o antecedente do ON se localizava em uma posição interna a TP. Quando o antecedente é um elemento localizado na periferia esquerda da sentença, o contraste animado/inanimado desaparecia. Os exemplos relevantes estão repetidos abaixo:

- (84) a. O cara que me mostrou [este projeto]_i disse que já tentou apresentar ON_i/ele_i pra várias pessoas, mas não conseguiu.
b. O cara que me indicou [este funcionário]_i disse que já tentou apresentar *ON_i/ele_i pra várias pessoas, mas não conseguiu.
- (85) a. Esse livro_i decepcionou as pessoas que tentaram ler ON_i.
b. *Esse artista_i decepcionou as pessoas que tentaram cumprimentar ON_i.
- (86) a. Esse aluno, eu ainda não consegui encontrar um professor que elogiasse.
b. Esse jogador, a torcida ficou furiosa depois que o técnico decidiu escalar pra final do campeonato.

Em (84) e (85), observamos o contraste entre antecedente animado e antecedente inanimado. Em (86), onde o ON está ligado por um tópico isso não ocorre. Notemos agora que nas construções *easy-to-please* não observamos o contraste animado/inanimado:

- (87) a. Esse livro é fácil da gente encontrar alguém que leu.
b. O João é fácil da gente encontrar alguém que elogie.

Se assumirmos a existência da dependência A-barras na oração infinitiva, então esta ausência de contraste pode ser explicada, já que o ON se encontra ligado por um elemento na periferia esquerda da oração infinitiva. Desta forma, (87) é como (86) mas não como (84b) e (85b).

Um outro ponto importante é que uma vez assumido que as construções *easy-to-please* em PB envolvem uma dependência A-barras, então todas as características destas dependências devem ser observadas nestas construções, como por exemplo, a possibilidade de emprego de pronomes resumptivos lexicais e a possibilidade de “lacuna” em posições sem Caso, já que o pronome nulo não possui traço de Caso. Isto de fato acontece, como nos mostram os seguintes exemplos¹⁴:

- (88) Estes livros são fáceis da gente encontrar alguém que já tenha lido *eles* mais de uma vez.

- (89) O João é difícil da gente gostar.

O exemplo em (88) é idêntico ao apresentado em (86a) exceto pelo fato de conter um pronome lexical onde antes aparecia uma categoria vazia, confirmando a possibilidade de alternância vista para este tipo de dependência na seção anterior. Já a sentença em (89) mostra a presença de uma categoria vazia em uma posição sem Caso, confirmando o uso de *pro* sem Caso que assumi para o PB.

¹⁴ Uma questão para a qual não tenho resposta é: por que sentenças como (88) são ruins em inglês?

Vimos na seção 3.5 que *pro* (exceto expletivo) não pode ocupar a posição de sujeito em PB porque não possui traço de Caso e por isso não pode se mover, não permitindo que T o atraia para checar traço EPP. Isto impede a formação de dependências A-barra envolvendo uma categoria vazia na posição de sujeito quando esta se encontra no interior de uma ilha, conforme atesta a inaceitabilidade do exemplo abaixo (= (21b)):

- (90) * Esse crime, as pessoas que *cv* chocou estão hospitalizadas.

No entanto, vimos que quando não há a presença de ilhas, a sentença é bem formada:

- (91) Esse crime, os jornais estão dizendo que *cv* chocou o país inteiro.

Este contraste mostra que a estratégia de movimento também está disponível para as dependências A-barra em PB. A previsão agora é que este contraste se reproduza nas construções *easy-to-please* em PB. Como se pode ver em (92), esta previsão é confirmada:

- (92) a. O João é difícil de gente garantir que vai chegar na hora.
b. * O João é difícil da gente encontrar dívidas que pagou.

Uma vez mais, pode-se notar a semelhança entre as propriedades das dependências A-barra em PB e as construções *easy-to-please*. Este fato está plenamente de acordo com o que foi visto nesta seção, já que defendi a idéia de que estas construções envolvem sempre a formação de uma dependência A-barra.

3.12 Conclusão

Propus neste capítulo que o objeto nulo do PB corresponde a um pronome sem traço de Caso. Este pronome pode (mas não necessita) estar A-barra ligado por um antecedente localizado na periferia esquerda da sentença. Estas características permitem explicar o fato de que fronteiras de ilhas podem intervir entre o ON e seu antecedente, e que o ON pode

ocorrer como complemento de verbos que não atribuem Caso acusativo, como *gostar* ou *precisar*.

(93) Esse livro_i, eu conheço várias pessoas que não gostaram ON_i.

Vimos ainda que nos casos em que o antecedente do ON ocupa uma posição interna a TP, seu antecedente não pode ser animado, dando origem a contrastes como em (94) e excluindo sentenças como (95):

- (94) a. Esse livro_i decepcionou as pessoas que leram ON_i.
 b. *Esse artista_i decepcionou as pessoas que tentaram cumprimentar ON_i.

(95) *O João_i disse que a Maria ama ON_i

Por não possuir traço de Caso, o ON não está disponível para o sistema computacional no que concerne a operações de movimento. Daí não ser possível utilizá-lo na posição de sujeito, como foi mostrado através de exemplos como em (96) abaixo, já que T possui sempre um traço EPP obrigando o sujeito de uma oração a se mover para checá-lo.

(96) *Esse crime_i, as pessoas que ON_i chocou estão hospitalizadas.

Assumimos entretanto que o conjunto de traços- ϕ do ON é suficiente para permitir que ele entre em relações de checagem com os traços- ϕ de um núcleo que possua traços não interpretáveis. É o que acontece com *v*, que tem seu conjunto de traços- ϕ checado pelo conjunto de traços- ϕ do ON em orações transitivas diretas como em (97):

(97) Esse livro_i, eu conheço uma pessoa que já leu ON_i várias vezes.

Discutimos também a possibilidade de o ON ser interpretado como variável ligada por quantificadores e de imitar o comportamento das chamadas *anáforas donkey*, como em (98) e (99) respectivamente:

- (98) O João não assinou [nenhum documento]_i antes da secretária revisar ON_i.
- (99) Nenhuma criança que ganhar [um brinquedo novo]_i vai querer emprestar ON_i pro irmão.

Por fim, um estudo das construções *easy-to-please* em PB serviu para ilustrar várias destas propriedades, dando suporte a uma análise nas linhas de Hornstein (1998) para estas construções em inglês.

Conclusão

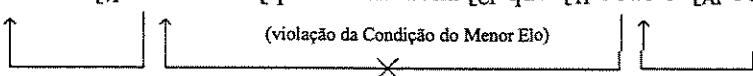
Esta dissertação se constituiu em um estudo sobre categorias vazias argumentais ocupando a posição de sujeito e objeto verbal no PB. Investiguei a natureza destas categorias e apresentei propostas que buscaram explicar suas propriedades em uma série de construções do PB. Utilizei como quadro teórico de referência o Programa Minimalista de Chomsky (1995, 1998, 1999) com uma modificação crucial: assumi (seguindo Boskovic 1994; Lasnik 1995; Boskovic e Takahashi 1998; Hornstein 1999) que papéis temáticos são traços formais e que o movimento para posições temáticas é legítimo.

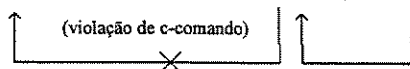
No capítulo 2, que se ocupa do sujeito nulo, propus que T finito em PB pode conter apenas um conjunto incompleto de traços- ϕ . Como consequência, um DP movido até o especificador de TP tem a opção de reter seu traço de Caso, continuando ativo para o sistema computacional. Instâncias de sujeito nulo referencial em PB podem então ser analisadas como vestígios (cópias apagadas no componente fonológico) deixados pelo hiperalçamento (Ura 1994) do DP sujeito, que se move de dentro de uma oração finita para o Spec de T de uma oração mais alta. Assim, (1a) é fruto de uma derivação como a esquematizada em (1b) abaixo:

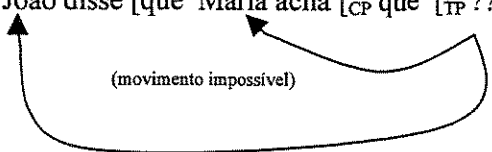
- (1) a. João disse que comprou um carro.
b. [TP João T_{comp} [vP João disse [CP que [TP João T_{incomp} [vP João comprou carro]]]]]
- 

Esta análise me permitiu explicar as seguintes propriedades do sujeito nulo do PB:

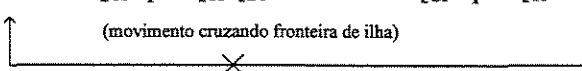
- a) Sujeitos nulos referenciais em PB devem estar c-comandados por um antecedente não cindido localizado na oração imediatamente mais alta:

- (2) a. * João disse que a Maria acha que é esperto.
 b. [TP João T [vP João disse [que Maria acha [CP que [TP João é [AP João bonito]]].


- (3) a. * A mãe do João acha que é esperto.
 b. [TP [a mãe do João] acha [CP que [TP João é [AP João esperto]]]].


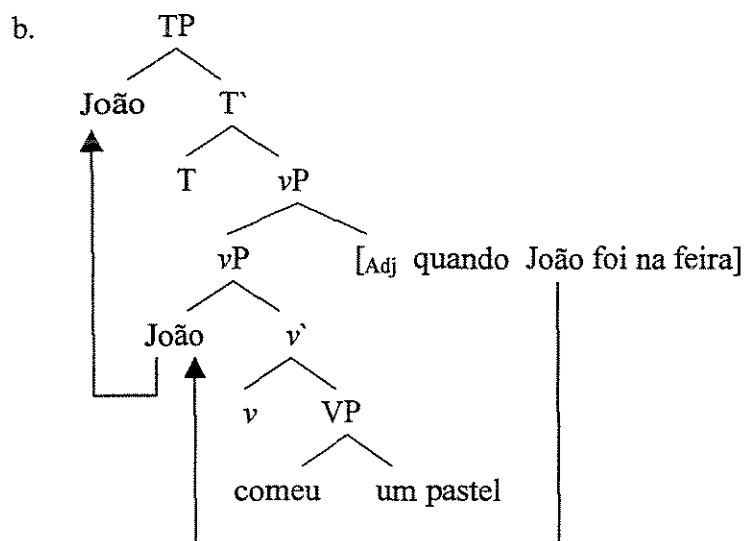
- (4) a. * João disse que Maria acha que vão viajar.
 b. [TP João T [vP João disse [que Maria acha [CP que [TP ?? vão [vP ?? viajar]]].


b) O sujeito nulo do PB não pode estar separado de seu antecedente por fronteiras de ilhas fortes como uma oração relativa.

- (5) a. ?? João disse que as meninas que encontrou na rua eram estrangeiras.
 b. [TP João disse [CP que [TP [DP as meninas [CP que [TP João encontrou na rua]]]] ...


c) O sujeito nulo do PB pode ocorrer no interior de adjuntos finitos. A derivação de sentenças como (6) abaixo envolve uma instância de movimento lateral (Nunes 1995, 2000, a sair; Hornstein 1998):

- (6) a. João comeu um pastel quando foi na feira.



d) Sujeitos nulos em PB são possíveis em uma oração interrogativa encaixada somente se o sintagma-QU que ocupa a periferia esquerda desta oração for um adjunto:

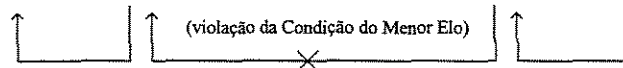
- (7) a. João não sabe quando leu esse livro.

b. [TP João T [vP João não sabe [CP quando [TP João T [vP João leu esse livro]]]]]



- (8) a. ?? João não sabe que livro leu na semana passada.

b. [TP João T [vP João não sabe [CP que livro [TP João T [vP João leu]]]]]]



e) Não são observados em PB efeitos do princípio Evite Pronome. Como não há alternância pronome sujeito nulo/lexical, a descrição estrutural deste princípio nunca é satisfeita.

- (9) a. João_i disse [que t_i comprou um carro].

b. João_i disse [que ele_i comprou um carro].

f) Não são observados em PB efeitos do Princípio de Montalbetti, que impede que um pronome lexical seja localmente ligado por uma variável, se um pronome nulo é possível nesta posição. Novamente, como não há alternância pronome sujeito nulo/lexical, a descrição estrutural deste princípio nunca é satisfeita.

- (10) a. [Nenhum menino]_i acha que Maria disse que **ele_i** é inteligente.
 b. * [Nenhum menino]_i acha que Maria disse que **t_i** é inteligente.

g) Estruturas com sujeito nulo envolvendo elipse não permitem a chamada leitura estrita (*strict reading*), mas apenas a leitura imprecisa (*sloppy reading*). (11) só pode significar que a Maria acha que ela vai ganhar a corrida:

- (11) João acha que vai ganhar a corrida e Maria também.

h) Hiperálçamento, no sentido de Ura (1994), é possível em PB. Sentenças como em (12) e (13), que são impossíveis em línguas como o inglês e mesmo em línguas de sujeito nulo como o espanhol são bem formadas em PB.

- (12) a. O João parece que comprou um carro novo.
 b. [TP João parece [CP que [TP João T [vP João comprou um carro]]]]
- 
- The diagram shows a box containing the text '[TP João parece [CP que [TP João T [vP João comprou um carro]]]]'. Below this box, there are two upward-pointing arrows. The first arrow starts from the 'João' in the vP and points to the 'João' in the TP. The second arrow starts from the 'João' in the CP and points to the 'João' in the TP.

- (13) a. João tentou parecer que tinha saído.
 b. [TP João T [vP João tentou [CP [TP João parecer [CP que [TP João tinha saído]]]]]]
- 
- The diagram shows a box containing the text '[TP João T [vP João tentou [CP [TP João parecer [CP que [TP João tinha saído]]]]]]'. Below this box, there are three upward-pointing arrows. The first arrow starts from the 'João' in the vP and points to the 'João' in the TP. The second arrow starts from the 'João' in the CP and points to the 'João' in the TP. The third arrow starts from the 'João' in the CP and points to the 'João' in the TP.

No capítulo 3, que se ocupa do objeto nulo (ON), propus que em PB este elemento é um pronome sem traço de Caso, que pode (mas não necessita) estar A-barra ligado por um elemento na periferia esquerda da sentença. A natureza pronominal do ON fica ressaltada quando notamos que esse elemento admite todas as interpretações normalmente associadas

a pronomes (ver Evans 1980). (14a-d) abaixo correspondem a casos em que o ON recebe interpretação dêitica, anafórica, variável ligada e *e-type*, respectivamente:

- (14) a. Eu conheço o cara que vendeu **ON** pra esse museu.
 b. O João comprou [**esse livro**]_i, porque sabia de alunos que queriam xerocar **ON**_i.
 c. [**Nenhum filme**]_i decepcionou as pessoas que foram assistir **ON**_i.
 d. O João comprou [**alguns livros**]_i, mas ainda não leu **ON**_i.

Note também o fato de que o ON pode ocorrer no interior de várias ilhas, sem que isso implique em inaceitabilidade:

- (15) Esse jóia_i, eu não sei quem levantou a possibilidade do João conhecer a menina que roubou **ON**_i.

Ainda sobre a natureza do ON, vimos que, nos casos em que seu antecedente ocupa uma posição interna a TP, este não pode ser [+animado]. Daí o contraste em (16) e a impossibilidade de (17).

- (16) a. Esse livro_i decepcionou as pessoas que leram **ON**_i.
 b. *Esse artista decepcionou as pessoas que tentaram cumprimentar **ON**_i.
 (17) * O João_i disse que a Maria ama **ON**_i.

Por não possuir traço de Caso, o ON pode ocorrer como complemento de verbos que não atribuem Caso acusativo, como atesta o contraste abaixo:

- (18) a. Esse livro_i, eu conheço um cara que está precisando **ON**_i.
 b. * Eu conheço um cara que está precisando este livro

Com relação ao comportamento sintático, a ausência do traço de Caso torna o ON inativo para o sistema computacional no que diz respeito a operações de movimento. Isto explica a impossibilidade de se utilizar o ON na posição de sujeito de um oração, como mostra (19) abaixo, já que o ON não pode se mover até Spec de T, checando o traço EPP deste núcleo:

(19) * Esse crime_i, as pessoas que ON_i chocou estão hospitalizadas.

Apesar de o ON não poder se mover, assumi que seu conjunto de traços- ϕ é suficiente para permitir que ele participe de relações de checagem divorciadas de movimento. Daí, a possibilidade de casos em que o ON aparece na posição de complemento de verbos transitivos diretos como em (20). Nestes casos, o conjunto de traços- ϕ do ON checa o conjunto de traços- ϕ (ilégíveis) de *v*.

(20) Esse livro, eu conheço muita gente que ainda não leu ON_i.

Finalizando o capítulo 3, apresentei um breve estudo a respeito das chamadas construções *easy-to-please* em PB.

(21) O João é fácil de agradar

Adotei a análise de Hornstein (1998) para estas construções em inglês, na qual ele assume a existência de uma dependência A-barra relacionada a oração infinitiva. A contribuição do estudo de sentenças deste tipo em PB foi mostrar que elas reproduzem diversas propriedades observadas no decorrer do capítulo a respeito do ON A-barra ligado, como exemplificado em (22) abaixo. Isto pode ser tomado como suporte para comprovação da dependência A-barra defendida por Hornstein (1998) para estas construções.

(22) a. *uso do ON dentro de ilhas:*

Esse livro é fácil da gente achar alguém que não tenha lido.

b. *ausência do traço de Caso:*

Esse livro é fácil da gente achar alguém que esteja precisando.

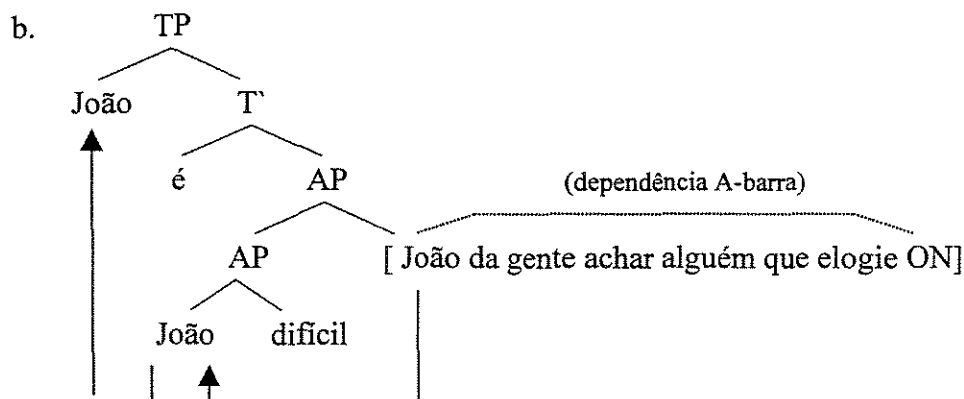
c. *assimetria sujeito/objeto:*

O João_i é difícil da gente achar alguém que elogie ON_i.

* O João_i é difícil da gente achar dívidas que ON_i pagou.

Note ainda que o contraste animado/inanimado não é observado nestas construções. Isto também está previsto, já que o ON, por estar A-barra ligado, escapa ao contraste observado mais acima em relação a (16). (23a), por exemplo, recebe a representação esquematizada em (23b).

(23) a. João_i é difícil da gente achar alguém que elogie ON_i.



Se as idéias desenvolvidas nesta dissertação estiverem no caminho certo, então uma série de propriedades dos argumentos nulos em posição de sujeito e objeto verbal em PB recebem explicação adequada e consistente com os pressupostos parcimoniosos do Programa Minimalista.

Bibliografia

- ADAMS, M. (1987) From Old French to The Theory of pro-drop. *Natural Language and Linguistic Theory* 8: 1-32.
- AOUN, J. e J. NUNES (1997) *Move-F and Vehicle Change*. Ms., UCLA e Unicamp.
- BIANCHI, V. e FIGUEIREDO SILVA, M.C. (1994) "On Some Properties of Agreement-Object in Italian and Brazilian Portuguese", in M. Mazzola, (ed.) *Issues and Theory in Romance Languages XXIII*. Washington, DC, Georgetown University Press.
- BOECKX, C. (2000) *Extractions*. Ms., University of Connecticut.
- BORER, H. (1989) "Anaphoric Agr", in Jaeggli, O. e K. Safir, eds.
- BOSKOVIC, Z. (1994) D-Structure, Theta-Criterion, and Movement into Theta-Positions. *Linguistic Analysis* 24: 247-286.
- BOSKOVIC, Z. e D. TAKAHASHI (1998) Scrambling and Last Resort. *Linguistic Inquiry* 29: 347-366.
- BRANDI, L. e P. CORDINI (1989) "Two Italian Dialects and The Null Subject Parameter", in O. Jaeggli and K. Safir (eds.) *The null subject parameter*, 111-142. Dordrecht, Kluwer.
- BRODY, M. (1993) Theta-Theory and Arguments. *Linguistic Inquiry* 24: 1-23.
- BROWNING, M. (1987) *Null Operator Constructions*. Tese de Doutorado. MIT.
- CALABRESE, A. (1986) "Pronomina", in N. Fukui, T. Rapoport e E. Sagey (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics* 8, 1-46.
- CARDINALETTI, A. e M. STARKE (1994) *The Typology of Structural Deficiency*. Ms. University of Venice/University of Geneva.
- CHAO, W. (1983) The Interpretation of Null Subjects: Brazilian Portuguese. *Cahiers Linguistiques d'Ottawa* 11: 69-74.
- CHOMSKY, N. (1977) "On Wh-Movement", in P. Culicover, T. Wasow e A. Akmajian (eds.) *Formal Syntax*, 71-132. Nova York, Academic Press.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.

- CHOMSKY, N. (1982) *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. Nova York, Praeger.
- CHOMSKY, N. (1993) "A Minimalist Program for Linguistic Theory", in K. Hale and S. Keyser, (1993).
- CHOMSKY, N. (1994) *Bare Phrase Structure*. MIT Occasional Papers in Linguistics, 5.
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1998) *Minimalist Inquiries: The Framework*. MIT Occasional Papers in Linguistics, 15.
- CHOMSKY, N. (1999) Derivation by Phase. Ms. MIT.
- CHOMSKY, N. e H. LASNIK (1993) "The Theory of Principles and Parameters", in J. Jacobs, A. von Stechow, W. Sternefeld e T. Vennemann (eds.) *Syntax: An International Handbook of Contemporary Research*. Berlin, de Gruyter.
- CINQUE, G. (1988) On *si* Constructions and The Theory of *arb*. *Linguistic Inquiry* 19: 521-581.
- CINQUE, G. (1990) *Types of A' Dependencies*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- COLE, P. (1987) Null Objects in Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*, 18: 597-612.
- CYRINO, S. (1997) *Objeto Nulo no Português do Brasil*. Londrina, Ed. da Universidade de Londrina.
- DUARTE, M. E. (1995) *A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado, Unicamp.
- EVANS, G. (1980) Pronouns. *Linguistic Inquiry* 11: 337-362.
- FARRELL, P. (1990) Null Objects in Brazilian Portuguese. *Natural Language and Linguistic Theory*, 8: 325-346.
- FIENGO, R. e R. MAY (1994) *Indices and Identity*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A Posição Sujeito no Português Brasileiro: Frases Finitas e Infinitivas*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- GALVES, C. (1987) A Sintaxe do Português Brasileiro. *Ensaio de Lingüística* 13.
- GALVES, C. (1989) O Objeto Nulo no Português Brasileiro: Percorso de uma Pesquisa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*.

- GALVES, C. (1991) V-movement, levels of representation and the structure of S. *Letras de Hoje*, 96: 35-58.
- GALVES, C. (1993) "O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro" in I. Roberts e M. Kato, orgs. *Português brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*. Campinas, Editora da Unicamp.
- GALVES, C. (1998) Tópicos e Sujeitos, Pronomes e Concordância no Português Brasileiro. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 34: 19-32.
- GERKEN, L. e SHADY, M. (1996) "The Picture Selection Task", in D. McDaniel, C. McKee e H. Cairns (eds.) *Methods for Assessing Children's Syntax*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- GONÇALVES, M. (1994) *Para Uma Redefinição do Parâmetro do Sujeito Nulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- GUIMARÃES, M. (1998) *Repensando a Interface Sintaxe-Fonologia a partir do Axioma da Correspondência Linear*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.
- HALE, K. e S. KEYSER (1993) "On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations" in K. Hale and S. Keyser, (1993).
- HALE, K. e S. KEYSER (eds.) (1993) *The View From Building 20: Essays in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- HEIM, I. (1982) *The Syntax and Semantics of Definite and Indefinite Nouns Phrases*. Tese de Doutorado, University of Massachusetts at Amherst.
- HORNSTEIN, N. (1997) *Is The Binding Theory Necessary?* Ms., Universidade de Maryland, College Park.
- HORNSTEIN, N. (1998) Adjunct Control and Parasitic Gaps. *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, 6: 102-121.
- HORNSTEIN, N. (1999) Movement and Control. *Linguistic Inquiry*, 30: 69-96.
- HUANG, C.-T. J. (1982) *Logical Relations in Chinese and The Theory of Grammar*. Tese de Doutorado, MIT.
- HUANG, C.-T. J. (1984) On The Distribution and Reference of Empty Pronouns. *Linguistic Inquiry*, 15: 531-574.
- HUANG, C.-T. J. (1989) "Pro Drop in Chinese: A Generalized Control Theory", in O. Jaeggli e K. Safir (eds.).

- HUANG, C.-T. J. (1991) "Remarks on the Status of Null Object", in R. Freidin.
- JAEGGLI, O. e K. SAFIR (eds.) (1989) *The Null Subject Parameter*. Dordrecht, Kluwer.
- KATO, M. (1993a) "The Distribution of Pronouns and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese", in W. Ashby et alii, (eds.) *Linguistic Perspectives on the Romance Languages*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- KATO, M. (1993b) "Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica", in I. Roberts e M. Kato, orgs. *Português brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*. Campinas, Editora da Unicamp..
- KATO, M. (1999) Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *PROBUS* 11: 1-37.
- KAYNE, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- KAWAI, M. (1992) *Missing Object Constructions and Null Operator Predication*. Tese de Doutorado. Universidade de Connecticut
- KENSTOWICZ, M. (1989) "The Null Subject Parameter in Modern Arabic Dialects", in Jaeggli, O. e K. Safir, eds.
- KOOPMAN, H. e D. SPORTICHE (1982) Variables and the Bijection Principle, *The Linguistic Review*, 2: 139-160.
- LARSON, R e G. SEGAL (1995) *Knowledge of Meaning*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- LASNIK, H. (1989) "The Necessity of Binding Conditions", in H. Lasnik *Essays on Anaphora*. Dordrecht, Kluwer.
- LASNIK, H. (1995) "A note on pseudogapping", in *MIT working papers in linguistics* 27: *Papers on minimalist syntax*, 143-163.
- LASNIK, H. (1999) "Chains of Arguments", in S. Epstein e N. Hornstein (eds.) *Working Minimalism*, 189-215. Cambridge, Mass., MIT Press
- LASNIK, H. e J. URIAGEREKA (1988) *A course in GB syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- LASNIK, H. e T. STOWELL (1991) Weakest Crossover. *Linguistic Inquiry*, 22: 687-720.
- LIGHTFOOT, D. (1991) *How to Set Parameters*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- LOPES, C. (1999) *A Inserção de A Gente no Quadro Pronominal do Português: Percurso Histórico*. Tese de Doutorado, UFRJ.

- MAIA, M. (1994) *The Comprehension of Object Anaphora in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado, USC.
- MAIA, M. (1997) A Formal Explanation for a Case of Variation between European Portuguese and Brazilian Portuguese. *Revista da ANPOLL* 3: 135-164.
- MARANTZ, A. (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- MODESTO, M. (2000). "Null Subjects without 'Rich' Agreement", in M. Kato e E. Negrão (orgs.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*.
- MONTALBETTI, M. (1984) *After Binding*. Tese de Doutorado, MIT.
- MONTALBETTI, M. e M. SAITO (1983) "On Certain *tough* Differences between Spanish and English", in NELS 13.
- MOREIRA DA SILVA, S. (1983) *Études sur la symétrie et l'assymétrie sujet/objet dans le portugais du Brésil*. Tese de Doutorado, Université de Paris VIII.
- MUNN, A. (1994) "A Minimalist Account of Reconstruction Asymmetries", in NELS 24: 397-410.
- NEGRÃO, E. e E. VIOTTI (2000) "Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language", in M. Kato e E. Negrão (orgs.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*.
- NEGRÃO, E. e A. MÜLLER (1996) As Mudanças no Sistema Pronominal Brasileiro: Substituição ou Especialização de Formas. *D.E.L.T.A.* 12: 125-152.
- NUNES, J. (1995) *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*, Tese de Doutorado, Universidade de Maryland, College Park.
- NUNES, J. (2000) *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Ms., Unicamp.
- NUNES, J. (a sair) Sideward Movement. *Linguistic Inquiry*.
- NUNES, J. e J. URIAGEREKA (2000) Cyclicity and Extraction Domains. *Syntax* 3: 20-43.
- PUSKAS, G. (1997) "Focus and The CP Domain", in L. Haegeman (ed.) *The New Comparative Syntax*. Nova York, Longman.
- RAPOSO, E. (1986) "On the Null Object in European Portuguese" in O. Jaeggli e C. Silva-Corvalan, eds., *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht, Foris.
- RAPOSO, E. (1987) Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry* 18: 85-110.

- QUICOLI, A. (1982) *The Structure of Complementation*. Ghent, E. Story-Scientia.
- RIGAU, G. (1986) "Some Remarks on the Nature of Strong Pronouns in Null Subject Languages", in I. Bordelois, H. Contreras and K. Zagana (eds.) *Generative Studies in Spanish Syntax*. Dordrecht, Foris.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian syntax*. Dordrecht, Foris.
- RIZZI, L. (1995) The Fine Structure of the Left Periphery. Ms. Universidade de Genebra.
- ROBERTS, I. (1993) *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht, Kluwer.
- ROBERTS, I. e M. KATO (orgs.) (1993) *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*. Campinas, Ed. Unicamp.
- RODRIGUES, C. (2000) Deriving Brazilian Portuguese Referential Subjects from Movement. General Paper, University of Maryland at College Park.
- SAFIR, K. (1984) Multiple Variable Binding. *Linguistic Inquiry*, 15: 601-638.
- SIGURDSSON, H. (1993) Argument-drop in Old Icelandic. *Lingua* 89: 247-280.
- SORIANO, O. (1989) "Strong Pronouns in Null-Subject Languages and the Avoid Pronoun Principle", in MIT Working Papers in Linguistics 11.
- TULLER, L. (1992) Remarques sur la Typologie des Langues a Pronom Nul. *Recherches Linguistiques* 21: 157-176.
- URA, H. (1994) *Varieties of Raising and the Feature-Based Bare Phrase Structure Theory*. MIT Occasional Papers in Linguistics, 7.
- URIAGEREKA, J. (1999) "Multiple Spell-Out", in S. Epstein e N. Hornstein (eds.) *Working Minimalism*, 251-282. Cambridge, Mass., MIT Press.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE